



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria Patrimônio da União – SPU  
Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa  
Catarina – SPU/SC

## Relatório de Gestão 2011



Florianópolis, Março de 2012



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria Patrimônio da União – SPU  
Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa  
Catarina – SPU/SC

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

Florianópolis, Março de 2012



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2011

### Listas

#### A. Ilustrações

1. <a href="http://www.holiday-attractions.com/">http://www.holiday-attractions.com/</a> – Foto Germano Schüür	Capa
2. <a href="http://www.guiasantacatarina.com.br">http://www.guiasantacatarina.com.br</a> – Foto de Maurélio Pereira	Capa
3. <a href="http://www.fotosdesantacatarina.com.br/">http://www.fotosdesantacatarina.com.br/</a>	Capa
4. <a href="http://www.informativodosportos.com.br">http://www.informativodosportos.com.br</a>	Capa
5. <a href="http://www.belasantacatarina.com.br/fotos/fortaleza_anhatomirim">http://www.belasantacatarina.com.br/fotos/fortaleza_anhatomirim</a>	Capa
6. <a href="http://www.fotosdesantacatarina.com.br/">http://www.fotosdesantacatarina.com.br/</a>	Capa
7. Estrutura Organizacional da SPU/SC	08
8. Planejamento SPU 2012-2014	32
9. Mapa Estratégico SPU 2012-2014	33
10. Imóveis da União segundo o regime de inscrição	46
11. Seminário do Projeto Orla do Município de Porto Belo – 15 de outubro de 2011	49
12. Oficinas do Orla no ano de 2011	50
13. Reunião Conselho das Áreas de Proteção Ambiental da Baleia Franca – APAS	52
14. Método de Cálculo da Meta Institucional e da Meta de Superação da GIAPU	73
15. Declaração do Contador Responsável	103

#### B. Quadros

1. Quadro A 2.2 - Avaliação da Gestão 2003/2010	25
2. Quadro B 2.2 - Diagnóstico do planejamento na SPU	31
3. Quadro C 2.2 – Relação de Projetos Estratégicos	34
4. Quadro A 2.3.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	36
5. Quadro A 2.3.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	37
6. Quadro A 2.3.2.1.2.1 – Comparativo entre Grande Emissão de 2006 e 2011	39
7. Quadro A 2.3.2.1.2.2 – Comparativo entre Arrecadação de 2006 a 2011	40



**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**  
**Secretaria Patrimônio da União – SPU**  
**Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa**  
**Catarina – SPU/SC**

8. Quadro B 2.3.2.1.2.2 – Incremento da Arrecadação em reais - 2008 a 2010	40
9. Quadro A 2.3.2.1.2.2.1 – Quantitativo de Alocações – Comparativo 2010 X 2011	41
10. Quadro A 2.3.2.1.2.2.2 – Operações de Isenção e Carência em 2011	41
11. Quadro A 2.3.2.1.3.1 – Quantitativo de Notificações emitidas em 2011	42
12. Quadro B 2.3.2.1.3.1 – Quantitativo de Notificações - Comparativo Brasil X SPU/SC	42
13. Quadro A 2.3.2.1.3.2 – Operações de manutenção de processos em DAU	43
14. Quadro A 2.3.2.1.4 – Movimentação de Processos	44
15. Quadro A 2.4.7 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	71
16. Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011	74
17. Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Situação em 31/12/2011	75
18. Quadro A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - Situação em 31/12/2011	76
19. Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2011	76
20. Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2011	77
21. Quadro A.5.8 – Composição do Quadro de Estagiários	77
22. Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anos anteriores	78
23. Quadro A.5.12 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e de Vigilância Ostensiva	79
24. Quadro A.5.13 – Contratos de Prestação de Serviços com a Locação de Mão de Obra	80
25. Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridade e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	82
26. Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ	82
27. Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	85
28. Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	87
29. Quadro 11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	89
30. Quadro A.15.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas em todo o Exercício	101



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2011

### Sumário

Listas .....	2
Sumário .....	4
Introdução.....	7
1 Identificação – Item 1 da Portaria TCU 123/11 .....	11
2 Informações sobre o Planejamento e a Gestão Orçamentária e Financeira - Item 2 da Portaria TCU 123/11.....	23
2.1 Responsabilidades Institucionais .....	23
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais .....	24
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ .....	36
2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ .....	36
2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ .....	37
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	69
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	69
2.4.2 Programação de Despesas Correntes .....	69
2.4.3 Programação de Despesas de Capital.....	70
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa .....	70
2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação .....	70
2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação .....	70
2.4.7 Indicadores Institucionais.....	70
3 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos - Item 3 da Portaria TCU 108/10.....	74
4 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores - Item 4 da Portaria TCU 108/10.....	74



5	Composição do Quadro de Servidores Ativos - Item 5 da Portaria TCU 108/10.....	74
5.1	Demonstração da força de trabalho à disposição da UJ.....	74
5.2	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	75
5.3	Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da UJ.....	75
5.4	Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a idade .....	76
5.5	Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a escolaridade .....	76
5.6	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	77
5.7	Demonstração das origens das pensões pagas pela UJ - Situação apurada em 31/12/2011 .....	77
5.8	Composição do Quadro de Estagiários .....	77
5.9	Quadro de custos de recursos humanos .....	78
5.10	Terceirização de mão de obra empregada pela UJ – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão.....	79
5.11	Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.....	79
5.12	Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Unidade .....	79
5.13	Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão .....	79
5.14	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos .....	80
6	Transferências efetuadas no exercício - Item 6 da Portaria TCU 108/10 .....	81
7	Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.....	81
8	Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas. 81	
8.1	Demonstrativo do cumprimento da obrigação de entregar a DBR.....	81
8.2	Análise Crítica .....	82
9	Estrutura de Controles Internos da UJ - Item 7 da Portaria TCU 108/10 .....	82
10	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - Item 8 da Portaria TCU 277/10 .....	85
11	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial - Item 9 da Portaria TCU 108/10.....	87
11.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União ...	87
11.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	89



11.3	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ .....	89
12	Gestão de Tecnologia da Informação (TI) - Item 10 da Portaria TCU 108/10 .....	101
13	Cartão de Pagamentos .....	101
14	Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ - Item 11 da Portaria TCU 108/10.....	101
15	Recomendações do TCU e CGU - Item 12 da Portaria TCU 108/10 .....	101
15.1	Deliberações do TCU atendidas no exercício .....	101
15.2	Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício .....	102
15.3	Recomendações do OCI atendidas no exercício .....	102
15.4	Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício .....	102
16	Outras informações - Item 13 da Portaria TCU 108/10 .....	103
17	Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa.....	103



## **Introdução**

### **1 Estrutura do Relatório de Gestão**

O Relatório de Gestão da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do exercício de 2011, foi elaborado conforme as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

As partes que compõem a estrutura do Relatório foram organizadas nos termos do Plano Plurianual 2008-2011, do Programa do Patrimônio Imobiliário da União, e das ações que estão a cargo da SPU: Arrecadação e Cobrança Administrativa de Créditos Patrimoniais, Caracterização do Patrimônio Imobiliário da União, Desenvolvimento do Projeto Orla, Destinação de Imóveis, Fiscalização e Controle do Uso de Imóveis da União, Gestão e Administração do Programa, Regularização Fundiária em Imóveis da União, Retribuição pelos Serviços de Caracterização do Patrimônio da União, Sistemas de Informação para a Gestão do Patrimônio da União.

No caso dos subitens 2.3.2.9 – Ação 4078 - Sistemas de Informação para a Gestão do Patrimônio da União e 2.3.2.10 - Ação 12NZ – Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União, de todos os subitens do item 2.4 – Desempenho Orçamentário/Financeiro (à exceção do subitem 2.4.7 - Indicadores Institucionais), dos itens 3 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos e 4 - Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores, dos itens 5.7 - Demonstração das origens das pensões pagas pela UJ e 5.14 - Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos, do item 6 - Transferências efetuadas no exercício e do item 12 - Gestão de Tecnologia da Informação (TI), as informações requeridas fazem parte do Relatório de Gestão 2011 da Secretaria do Patrimônio da União – SPU e, por isso, não houve manifestação da UJ.

Também não houve manifestação para o item 5.11 - Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados e para o item 14 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ, pois os mesmos não se aplicam à realidade da unidade.

No caso do item 14 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ, não houve manifestação porque o item não se aplica à natureza jurídica da UJ, pois a receita do Patrimônio da União não é tributária, e sim, patrimonial.

Com relação aos itens 15.3 – Recomendações do OCI atendidas no exercício, e 15.4 – Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício, apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

Para os demais itens, foram enumeradas as ações, os dados, quando pertinentes, e um breve resumo dos resultados alcançados.

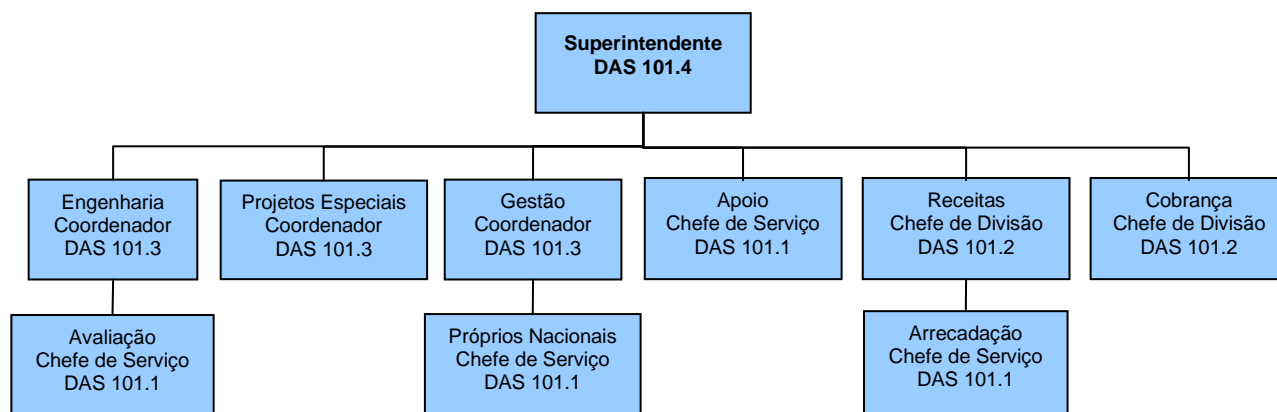
### **2 Estrutura Organizacional da SPU/SC**

Em 2010 foi efetuada a reestruturação organizacional da SPU/SC que permanece até o presente, como mostrado abaixo:





Ilustração 1 – Estrutura Organizacional da SPU/SC



Além desta estrutura organizacional, a reestruturação efetuada continuou proporcionando um melhor fluxo dos trabalhos internos e contribuiu para otimizar o cumprimento das metas. Além dessas Coordenações, Divisões ou Serviços oficialmente estabelecidos por DAS, há ainda outros núcleos que executam tarefas específicas, como o Núcleo de Atendimento ao Público, o Protocolo, a Seção de Arquivo e a Assessoria de Gabinete, que responde pelo atendimento às demandas judiciais do Ministério Público e da Advocacia Geral da União.

### 3 Planejamento Estratégico

Esta UJ procurando cumprir a missão da Secretaria do Patrimônio da União “Conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental, em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos para a Nação”, entende a necessidade de uma gestão estratégica, e, por isto, efetua anualmente seu planejamento, seguindo a orientação da Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União, que está em consonância com a política de desenvolvimento do país e erradicação da miséria.

No planejamento são estabelecidas as metas, definidas as estratégias e as ações para alcançar as referidas metas. Grande esforço foi efetuado para que esta UJ superasse as metas estabelecidas para 2011, pois as demandas crescem ao longo do ano, e cada vez mais se tornam insuficientes os recursos humanos. Mesmo assim, as metas foram atingidas e, em muitas delas, houve a superação.

### 4 Desafios

Em 2011, havia grandes desafios a serem enfrentados, destacando-se:

- analisar e orientar os Municípios quanto à elaboração dos projetos de regularização fundiária que se encontram em curso na SPU, bem como novos projetos;
- atender o crescimento das demandas quanto à incorporação, à regularização, à destinação e à gestão da carteira imobiliária referente a 2.020 imóveis não operacionais que passaram para a administração da SPU, vindos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A.;



- demarcar a linha de preamar (LPM 1831) na Ilha de Santa Catarina, município de Florianópolis, e dar continuidade em outros trechos do litoral de Santa Catarina;
- cadastrar os imóveis de alguns trechos nos quais já estava homologada a LPM 1831; e,
- buscar a adesão de mais municípios para o desenvolvimento do Projeto Orla;
- a necessidade de, ano a ano, ir superando a arrecadação.

Entendemos essas questões como desafios relevantes, pois o maior ou menor sucesso em seu enfrentamento irá refletir no cumprimento ou não das metas. Ressalte-se que são ações que demandam grande força de trabalho e o contingente de pessoal é insuficiente.

## **5 Ações Proativas**

Para superar os desafios acima referidos, foi necessário reestruturar internamente as divisões de tarefas e otimização dos fluxos de trabalho e, principalmente, buscar parceiros fora da UJ no intuito de ter auxílio para melhor vencer os desafios.

O Grupo de Trabalho Estadual de Habitação proporcionou o necessário avanço na regularização fundiária e melhor destinação de áreas para provisão habitacional, pois, além da parceria do município interessado na área, outros órgãos públicos e entidades da sociedade civil são parceiros.

Este trabalho conjunto alavancou a regularização fundiária, iniciando em 2010 a regularização de treze áreas que, no primeiro momento, irão atender a, aproximadamente, três mil famílias.

O Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a SPU e o Município de Joinville, em 22/09/2010, em 2011, deu ótimos resultados, avançando significativamente na regularização de áreas já cedidas ao município.

No caso da regularização de áreas da RFFSA, cabe destacar que os municípios têm sido os principais parceiros.

Ainda, tanto para divulgar as ações dos projetos de regularização fundiária, o Projeto Orla, a fiscalização aos terrenos de marinha, a SPU/SC realizou em 2011 treinamentos para duas associações de Municípios : Associação dos Municípios do Nordeste do Estado de SC (AMUNESC) e Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI), visando atingir 20 municípios.

Para efetuar as demarcações de LPM 1831, deu continuidade o trabalho em conjunto com a SPU/RS, cujo resultado é a demarcação de trecho ao longo do rio que divide os dois estados.

Para maior adesão ao Projeto Orla, foram visitados alguns municípios, o que resultou positivamente, pois somente um município estava efetuando o referido Projeto em 2010, e, em 2011, mais dois municípios já estão com o Projeto em andamento e outros três realizaram as reuniões preparativas para iniciá-lo em 2012.

O grande desafio, no entanto, é dar conta de todas as solicitações judiciais e informações a serem prestadas ao MPF e à AGU, pois não temos pessoal devidamente preparado para atuar na assessoria jurídica.

Assim, busca-se constantemente discussões com a AGU, nas quais se avançou sobre os argumentos jurídicos para a defesa de um grande número de ações judiciais em relação às terras de marinha, mas também para otimizar o fluxo de trabalho entre os dois órgãos.



**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**  
**Secretaria Patrimônio da União – SPU**  
**Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa**  
**Catarina – SPU/SC**

O MPF requisita muitas informações sobre a ocupação em terras de marinha e o faz de forma pontual. Conseguimos, com alguns Procuradores trabalhar de forma mais efetiva, ou seja, discutindo os assuntos, conjuntamente, MPF, SPU/SC, órgão público ambiental e prefeitura para fazer uma análise mais global das irregularidades e, assim, efetuar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), onde cada um se responsabiliza não só pelo que tem que corrigir, mas principalmente, estabelecer regras para prevenir que os fatos irregulares não se repitam.

Com relação à arrecadação, a SPU/SC vem vencendo nos últimos anos o desafio de superar as metas de arrecadação e o vem fazendo mediante o trabalho contínuo de recuperação de créditos. Para tanto, vem sendo encaminhadas notificações aos devedores e, posteriormente, encaminhados os débitos não quitados para inscrição em Dívida Ativa, deixando claro para a população o firme propósito do Patrimônio da União em receber os valores devidos.

Por fim, tem a SPU/SC procurado participar de todas as entidades públicas ou que de algum modo se relacionam com as tarefas do Patrimônio da União (APA da Baleia Franca, GERCO Estadual, Grupo de Habitação Estadual, Associações de Moradias, Associações Ambientais); debates nas rádios e televisões; audiências públicas na Câmaras de Vereadores para divulgar a missão e tarefas do Patrimônio da União, bem como buscar todas as parcerias possíveis.



## A. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – CONTEÚDO GERAL

### 1 Identificação – Item 1 da Portaria TCU 123/11

#### Poder e Órgão de vinculação

**Poder:** Executivo

**Órgão de Vinculação:** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão **Código SIORG:** 2981

#### Identificação da Unidade Jurisdicionada

**Denominação completa:** Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina

**Denominação abreviada:** SPU/SC

**Código SIORG:** 18955

**Código LOA:** 47101

**Código SIAFI:** 170173

**Situação:** Ativa

**Natureza Jurídica:** Órgão Público

**Principal Atividade:** Administração e Gestão do Patrimônio e Gastos Gerais; Federal, Estadual, Municipal

**Código CNAE:** 8411-6/00

**Telefones/Fax de contato:**

(48) 3224-5399

(48) 3224-5399

(48) 3224-5399

**Endereço eletrônico:** [grpusc@spu.planejamento.gov.br](mailto:grpusc@spu.planejamento.gov.br)

**Página da Internet:** [www.patrimoniodetodos.gov.br](http://www.patrimoniodetodos.gov.br) e [www.spu.planejamento.gov.br](http://www.spu.planejamento.gov.br)

**Endereço Postal:** Praça XV de Novembro, 336 – Centro, CEP: 88.010-400, Florianópolis – SC.

#### Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada

##### Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada

Por força do Decreto nº 96.911, de 1988, a SPU vinculou-se ao Ministério da Fazenda, e, a partir de 1º de janeiro de 1999, com a edição da Medida Provisória nº 1.795/1999, passou a compor a estrutura do Ministério do Planejamento.

As finalidades e competências da SPU foram definidas no seu Regimento Interno, cuja aprovação está consignada na Portaria nº 232/2005, anexo XII, de 03 de agosto de 2005 (DOU de 05.08.2005, Seção 1, pp. 45 a 62).

A estrutura organizacional da SPU está fixada no Decreto nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

#### Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

##### LEIS

**Lei nº de 15 de novembro de 1831** - Orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1832-1833.

**Lei nº 601/1850** - Dispõe sobre as terras devolutas do Império.



**Lei nº 1.507/1867** - Fixa a despesa e orça a receita geral do Império para os exercícios de 1887 - 68 e 1868 - 69, e dá outras providências (terrenos marginais).

**Lei nº 4.804/1965** - Dispõe sobre demolições e reconstruções de benfeitorias, em próprio nacional, e dá outras providências

**Lei nº 5.651/1970** - Dispõe sobre a venda de bens, pelo Ministério do Exército, e aplicação do produto da operação em empreendimentos de assistência social e dá outras providências.

**Lei nº 5.658/1971** -Dispõe sobre a venda de bens imóveis, pelos Ministérios da Aeronáutica e da Marinha, sobre a aplicação do produto da operação, e dá outras providências.

**Lei nº 5.972/1973** - Regula o Procedimento para o Registro da Propriedade de Bens Imóveis Discriminados Administrativamente ou Possuídos pela União.

**Lei nº 6.015/1973** - Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

**Lei nº 6.282/1975** - Prorroga o prazo estabelecido no artigo 1º da Lei nº nº 5.972 de 11 de dezembro de 1973, que regula o procedimento para o registro de propriedade de bens imóveis discriminados administrativamente ou possuídos pela União.

**Lei nº 6.383/1976** - Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências.

**Lei nº 6.766/1979** - Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

**Lei nº 6.987/1982** - Dispõe sobre a alienação de imóveis de propriedade da União e das entidades da Administração Federal Indireta, e dá outras providências.

**Lei nº 9.636/1998** - Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Lei nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

**Lei nº 10.257/2001** - Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto das Cidades)

**Lei 11.095/2005** – Institui a Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU, instrumento de valorização dos recursos humanos e de gestão por resultados compartilhados na SPU, cujas metas de resultado são definidas democraticamente. Marco importante para a mudança de paradigmas na destinação dos imóveis da União e na arrecadação.

**Lei nº 11.124/2005** - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

**Lei nº 11.481/2007** - Dá nova redação a dispositivos das Lei nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Lei nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União

**Lei nº 11.483/2007** - Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº no 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.

**Lei nº 11.952/2009** - Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Lei nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

**Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009** - Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a



regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências

**Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010** - Dispõe sobre o limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, sobre imóveis oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, sobre dívidas referentes ao patrimônio imobiliário da União e sobre acordos envolvendo patrimônio imobiliário da União; transfere o domínio útil de imóveis para a Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ; altera a Medida Provisória no 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nos 9.711, de 20 de novembro de 1998, 11.483, de 31 de maio de 2007, 9.702, de 17 de novembro de 1998, 10.666, de 8 de maio de 2003, e 9.469, de 10 de julho de 1997; e dá outras providências.

#### **DECRETOS-LEI**

**Decreto-Lei nº 1.318/1854** - Manda executar a Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850.

**Decreto-Lei nº 2.490/1940** - Estabelece novas normas para o aforamento dos terrenos de marinha e de outras providências.

**Decreto-Lei nº 3.438/1941** - Esclarece e amplia o Decreto-Lei nº n. 2.490, de 16 de agosto de 1940.

**Decreto-Lei nº 4.120/1942** - Altera a legislação sobre terrenos de marinha.

**Decreto-Lei nº 5.666/1943** - Esclarece e amplia o Decreto-Lei nº n. 4.120, de 21 fevereiro de 1942, e dá outras providências.

**Decreto-Lei nº 7.278/1945** - Estabelece novo prazo para que os atuais posseiros e ocupantes de terrenos de marinha regularizem sua situação.

**Decreto-Lei nº 7.937/1945** - Dispõe sobre o loteamento de terrenos de marinha.

**Decreto-Lei nº 9.760/1946** - Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.

**Decreto-Lei nº 271/1967** - Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências.

**Decreto-Lei nº 1.310/1974** - Altera a legislação referente ao Fundo do Exército, e dá outras providências.

**Decreto-Lei nº 1.561/1977** - Dispõe sobre a ocupação de terrenos da União e dá outras providências.

**Decreto-Lei nº 1.876/1981** - Dispensa do pagamento de foros e laudêmios os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providência.

**Decreto-Lei nº 2.398/1987** - Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências.

**Decreto-Lei nº 2.422/1988** - Dispõe sobre o prazo para inscrição de ocupação de imóveis da União e dá outras providências.

#### **DECRETOS**

**Decreto nº 1.318/1954** -Manda executar a Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850.

**Decreto nº 4.105/1968** - Regula a concessão dos terrenos de marinha, dos reservados nas margens dos rios e dos acrescidos natural ou artificialmente.

**Decreto nº 66.329/1970** - Autoriza o Ministério da Agricultura a ceder, nas condições que menciona,



imóveis sob sua jurisdição

**Decreto nº 77.095/1976** - Regulamenta dispositivo do Decreto-Lei nº 1.310, de 8 de fevereiro de 1974, que trata de arrendamento pelo Ministério do Exército de imóveis sob sua jurisdição, e dá outras providências.

**Decreto nº 83.869/1979** - Delega competência ao Ministro da Fazenda para autorizar registro da propriedade dos bens imóveis da União, na forma da Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973.

**Decreto nº 980/1983** - Dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da União a agentes políticos e servidores públicos federais, e dá outras providências.

**Decreto nº 95.760/1988** - Regulamenta o art. 3º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e dá outras providências.

**Decreto nº 99.509/1990** - Veda contribuições com recursos públicos, em favor de clubes e associações de servidores ou empregados de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

**Decreto nº 3.725/2001** - Regulamenta a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências.

**Decreto nº 4.176/2002** - Estabelece normas e diretrizes para a elaboração, a redação, a alteração, a consolidação e o encaminhamento ao Presidente da República de projetos de atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

**Decreto nº 4.887/2003** - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Decreto nº 4.895/2003** - Dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquíicultura, e dá outras providências.

**Decreto nº 6.018/2007** - Regulamenta a Medida Provisória nº 353, de 22 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.

**Decreto nº 6.040/2007** - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

**Decreto nº 6.190/2007** - Regulamenta o disposto no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, para dispor sobre a isenção do pagamento de foros, taxas de ocupação e laudêmios, referentes a imóveis de propriedade da União, para as pessoas consideradas carentes ou de baixa renda.

**Decreto nº 6.992, de 28 de outubro de 2009** - Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.

**Decreto nº 7.371, de 26 de novembro de 2010** - Delega competência ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para a realização da discriminação administrativa de que trata o art. 2º, inciso I, da Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973.

**Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010** - Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.



## MEDIDAS PROVISÓRIAS

**Medida Provisória nº 2.220/2001** - Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências.

## PORTARIAS

**Portaria nº 25, de 12 de março de 1999** - Procedimentos administrativos correspondentes ao lançamento e à caracterização da ocorrência de decadência ou prescrição de créditos originados em receitas patrimoniais obedecerão ao disposto nesta Portaria.

**Portaria nº 68, de 8 de dezembro de 1999** - Credenciar os Gerentes Regionais do Patrimônio da União nos Estados e os demais servidores lotados no Serviço de Operações Sociais ou de Operações Sociais e Negócios nas Gerências Regionais do Patrimônio da União, para fiscalizar a destinação e o interesse público (...) dos imóveis pertencentes ao patrimônio da União.

**Portaria nº 340, de 22 de março de 1999** - Dispõe sobre a criação do Programa de recuperação da memória do patrimônio móvel e imóvel da União.

**Portaria nº 30, de 16 de março de 2000** - Subdelega competência ao Secretário do Patrimônio da União.

**Portaria nº 122, de 13 de julho de 2000** - Determina às Gerências Regionais de patrimônio da União o uso das marcas do Governo Federal na publicidade de utilidade pública, institucional legal e mercadológica.

**Portaria nº 206, de 08 de dezembro de 2000** - Institui o Sistema de Próprios Nacionais – SPN2000, como o sistema de recadastramento dos imóveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas.

**Portaria nº 04, de 31 de janeiro de 2001** - Referente à Comissão de Leiloeiro. Determina a Alíquota e outros procedimentos.

**Portaria nº 05, de 31 de janeiro de 2001** - Referente à cessão de áreas de imóveis da União para atividades de apoio aos órgãos federais, aos quais o imóvel tenha sido entregue.

**Portaria nº 06, de 31 de janeiro de 2001** - Delegar competência ao Gerente Regional de Patrimônio da União para, no âmbito da correspondente jurisdição, observadas as disposições legais e regulamentares, outorgar a permissão de uso de áreas de domínio da União.

**Portaria nº 07, de 31 de janeiro de 2001** - Referente à ocupação de terras da União dos inscritos as SPU até 15 de fevereiro de 1997. Determina procedimentos e requisitos para o Cadastramento de ocupantes. Data modificada para 27 de abril de 2006, vide art. 9º da Lei nº 9.636/98, modificada pela Lei nº 11.481/07.

**Portaria nº 08, de 01 de fevereiro de 2001** - Referente à Decadência e Prescrição de Créditos. Determina procedimentos administrativos e revoga a Portaria SPU nº 67/1999.

**Portaria nº 54, de 30 de março de 2001** - Referente à instalação de postos avançados de apoio às Gerências Regionais de Patrimônio da União.

**Portaria nº 144, de 09 de julho de 2001** - Estabelece as diretrizes para as proposições formuladas pela Secretaria do Patrimônio da União, deste Ministério, que tenham por objeto a cessão de uso gratuito ou em condições especiais de imóveis de domínio da União, com amparo no art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998.

**Portaria Interministerial nº 322, de 23 de agosto de 2001** - Determinar a realização, até 10 de dezembro de 2001, do recadastramento, no SPN2000, dos imóveis sob a jurisdição dos órgãos Públicos Federais, Autarquias, Fundações Públicas e Empresas Estatais dependentes, nos termos da Lei nº Complementar nº





101, de 04 de maio de 2000.

**Portaria nº 205 de 27 de agosto de 2002** - Referente ao coeficiente para aplicação de reajuste aos contratos vigentes de locação de imóveis da União, no interesse do serviço.

**Portaria Conjunta SPU-PGFN nº 1/2003** - Os Gerentes Regionais do Patrimônio da União poderão, mediante despacho fundamentado, conceder efeito suspensivo aos recursos administrativos interpostos contra o lançamento de receitas patrimoniais já incluídas no cadastro da Dívida Ativa da União.

**Portaria nº 66 de 19 de maio de 2004** - Editar a Instrução Normativa "IN-SPU-001" que dispõe sobre a utilização da Ficha de Cálculo de Laudêmio – FCL e do Custo Unitário Básico – CUB, módulos do Sistema Integrado de Administração Patrimonial – SIAPA.

**Portaria nº 204 de 11 de novembro de 2004** - Altera os parágrafos 1º e 3º do art. 3º da Portaria SPU nº 8, de 1º de fevereiro de 2001 (prescrição e decadência).

**Portaria nº 205 de 06 de agosto de 2004** - Isenção de pagamento de foros e taxas de ocupação referentes a imóveis da União. Revogada pela Portaria nº 233, de 24 de julho de 2008.

**Portaria nº 284, de 14 de outubro de 2005** - Concessão de autorização de uso para o desbaste de açazais, colheita de frutos ou manejo de outras espécies extrativistas, nas áreas sob domínio da união, caracterizadas como de várzea, ou presumíveis terrenos de marinha e acrescidos. Revogada pela Portaria nº 100/2009.

**Portaria nº 189, de 13 de julho de 2007** - Adota, para implantação imediata, os formulários que estarão disponíveis nos Núcleos de Atendimento ao Público das Gerências Regionais do Patrimônio da União nos Estados e no Distrito Federal. Revogada pela Portaria nº 113, de 23 de junho de 2009.

**Portaria nº 245, de 16 de agosto de 2007** - Delegar competência aos Gerentes Regionais do Patrimônio da União para, no âmbito da atividade fim da Secretaria do Patrimônio da União, aprovar propostas, assinar Acordos ou Termos de Cooperação Técnica, que não envolvam repasse de recurso, para intercâmbio de informações sobre o patrimônio da União em seus respectivos estados, de modo a constituir uma base de dados completa e atualizada.

**Portaria nº 279, de 21 de setembro de 2007** - Retifica a Instrução Normativa SPU nº 001, de 30 de março de 2005, que orienta sobre os procedimentos de caducidade e revigoração de aforamento de imóveis da União.

**Portaria nº 289, de 28 de setembro de 2007** - Subdelega competência ao Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República para, observadas às disposições legais e regulamentares, fixar valores de retribuição das cessões de espaços físicos em águas de domínio da União para fins de aqüicultura, especialmente autorizadas nos termos de entrega.

**Portaria nº 327, de 28 de setembro de 2007** - A Secretaria do Patrimônio da União poderá autorizar a cessão total ou parcial de espaços físicos em águas de domínio da União entregues à Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República para fins de aqüicultura.

**Portaria nº 233, de 24 de julho de 2008** - Dispõe sobre os procedimentos para a requisição do benefício da isenção do pagamento de foros, taxas de ocupação e laudêmos referentes a imóveis de propriedade da União, pelas pessoas carentes ou de baixa renda.

**Portaria nº 436, de 28 de novembro de 2008** - Orientar as Gerências Regionais do Patrimônio da União dos 26 Estados da federação e do Distrito Federal a criarem Grupos de Trabalho Estaduais para discussão de critérios para destinação de imóveis da União para programas de provisão habitacional de interesse social e fortalecimento da gestão democrática desse patrimônio.

**Portaria nº 437, de 28 de novembro de 2008** - Delega aos Gerentes Regionais do Patrimônio da União a competência para a prática de atos administrativos. Revogada pela Portaria nº 173/2009.



**Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 127/2008** - Estabelece normas para execução do disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.

**Portaria nº 40, de 18 de março de 2009** - Autoriza os Gerentes Regionais do Patrimônio da União a firmar os contratos de aquisição, alienação, locação, arrendamento, aforamento, cessões, concessões, autorizações e permissões relativos a imóveis da União.

**Portaria nº 82, de 20 de maio de 2009** - Cria Grupo de Trabalho para discussão, planejamento e coordenação do processo de transferência da gestão da carteira imobiliária da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA para a Secretaria do Patrimônio da União – SPU.

**Portaria nº 83, de 20 de maio de 2009** - Criar Grupo de Trabalho para auxiliar a Secretaria do Patrimônio da União no acompanhamento das ações referentes à incorporação e destinação dos imóveis não operacionais da extinta RFFSA.

**Portaria nº 100, de 3 de junho de 2009** - Disciplina a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em áreas de várzeas de rios federais na Amazônia Legal em favor das populações ribeirinhas tradicionais, com o objetivo de possibilitar o aproveitamento racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis em vista do uso tradicional, voltados à subsistência dessa população, através da concessão de AUTORIZAÇÃO DE USO, a ser conferida em caráter excepcional, transitório e precário.

**Portaria nº 113, de 23 de junho de 2009** – Adota formulários para atendimento presencial nos Núcleos de Atendimento ao Público (NAP) das Gerências Regionais do Patrimônio da União nos Estados e no Distrito Federal. Revogada pela Portaria nº 154, de 12 de agosto de 2009

**Portaria nº 113, de 19 de junho de 2009** - Os responsáveis por imóveis rurais da União considerados produtivos poderão requerer anualmente junto à Gerência Regional do Patrimônio da União - GRPU no Estado em que estiver localizado o imóvel o benefício previsto no art. 26 da Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.

**Portaria nº 154, de 12 de agosto de 2009** – Adota formulários para atendimento presencial nos Núcleos de Atendimento ao Público (NAP) das Superintendências Estaduais do Patrimônio da União nos Estados e no Distrito Federal.

**Portaria nº 170, de 28 de agosto de 2009** - Prorrogar, por igual período, a vigência do Grupo de Trabalho que trata do processo de transferência da gestão da carteira imobiliária da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, criado pela Portaria SPU nº 82, de 20 de maio de 2009, publicada no DOU de 22 de maio de 2009.

**Portaria nº 173, de 31 de agosto de 2009** - Delega aos Superintendentes Estaduais do Patrimônio da União a competência para a prática de atos administrativos.

**Portaria nº 241, de 20 de novembro de 2009** - Determina às Superintendências do Patrimônio da União nos Estados que observem a racionalidade de uso e a adequada acessibilidade dos imóveis a serem entregues ou cedidos a órgãos da administração pública federal direta ou indireta.

**Portaria Interministerial MP e MMA nº 436, de 2 de dezembro de 2009** - O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MP, através da Secretaria do Patrimônio da União - SPU, efetuará a entrega ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, nos termos do art. 79 do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946, das áreas de domínio da União, ainda que não incorporadas ao seu patrimônio, localizadas em Unidades de Conservação Federais de posse e domínio públicos integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, conforme Lei nº 9.985, de 2000.

**Portaria MP nº 384, de 04 de novembro de 2009** - Delega competência à Secretária do Patrimônio da União, vedada a subdelegação, para autorizar, processar e expedir autorização de obras dependentes da posterior cessão do bem.



**Portaria nº 27, de 18 de fevereiro de 2010** - Atualiza os valores das Taxas de Uso devidas pelos ocupantes dos imóveis residenciais funcionais, relacionados no anexo.

**Portaria Conjunta nº 189, de 23 de junho de 2010** - Projeto de Gestão Regionalizada – EPPGG, adoção de mecanismos para a racionalização da alocação e inserção dos servidores da carreira de EPPGG

**Portaria nº 89, de 15 de abril de 2010** - Autorização de Uso para o reconhecimento de posse das comunidades tradicionais que vivem em áreas ribeirinhas e litorâneas da União.

**Portaria nº 24, de 26 de janeiro de 2011** - estabelece normas e procedimentos para a instrução de processos visando à cessão de espaços físicos em águas públicas e fixa parâmetros para o cálculo dos valores devidos a título de retribuição à União.

### **ORIENTAÇÕES NORMATIVAS**

**Portaria nº 10, de 02 de fevereiro de 2001** - Aprova as Orientações Normativas "ON GEAPN 001, ON GEAPN 002 E ON GEAPN 003", referentes à Entrega, a Cessão de Uso Gratuita e a Residência Obrigatória de bens imóveis da União.(ON GEAPN 001 foi revogada pela Portaria nº 293 de 04 de outubro de 2007 que aprova o Manual de Procedimentos de Transferência).

**Portaria nº 156, de 21 de setembro de 2001** - Aprova a Orientação normativa "ON-GEARP-001" referente as transferências de aforamento, de direitos sobre benfeitorias e de direitos relativos à ocupação de imóveis da União e benfeitorias existentes.

**Portaria nº 157, de 21 de setembro de 2001** - Aprovar a Orientação Normativa "ON-GEARP-002" referente à Inscrição de Devedores no Cadastro Informativo de Créditos.

**Portaria nº 158, de 21 de setembro de 2001** - Aprova a Orientação normativa "ON-GEARP-003" referente ao Parcelamento de Débitos Patrimoniais.

**Portaria nº 159, de 21 de setembro de 2001** - Aprova a Orientação Normativa "ON-GEARP-004" referente à Caducidade de Aforamento.

**Portaria nº 160, de 21 de setembro de 2001** - Aprova a Orientação normativa "ON-GEARP-005" que dispõe sobre Cancelamento de Inscrição de Ocupação e Reintegração de Posse de Imóveis da União.

**Portaria nº 161, de 21 de setembro de 2001** - Aprova a Orientação Normativa "ON-GEADE-001" referente à Avaliação Técnica de Bens Imóveis da União e revoga as Instruções Normativas nºs 01/1994, 01/1995 e 01/1998.

**Portaria nº 162, de 21 de setembro de 2001** - Aprova a Orientação Normativa "ON-GEADE-002" referente à Demarcação de Terrenos de Marinha e seus Acrescidos.

**Portaria nº 163, de 21 de setembro de 2001** - Aprova a Orientação normativa "ON-GEADE-003" referente à Demarcação de Terrenos Marginais e seus Acrescidos.

**Portaria nº 213, de 28 de novembro de 2001** - Aprova a Orientação Normativa "ON-GEAPN-004" que dispõe sobre o Gerenciamento de Entrega e Cessão de Uso, revogando as disposições em contrário.

**Portaria nº 214, de 28 de novembro de 2001** - Retifica os subitens da Orientação Normativa ON-GEAPN-001.

**Portaria nº 215, de 28 de novembro de 2001** - Retifica os subitens da Orientação Normativa ON-GEAPN-002.

**Portaria nº 216, de 28 de novembro de 2001** - Retifica os subitens da Orientação Normativa ON-GEAPN-003.

**Portaria nº 14, de 05 de fevereiro de 2002** - Aprova a Orientação Normativa "ON-GEANE-001" que



dispõe sobre o Aforamento Oneroso de Imóveis Dominiais da União.

**Portaria nº 15, de 14 de fevereiro de 2002** - Aditar a fundamentação legal e a relação de documentos da Orientação Normativa ON-GEAPN-002.

**Portaria nº 85, de 23 de maio de 2002** - Aprova a Orientação Normativa "ON-GEARP-006" que dispõe sobre os procedimentos relativos à inscrição de Dívida Ativa da União.

**Portaria nº 110, de 14 de junho de 2002** - Retifica os subitens da Orientação Normativa ON-GEARP-006, aprovado pela Portaria/MP nº 85/2003.

**Portaria nº 209, de 02 de setembro de 2002** - Aprova a Orientação Normativa "ON-GEADE-004" que dispõe sobre Avaliação Técnica de Bens Imóveis da União ou de seu Interesse.

**Portaria nº 216, de 06 de setembro de 2002** - Aprova a Orientação Normativa "ON-GEAES-001" que dispõe sobre Entrega de Imóvel da União para Atividades de Aqüicultura.

**Portaria nº 229, de 25 de setembro de 2002** - Aprova a Orientação Normativa "ON-GEANE-002" que dispõe sobre o Aforamento Gratuito de Imóveis Dominiais da União e revoga a Instrução Normativa nº 03/1987.

**Portaria nº 246, de 03 de outubro de 2002** - Retifica a Orientação Normativa ON-GEARP-006, aprovada pela Portaria SPU nº 085, de 23 de maio de 2002.

**Portaria nº 361, de 24 de dezembro de 2002** - Aprova a Orientação Normativa "ON-GEAPN-006" que dispõe sobre "Imóvel Residencial Funcional da União.

**Portaria nº 362, de 24 de dezembro de 2002** - Aprova a Orientação Normativa "ON-GEAPN-007" que dispõe sobre "Acesso ao Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet".

**Portaria nº 272 de 20 de novembro de 2003** - Retifica a Orientação Normativa ON-GEARP-001 aprovada pela Portaria nº 156/2001.

**Portaria nº 198, de 20 de julho de 2007** - Retifica ON GEAPN 002 e 004.

**Portaria nº 243, de 16 de julho de 2007** - Retifica ON GEAPN 001 e 003.

## INSTRUÇÕES NORMATIVAS

**Instrução Normativa SPU nº 02, de 12 de março de 2001** - Demarcação dos terrenos de marinha, dos terrenos marginais e das terras interiores.

**Instrução Normativa SPU nº 01, 19 de maio de 2004** - Estabelece normas e procedimentos para o uso dos dois módulos do Sistema Integrado de Administração Patrimonial – SIAPA.

**Instrução Normativa Interministerial nº 06, de 31 de maio de 2004** - Estabelece as normas complementares para a autorização de uso dos espaços Físicos em corpos d'água de domínio da União para fins de aqüicultura, e dá outras providências.

**Instrução Normativa SPU nº 01, de 30 de março de 2005** - Dispõe sobre os procedimentos de caducidade e revigoração de aforamento de imóveis da União.

**Instrução Normativa nº 01, de 23 de julho de 2007** - Dispõe sobre o lançamento e a cobrança de créditos originados em Receitas Patrimoniais.

**Instrução Normativa Interministerial nº 01, de 10 de outubro de 2007** - Estabelece os procedimentos operacionais entre a SEAP/PR e a SPU/MP para a autorização de uso dos espaços físicos em águas de domínio da União para fins de aqüicultura.

**Instrução Normativa nº 02, de 23 de novembro de 2007** - Dispõe sobre o procedimento para a



Concessão de Uso Especial para fins de Moradia - CUEM e da Autorização de Uso em imóveis da União.

**Instrução Normativa SPU nº 01, de 13 de maio de 2010** - Estabelece os procedimentos operacionais para a gestão e regularização dos bens imóveis não operacionais integrantes da Carteira Imobiliária da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA.

**Instrução Normativa SPU nº 02, de 17 de maio de 2010** - Dispõe sobre a fiscalização dos imóveis da União.

**Instrução Normativa SPU Nº 03, de 01 de junho de 2010** - Estabelece os procedimentos operacionais para a transferência da posse de bens imóveis não operacionais oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA.

**Instrução Normativa SPU nº 04, de 11 de agosto de 2010** - Dispõe sobre os procedimentos de alienação de imóveis da União, a serem adotados pelas Superintendências do Patrimônio da União.

**Instrução Normativa SPU nº 05, de 24 de agosto de 2010** - Dispõe sobre os procedimentos de análise dos requerimentos de isenção do pagamento de foros, taxas de ocupação e laudêmios referentes a imóveis de domínio da União.

## MANUAL DE PROCEDIMENTOS

**Portaria nº 293, de 04 de outubro de 2007** - Aprova o Manual de Procedimentos – Título I – Da Transferência, em anexo, que dispõe sobre os procedimentos necessários à transferência de utilização dos imóveis dominiais da União e ao lançamento das receitas decorrentes da transferência, nos termos da IN-SPU 001/2007, de 23 de julho de 2007. E, revoga a Orientação Normativa GEARP 001/2000.

**Portaria nº 345, de 5 de dezembro de 2007** - Altera os artigos 10, 37, 41, 47 e 48 do Manual de Procedimentos - Título I - Da Transferência, aprovado pela Portaria SPU nº 293/2007 e revoga o item 4.8.7 da ON-GEADE-004, de 25 de fevereiro de 2003.

**Portaria nº 174, de 31 de agosto de 2009** - O art. 2º do Manual de Procedimentos - Título I - Da Transferência, aprovado pela Portaria SPU nº 293, de 4 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação.

**Portaria nº 346, de 1º de dezembro de 2011** – Altera o parágrafo único do artigo 32 do Manual de Procedimentos - Título I - Da Transferência, aprovado pela Portaria SPU nº 345, de 05 de dezembro de 2007.

## REGIMENTO INTERNO

**Portaria MP nº 232, de 3 de agosto de 2005** - Aprova Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União.

**Portaria nº 287, de 25 de setembro de 2006** - Aprova o detalhamento da organização das Gerências Regionais do Patrimônio da União, unidades descentralizadas da Secretaria do Patrimônio da União deste Ministério, instaladas nos Estados e no Distrito Federal, de conformidade com o quantitativo de Cargos, níveis hierárquicos e denominação genérica fixados no Anexo II do Decreto nº 5.433, de 25 de abril de 2005, alterado pelo Decreto nº 5.719, de 13 de março de 2006.

Obs.: Com a edição do Decreto nº 7.063/2010 não há mais distinção entre as antigas Gerências Regionais, atuais Superintendências.

## RESOLUÇÕES

**Resolução nº 01, de 06 de dezembro de 2010** - Os procedimentos, internos a esta secretaria, de formulação da proposta de metas e da apuração da Gratificação de Incremento à Atividade de Gestão do



Patrimônio da União – GIAPU – obedecerão ao disposto nesta Resolução, ressalvada a competência do Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão.

**Resolução nº 02, de 06 de dezembro de 2010** - Estabelecer os marcos e instrumentos de planejamento pelos quais a Secretaria do Patrimônio da União se orientará para a execução de suas ações e para a realização da Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União, observando o planejamento participativo, o alinhamento ao planejamento do Governo Federal, bem como o acompanhamento de ações.

**Resolução nº 03, de 06 de dezembro de 2010** - A Secretaria do Patrimônio da União exercerá suas atribuições por meio da implantação da Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União – PNGPU, cujas principais características são descritas nesta Resolução.

**Resolução nº 04, de 06 de dezembro de 2010** - Encaminhar o Manual de Atos de Gestão que regulamentará os atos delegados da Secretária aos superintendentes para consolidação nas superintendências do Patrimônio da União. Construindo a partir da experiência das superintendências e da necessidade de padronização dos atos de gestão e será implantado de forma experimental para ser consolidado e formalizado de forma participativa e democrática.

## IMÓVEIS FUNCIONAIS

**Decreto-Lei nº 1.390/1975** - Dispõe sobre o Fundo Rotativo Habitacional de Brasília, a Taxa de Ocupação, a alienação e ocupação de imóveis residenciais da Administração Federal no Distrito Federal e dá outras providências.

**Decreto nº 85.633/1981** - Dispõe sobre a ocupação, por servidores da Administração Federal, de imóveis residenciais localizados no Distrito Federal.

**Lei nº 8.011/1990** - Dispõe sobre a alienação de bens imóveis da União situados em Brasília - DF, e dá outras providências.

**Lei nº 8.025/1990** - Dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União, e dos vinculados ou incorporados ao FRHB, situados no Distrito Federal, e dá outras providências.

**Lei nº 8.068/1990** - Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990.

**Lei nº 8.057/1990** - Dispõe sobre a competência das autoridades que menciona e dá outras providências.

**Decreto nº 980/1993** - Dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da União a agentes políticos e servidores públicos federais, e dá outras providências.

**Decreto nº 1.377/1995** - Dispõe sobre a hospedagem, no Distrito Federal, dos titulares dos cargos que menciona, e dá outras providências.

**Decreto nº 99.191/1990** - Dispõe sobre a distribuição de imóveis funcionais.

**Decreto nº 99.266/1990** - Regulamenta a Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União, e dos vinculados ou incorporados ao Fundo Rotativo Habitacional de Brasília - FRHB, situados no Distrito Federal e dá outras providências.

**Decreto nº 99.270/1990** - Dispõe sobre a ocupação de imóveis residenciais administrados pela Presidência da República e dá outras providências.

**Decreto nº 1.840/1996** - Dispõe sobre o custeio da estada dos ocupantes de cargos públicos que menciona, e dá outras providências.

**Decreto nº 2.631/1998** - Disciplina a transferência de saldos devedores decorrentes da alienação de imóveis funcionais, cria incentivo à quitação antecipada da dívida, e dá outras providências.

**Decreto nº 3.584/2000** - Dispõe sobre a administração dos imóveis residenciais da União que menciona,



altera a redação de dispositivo do Decreto no 980, de 11 de novembro de 1993, e dá outras providências.

#### Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

- Regularização de Áreas da União na Amazônia Legal - Contribuições ao Plano Amazônia Sustentável (PAS) - julho 2008  
[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/090707\\_PUB\\_Regul-arizacaoPAS.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/090707_PUB_Regul-arizacaoPAS.pdf)
- Programa de Destinação do Patrimônio da Extinta RFFSA para Apoio ao Desenvolvimento Local  
[http://www.planejamento.gov.br/link\\_secretaria.asp?cod=3672&cat=70&sec=9&sub=](http://www.planejamento.gov.br/link_secretaria.asp?cod=3672&cat=70&sec=9&sub=)
- Manual de incorporação e destinação de imóveis oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA  
[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081203\\_PUB\\_Manual-incorporacao.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081203_PUB_Manual-incorporacao.pdf)
- Projeto Orla
  - Projeto Orla: fundamentos para gestão integrada. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002. 78p.  
[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021\\_PUB\\_ProjOrla\\_fundamentos.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_ProjOrla_fundamentos.pdf)
  - Projeto Orla: guia de implementação. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Qualidade Ambiental; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.  
[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021\\_PUB\\_ProjOrla\\_guia.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_ProjOrla_guia.pdf)
  - Projeto Orla: implementação em territórios com urbanização consolidada. Coordenação de Kazuo Nakano. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. 80 p.  
[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021\\_PUB\\_ProjOrla\\_implementacao.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_ProjOrla_implementacao.pdf)
  - Projeto orla: manual de gestão. Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília: MMA, 2006.  
[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021\\_PUB\\_ProjOrla\\_manGestao.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_ProjOrla_manGestao.pdf)
  - Subsídios para um projeto de gestão. Brasília: MMA e MPO, 2004. (Projeto Orla).  
[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021\\_PUB\\_ProjOrla\\_subsidios.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_ProjOrla_subsidios.pdf)
- Tudo o que você precisa saber sobre laudêmio, taxa de ocupação e foro. Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União. Brasília: MP,



2002.

[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021\\_PUB\\_Cartilha\\_pagInternas.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_Cartilha_pagInternas.pdf)

- Legislação imobiliária da União: anotações e comentários às leis básicas. Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União. Brasília : MP, 2002.

[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021\\_PUB\\_LegImob\\_legislacao.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_LegImob_legislacao.pdf)

- Manual de regularização fundiária em terras da União. Organização de Nelson Saule Júnior e Mariana Levy Piza Fontes. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. 120 p.

[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/%20081021\\_PUB\\_Manual\\_regularizacao.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/%20081021_PUB_Manual_regularizacao.pdf)

- Sistema de Suporte a Decisão da SPU – Metadados

[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/%20081021\\_PUB\\_Manual\\_SSD.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/%20081021_PUB_Manual_SSD.pdf)

*Fonte: SPU/OC.*

## **2 Informações sobre o Planejamento e a Gestão Orçamentária e Financeira - Item 2 da Portaria TCU 123/11**

### **2.1 Responsabilidades Institucionais**

O Decreto nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010, estabeleceu as competências da SPU:

Art. 40: À Secretaria do Patrimônio da União compete:

- I - administrar o patrimônio imobiliário da União e zelar por sua conservação;
- II - adotar as providências necessárias à regularidade dominial dos bens da União;
- III - lavrar, com força de escritura pública, os contratos de aquisição, alienação, locação, arrendamento, aforamento, cessão e demais atos relativos a imóveis da União e providenciar os registros e as averbações junto aos cartórios competentes;
- IV - promover o controle, fiscalização e manutenção dos imóveis da União utilizados em serviço público;
- V - proceder à incorporação de bens imóveis ao patrimônio da União;





VI - formular, propor, acompanhar e avaliar a Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União, bem como os instrumentos necessários à sua implementação; e

VII - integrar a Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União com as demais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Art. 41: Ao Departamento de Incorporação de Imóveis compete coordenar, controlar e orientar as atividades de incorporação imobiliária ao Patrimônio da União, nas modalidades de aquisição por compra e venda, por dação em pagamento, doação, usucapião, administrativa, bem como de imóveis oriundos da extinção de órgãos da administração federal direta, autárquica ou fundacional, liquidação de empresa pública ou sociedade de economia mista, cabendo-lhe, ainda, o levantamento e a verificação in loco dos imóveis a serem incorporados, a preservação e regularização dominial desses imóveis e a articulação com entidades e instituições envolvidas.

Art. 42: Ao Departamento de Gestão de Receitas Patrimoniais compete coordenar, controlar e orientar as atividades relativas aos processos de arrecadação e cobrança de créditos patrimoniais.

Art. 43: Ao Departamento de Caracterização do Patrimônio compete coordenar, controlar e orientar as atividades relacionadas à identificação, ao cadastramento e à fiscalização dos imóveis da União.

Art. 44: Ao Departamento de Destinação Patrimonial compete coordenar, controlar e orientar as atividades relacionadas com o desenvolvimento de ações e projetos voltados à destinação, à regularização fundiária, à normatização de uso e à análise vocacional dos imóveis da União.

## **2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais**

O exercício em exame coincide com o primeiro ano do Governo da Presidente Dilma Rousseff, e, no que se refere à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), o período foi marcado pelo estabelecimento de uma nova agenda, cuja dinâmica de implementação, focada, prioritariamente, no planejamento estratégico, desenvolveu-se em duas etapas específicas e complementares. No primeiro semestre, o comando predominante vinculou-se à mobilização interna, envolvendo a equipe dirigente e os demais servidores, com a finalidade de consolidar e sistematizar as informações necessárias à compreensão crítica da atuação da SPU, a partir da combinação simultânea da visão retrospectiva do período 2003/2010 com a orientação prospectiva até 2014. Os desdobramentos dessa primeira etapa – os quais serão listados a seguir – implicaram a execução de ações típicas de planejamento, as quais marcaram a agenda do segundo semestre, numa seqüência que culminou com a realização do XV Encontro Nacional de Gestão Estratégica (XV ENGE) – o primeiro deste novo ciclo de gestão.

Para o período de 2011 a 2014 o planejamento na Secretaria de Patrimônio da União foi remodelado com base na experiência acumulada, combinando seus dois níveis fundamentais: estratégico e operacional. No estratégico, o foco foi direcionado para a implementação de ações com capacidade



para gerar mudança no ambiente institucional. No operacional, para informações sobre a execução das atividades normais da SPU.

Dessa forma, registra-se os pontos principais da avaliação dos processos de planejamento, de forma a compreender os fundamentos – teóricos e metodológicos – que suportaram a experiência construída pela organização, assim como as mudanças recentemente implementadas.

### A perspectiva histórica da mudança

Até 2009, o planejamento na SPU orientou-se, predominantemente, por iniciativas de cunho orçamentário, num processo também caracterizado pela preocupação de produção de informações para inserção no *Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan)*, cujos impactos repercutiram no processo decisório de modo a produzir limitações significativas.

A partir de 2010, após a consolidação da Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União (PNGPU) e a criação da Coordenação-Geral de Gestão Estratégica, foram envidados esforços de planejamento mais estruturados. Foram definidos desafios estratégicos a partir da PNGPU e, principalmente, um modelo de metodologia de planejamento.

### Avaliação da gestão 2003/2010

**2011: o compromisso com a mudança** – Uma avaliação preliminar da gestão 2003/2010 foi solicitada às unidades do Órgão Central, cujas contribuições foram objeto de compartilhamento em reunião realizada no dia 1º de junho de 2011. O quadro a seguir registra, sinteticamente, essa abordagem inicial:

Quadro A 2.2 - Avaliação da Gestão 2003/2010

Aspectos organizacionais	Nesta dimensão foram registrados os pontos de vista relativos à estrutura organizacional, à dinâmica dos relacionamentos entre as unidades e às competências institucionais.
Estrutura organizacional	<ul style="list-style-type: none"><li>• Coerência organizacional e sistêmica (missão, estrutura, Plano Plurianual);</li><li>• Diretorias sem assessoria (limitação);</li><li>• Desequilíbrio estrutural.</li></ul>
Competências institucionais	<ul style="list-style-type: none"><li>• Indefinição ou falta de formalização de competências;</li><li>• Órgão Central (OC) deve focar seu papel nas ações estratégicas e de formação.</li></ul>
Relacionamento/coordenação das unidades organizacionais	<ul style="list-style-type: none"><li>• Melhor estruturação das áreas-meio: perfil das unidades a serviço das demais;</li><li>• Mudança qualitativa no atendimento às Superintendências (SPUs);</li><li>• Dinamismo e multifuncionalidade da Assessoria;</li><li>• Relacionamento da Assessoria com demais equipes – ampliar articulação;</li><li>• Coordenações vinculadas ao Gabinete – intensificar apoio aos Departamentos;</li><li>• Atuação por vezes desarticulada entre GAB e</li></ul>



	<ul style="list-style-type: none"><li>Departamentos;</li><li>Necessidade de ampliar a integração entre os Departamentos;</li><li>OC deve melhorar o relacionamento com as SPU's;</li><li>Integração da área de TI com as demais áreas, com resultados positivos e históricos (Cálculo Laudêmio e CAT; CadMassa, TAU, CDRU, CUEM, SICAD, Código de Barras; etc);</li><li>Sincronia da gestão: um desafio a consolidar.</li></ul>
Cultura e clima organizacionais	<ul style="list-style-type: none"><li>Percepção coletiva da missão (comprometimento);</li><li>Olhar humanista: institucionalização de valores;</li><li>Aproximação entre direção e servidores;</li><li>Relações funcionais humanizadas;</li><li>Visão sistêmica permanece como um desafio.</li></ul>
<b>Processo de tomada de decisão</b>	<b>Natureza do processo de tomada de decisão, sua capacidade de repercutir posicionamentos e iniciativas que culminaram na descentralização de atividades e na delegação de competências para as Superintendências.</b>
Descentralização administrativa	<ul style="list-style-type: none"><li>Aprofundar os processos de descentralização, liberando o OC para a função estratégica;</li><li>Aprofundar as instâncias de planejamento, controle e apoio.</li></ul>
Delegação de competências	<ul style="list-style-type: none"><li>Conquista: publicação da Portaria SPU nº 200/2010;</li><li>Fortalecer instrumentos de monitoramento na delegação de competências;</li><li>Instituir cultura de cobrança de resultados.</li></ul>
Gestão colegiada	<ul style="list-style-type: none"><li>Gestão colegiada e planejamento participativo;</li><li>Organizar e institucionalizar colegiados de tomada de decisão;</li><li>Aprimorar o processo de tomadas de decisão colegiada e o acompanhamento dos resultados.</li></ul>
<b>Governança</b>	<b>Iniciativas relacionadas à capacidade institucional da SPU de implementar suas decisões estratégicas, enfatizando aspectos cruciais para a qualidade da gestão 2003-2010.</b>
Comunicação interna e externa	<ul style="list-style-type: none"><li>Garantir o aperfeiçoamento dos instrumentos de comunicação e informação;</li><li>Fortalecer a Rede de Monitores de Comunicação;</li><li>Tornar os canais de comunicação mais transparentes;</li><li>Melhoria da gestão do Fale Conosco;</li><li>Fortalecer a articulação com a ASCOM/MP;</li></ul>
Normatização/legislação	<ul style="list-style-type: none"><li>Solução e encaminhamento do passivo documental;</li><li>Problemas nos fluxos dos processos;</li><li>Disponibilização dos normativos e pareceres jurídicos na Comunidade de Legislação Patrimonial;</li><li>Descompasso da estrutura com o regimento interno;</li><li>Insuficiência da normatização;</li></ul>



	<ul style="list-style-type: none"><li>• Necessidade de modernização da legislação patrimonial.</li></ul>
Gestão de Pessoas	<ul style="list-style-type: none"><li>• GIAPU, Concursos Públicos, Capacitação: aspectos positivos;</li><li>• Escassez de técnicos nas áreas;</li><li>• Criar Plano de Carreira.</li></ul>
Gestão Orçamentária e Financeira	<ul style="list-style-type: none"><li>• Descentralização da gestão e da execução orçamentária;</li><li>• Gestão responsável do Cartão Corporativo e do SCDP: institucionalização garantida.</li></ul>
Gestão de processos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Resgatar o Projeto de Mapeamento de Processos (MAPRO).</li></ul>
Tecnologia da Informação	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aperfeiçoamento do processo de atendimento de Tecnologia da Informação (TI): medir melhorias no Portal, revisão de fluxos;</li><li>• A TI não acompanhou as necessidades da SPU;</li><li>• Conhecimento dos sistemas ainda não totalmente disseminado.</li></ul>
Controle Interno e Externo	<ul style="list-style-type: none"><li>• Redefinição do papel da área de controle interno/externo para provedor de feedback da gestão.</li></ul>
Logística	<ul style="list-style-type: none"><li>• Normatização da logística e prestação de contas;</li><li>• Criação da Comunidade Logística Virtual (já implementada)</li></ul>
Gestão documental e arquivo	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implementação do cronograma de eliminação de documentos, em parceria com a CODIN/MP.</li><li>• Eventos de capacitação realizados;</li></ul>
Núcleos e Atendimento ao Público (NAP)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Expectativa da implantação dos NAPs;</li><li>• Redefinir identidade dos NAPs.</li></ul>
Infraestrutura física e tecnológica	<ul style="list-style-type: none"><li>• Investimento em mobiliário e informática.</li></ul>
<b>Gestão Estratégica</b>	<b>Posicionamento da SPU no cenário político-institucional do país; instituição da Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União (PNPGU); importância e impacto (interno/externo) do planejamento estratégico; e criação de instrumentos/ferramentas para gerenciamento de informações essenciais.</b>
Comunicação interna e externa	<ul style="list-style-type: none"><li>• Criação dos portais da SPU;</li><li>• Papel institucional da SPU deve ser mais bem divulgado;</li><li>• Disseminar decisões e informações.</li></ul>
Status institucional	<ul style="list-style-type: none"><li>• Institucionalização da Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União (PNPGU);</li><li>• Conflitos de atribuição com outros órgãos de governo;</li><li>• Superar a imagem externa hegemônica: arrecadação e poder de polícia.</li></ul>



Gestão da Informação	<ul style="list-style-type: none"><li>• Criação de instrumentos/ferramentas de gestão estratégica (SAGES, FIGEST, BI, etc.);</li><li>• Criação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CTI);</li><li>• Criação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).</li></ul>
Planejamento estratégico	<ul style="list-style-type: none"><li>• Institucionalização do Projeto Gestão Regionalizada (SEGES/SPU);</li><li>• Programas transversais necessitam de melhor coordenação;</li><li>• Planejamento versus realidade: rever articulação do Plano de Ação Nacional com as ações estruturantes.</li></ul>
Gestão por resultados e desempenho	<ul style="list-style-type: none"><li>• Melhoria dos processos da GIAPU.</li></ul>
Gestão compartilhada e parcerias	<ul style="list-style-type: none"><li>• Parcerias: UnB, Exército e BID;</li><li>• Estado e Sociedade Civil: sujeitos de um único processo de gestão do patrimônio.</li></ul>

Fonte: SPU/OC.

### Oficina de Avaliação da Gestão

Com a finalidade de aprofundar o processo de avaliação da gestão e ampliar a participação no planejamento, as informações consolidadas acima foram encaminhadas às Superintendências, sob a forma de subsídio, com a recomendação de que a visão local/regional fosse também incorporada, sendo que o resultado desse processo foi apresentado em Oficina realizada nos dias 9 e 10 de junho, nas instalações da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Coube aos Superintendentes membros do Conselho Estratégico da SPU a missão de trazer para a oficina as contribuições das Superintendências integrantes da região representada: Nordeste, Sul, Sudeste, ComSertão e Norte. A metodologia utilizada para a realização da Oficina, assim como seus principais resultados são indicados a seguir.

### Metodologia

O conceito de “*Triângulo de Governo*”, desenvolvido por Carlos Matus, foi adotado para orientar as discussões e a realização da Oficina.

Essa concepção organiza a análise a partir da figura de um triângulo, cujos vértices são constituídos por três dimensões: i) o *Plano do Governo*, expresso pela finalidade do governo materializado como programa, projetos e políticas; ii) a *Governança*, representada pela capacidade do Governo para mobilizar os meios à disposição do governante, sejam materiais, cognitivos ou organizacionais; e iii) a *Governabilidade*, representada pelo modo de articulação com os atores sociais, políticos e econômicos (internos ou externos às estruturas governamentais) em favor de seus objetivos.

De modo análogo, procurou-se compreender e avaliar a “gestão do Patrimônio Imobiliário da União” a partir desta concepção, substituindo os vértices, respectivamente: i) pela Política Nacional da Gestão do Patrimônio da União (PNGPU); ii) pelos recursos disponíveis e o modelo de gestão da SPU para gerir a política (a governança); e iii) pelo modelo de articulação adotado para gerir o patrimônio imobiliário da União. Nesse triângulo, a política pública é concebida como o objeto da



gestão, a SPU como o instrumento institucional de implementação desta política pública e a articulação com atores importantes, como a forma particular de se conduzir o processo de implementação.

### **Organização dos Trabalhos**

O grupo de avaliação foi constituído pelo corpo diretivo da SPU – secretária, secretários adjuntos, chefe de gabinete, assessores, diretores, coordenadores gerais – e por representantes dos servidores, totalizando aproximadamente 30 pessoas.

Após o compartilhamento dos resultados das avaliações das regiões Sul/Sudeste, Comsertão, Norte, Nordeste, do Órgão Central e da Associação Nacional dos Servidores do Patrimônio da União (ANASP), os participantes foram reagrupados em seis mesas de debate, com orientação específica voltada para a metodologia adotada (Triângulo de Governo).

### **Resultados**

A Coordenação-Geral de Gestão Estratégica (CGGES) procedeu à sistematização da avaliação resultante dos grupos, cujos resultados principais, em cada dimensão, são descritos a seguir:

#### **Governo (PNGPU):**

- De maneira geral, os grupos identificaram a necessidade de revisar e publicizar a Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União (PNGPU), definindo com maior clareza o papel da SPU na política, bem como as competências do Órgão Central, das Superintendências e sua relação com os entes federados;
- A discussão do papel da SPU como protagonista da gestão do patrimônio da União surgiu em praticamente todos os grupos;
- Houve reconhecimento do avanço com a mudança do foco da Secretaria, saindo do meramente imobiliário para a garantia da função socioambiental da propriedade;
- Ressaltaram-se os avanços na integração da SPU com as políticas sociais e com os programas estruturantes do Governo Federal, destacando-se, ao mesmo tempo, a necessidade de ampliar o apoio às políticas sociais e aos programas estruturantes do Governo Federal;
- Foi apontada a necessidade de rever, modernizar e consolidar a base legal do patrimônio da União;
- A mudança do perfil arrecadatório, inclusive com o crescimento de receita, foi reconhecida como um ponto positivo da gestão. Entretanto, a necessidade de aperfeiçoamento da política de arrecadação, principalmente no que concerne à cobrança justa, foi um consenso;
- A necessidade de atualização, qualificação e integração da base cadastral dos imóveis também foi objeto de consideração.

#### **Governabilidade:**

- A aproximação da SPU com os movimentos sociais, entes federados e órgãos públicos foi entendida como positiva, ressaltando-se, porém, a necessidade de aprimoramento da relação do Órgão Central e das Superintendências com estados e municípios;



- As parcerias estabelecidas foram entendidas como positivas da gestão anterior; e
- Foi apontada a necessidade de se implementar estratégia de interlocução com o Poder Legislativo.

#### **Governança:**

- Necessidades específicas de recursos humanos, tais como falta de pessoal, necessidade de concurso, plano de carreira e capacitação;
- A criação das superintendências em todos os estados da federação foi entendida como um avanço na gestão do patrimônio da União;
- Necessidade de melhorias na estruturação da Secretaria, bem como o rebatimento da estrutura do OC nas Superintendências;
- A parceria com as Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda (SAMFs), em cada estado, foi apontada como ponto positivo, e reconhecida, ao mesmo tempo, a necessidade de aperfeiçoá-la;
- Necessidade de apoio jurídico às Superintendências;
- A ausência de estratégia de comunicação e respectivos planos, como origem de problemas de comunicação interna e externa;
- Avaliação positiva da criação da “Rede de Comunicação” e do jornal eletrônico “Cá Entre Nós”;
- Foram apontados os avanços no atendimento ao público com a constituição dos Núcleos de Atendimento ao Público (NAPs);
- A dependência do fornecedor dos serviços de tecnologia e o nível de qualidade de seus serviços foram reconhecidos como pontos negativos;
- Ausência de infraestrutura física e tecnológica;
- Necessidade de atualização/modernização dos sistemas;
- O modelo de gestão (compartilhada, participativa, descentralizada) foi bem avaliado, principalmente as instâncias de decisão e participação (encontros nacionais, regionais, Conselho Estratégico, Diretoria Colegiada, Colegiado Gerencial, Colegiado de Bem-Estar, Comitê Gestor de TI);
- A ausência de instrumentos de monitoramento foi identificada como um ponto fraco na execução das atividades;
- Necessidade de atualização do Regimento Interno; e
- Necessidade de atualização da legislação e dos normativos infralegais.

#### **Ferramentas de Gestão: Análise crítica**

Os problemas do processo de planejamento e do fluxo de informações levaram à criação e institucionalização de ferramentas mais apropriadas à dispersão e variedade das unidades da SPU. Foi projetado e montado o sistema *Ferramentas Integradas de Gestão (FIGEST)*, com a finalidade de registrar, por meio da disponibilização de funcionalidades de atualização via web, as ações planejadas, executadas ou decorrentes de demandas de órgãos de controle. O desenvolvimento do



sistema, contudo, não logrou apoiar o planejamento de modo efetivo antes da revisão ora em curso. De fato, o Plano de Ação Nacional (PAN), em formato de planilha eletrônica, embora tenha sido revisado em 2011 e dado suporte aos processos de liberação de diárias e passagens pelo OC, permaneceu inapropriado para apoiar a tomada de decisão, em grande parte devido ao caráter ainda mais operacional que lhe foi conferido.

Ao cabo de quase três anos de tentativas de sistematização do processo de planejamento centralizado, o saldo era o da existência de um plano geral e metodologicamente coerente, normatizado, com um suporte informacional razoavelmente estruturado. Por outro lado, contudo, esse mesmo plano revelou-se pouco relevante para o processo decisório, e, por isso, com reduzido impacto no atendimento de ações prioritárias, baixa adesão e uso pelas unidades da SPU. Tal situação é retratada, sinteticamente, no quadro a seguir.

**Quadro B 2.2 - Diagnóstico do planejamento na SPU**

Conquistas	Desafios
<ul style="list-style-type: none"><li>• Reconhecimento da necessidade e importância do planejamento pela direção da organização.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Baixa utilização do planejamento para a tomada de decisão.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Disponibilização dos recursos necessários ao planejamento centralizado.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reduzida execução das ações planejadas, contraposta à elevada quantidade monitorada.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Utilização do planejamento para a alocação de recursos específicos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Baixa adesão ao processo de elaboração e de acompanhamento do plano.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Dificuldade de vinculação entre inexecução e responsabilização.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Insuficiência do planejamento setorial centralizado (ou departamental).</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cultura organizacional ainda marcada pela alta demanda operacional.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Dificuldade de utilização das ferramentas de planejamento.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Relativa informalidade do processo de planejamento.</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Confusão entre ações estratégicas e operacionais.</li></ul>

Fonte: SPU/OC.

### **Avaliação da experiência do planejamento estratégico na SPU: conquistas, avanços e perspectivas**

Para a elaboração e o acompanhamento do Plano Estratégico 2011/2014 – doravante denominado "*Patrimônio Futuro*" – a SPU inspirou-se na metodologia do Balanced Scorecard (BSC). Há, portanto, mapa estratégico de ações de mudança organizacional, cujos itens correspondem a projetos específicos, nas dimensões de processos internos, aprendizado e pessoas, cliente e financeiro, incorporando adaptações ao modelo proposto originalmente por Kaplan e Norton



(1997). Os projetos prioritários foram identificados a partir de modelagem simplificada, tendo como parâmetro o *Manual de Projetos da Agência Brasileira de Cooperação Internacional*.<sup>1</sup>

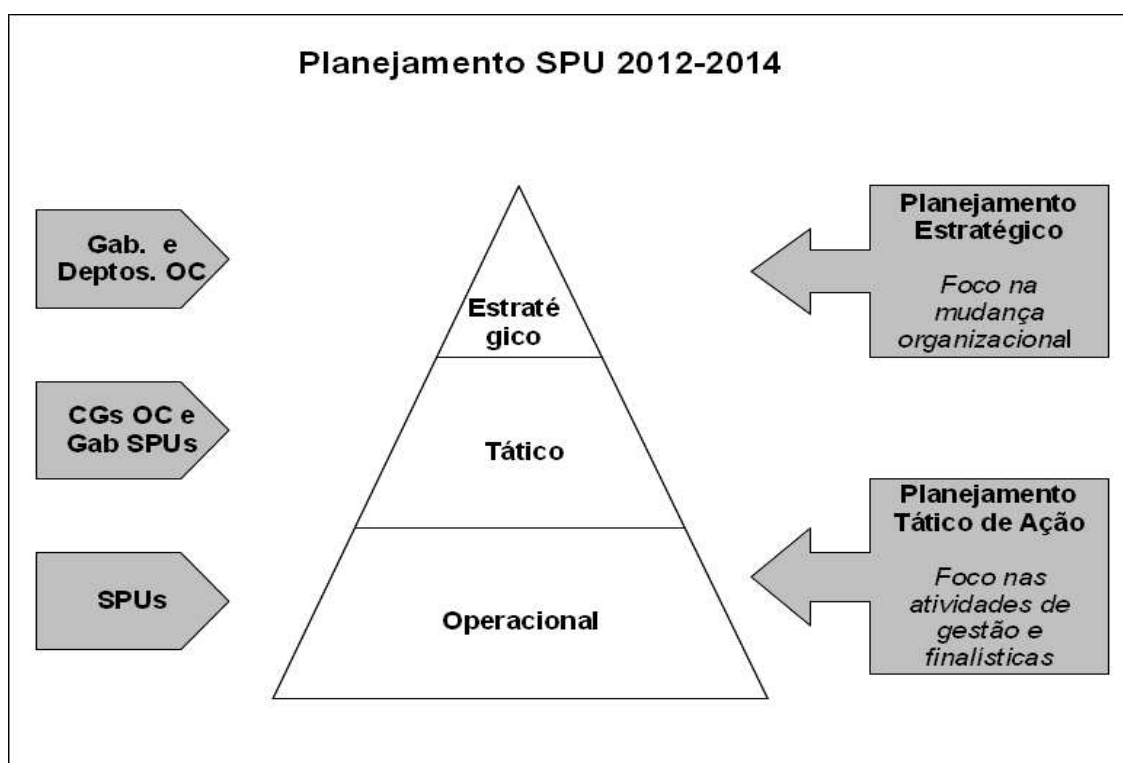
Do ponto de vista administrativo, cada projeto deve ser objeto de processo próprio. O horizonte, nesse plano, é plurianual (2012-2014) e compõe-se com os projetos elencados no *Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União*, que estrutura ações de melhoria transversal da gestão, nas searas de reestruturação da gestão de informações, de processos e de sistemas.

No plano operacional buscou-se a reunião de informações sobre a execução das competências atuais da organização, de modo a estruturar o planejamento e os controles centralizados. Diretrizes para as atividades nesse nível já haviam sido definidas, mas as ferramentas de monitoramento mostraram-se insatisfatórias, razão pela qual optou-se pela adoção do *Plano Tático de Ação (PTA)*, uma ferramenta informatizada que pretende reunir em uma única tabela as ações decorrentes do exercício de competências relacionadas à gestão do patrimônio da União. O PTA segue uma metodologia inspirada na simplicidade do *5W2H* e no método colaborativo de elaboração e revisão, envolvendo unidades descentralizadas e Órgão Central (OC).

O planejamento atual da SPU, em ambas as dimensões - "*Patrimônio Futuro*" e *PTA* -, atende a diversos fins, entre os quais: a busca pela efetiva execução dos projetos estratégicos; a viabilização do controle das atividades executivas da SPU; a viabilização de avaliação institucional (inclusive para efeitos remuneratórios, com repercussão na Gratificação de Incremento à Administração do Patrimônio da União - GIAPU) e a sistematização de informações.

Dessa forma, buscou-se aproveitar a experiência construída, melhorando a gestão e o foco do planejamento e, assim, melhorar as chances de realização do planejado.

**Ilustração 2 – Planejamento SPU 2012-2014**

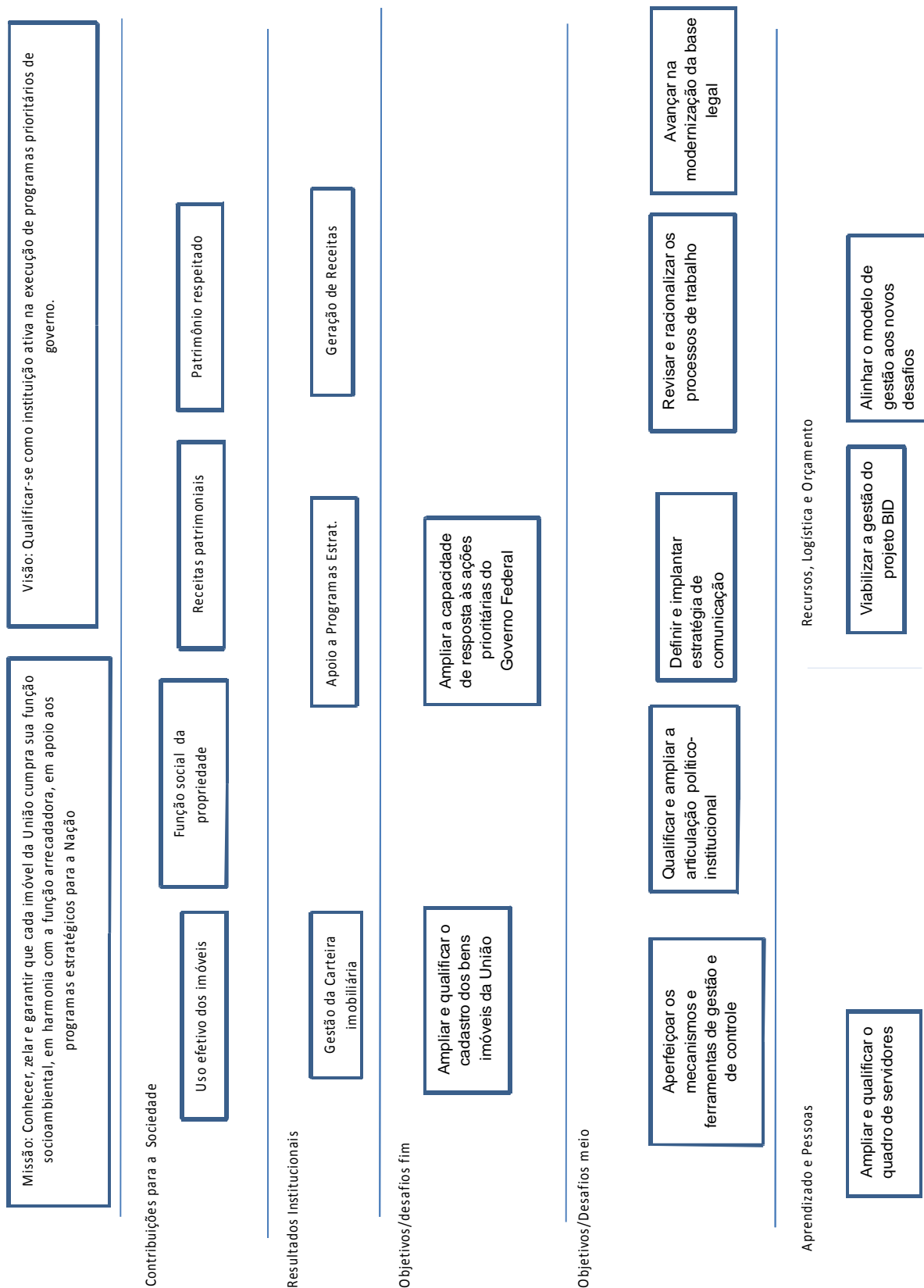


<sup>1</sup> Disponível no seguinte endereço: <http://www.abc.gov.br/download/PRJ-CTI.pdf> (Consulta em 29/02/2012).



Ilustração 3 – Mapa Estratégico SPU 2012-2014

Mapa Estratégico SPU - 2012 - 2014





## Proposta de Desafios Estratégicos

Em oficina realizada no dia 26 de agosto de 2011, a Diretoria Colegiada decidiu pela consolidação preliminar da matriz de desafios estratégicos para o período de 2011 a 2014, a qual foi encaminhada às Superintendências como instrumento essencial para a realização do XV Encontro Nacional de Gestão Estratégica (XV ENGE):

- 1. Qualificar e ampliar a articulação político-institucional;
- 2. Definir e implantar estratégia de comunicação;
- 3. Viabilizar a gestão do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União (Projeto MPOG/BID);
- 4. Aperfeiçoar os mecanismos e ferramentas de gestão e controle;
- 5. Revisar e racionalizar os processos de trabalho;
- 6. Ampliar e qualificar o quadro de servidores;
- 7. Avançar na modernização da base legal;
- 8. Ampliar e qualificar a informação cadastral dos bens imóveis da União;
- 9. Ampliar a capacidade de resposta às ações prioritárias do Governo Federal;
- 10. Alinhar o modelo de gestão aos novos desafios.

## XV Encontro Nacional de Gestão Estratégica (XV ENGE)

Realizado no período de 17 a 21 de outubro de 2011, o primeiro Encontro Nacional da atual gestão cuidou de consolidar as principais peças estratégicas, elegendo, de forma coletiva, os projetos prioritários vinculados a cada desafio estratégico. Tendo como tema “*O novo Ciclo da Gestão do Patrimônio da União – 2011/2014*” e o lema “*Um pacto pela confiança e pela eficiência*”, o encontro reuniu em Brasília o corpo diretivo do Órgão Central, Superintendentes e servidores, com o objetivo de concluir o planejamento estratégico. Aberto pela Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o XV ENGE incluiu também na sua programação a apresentação dos principais programas estratégicos do Governo Federal: *Programa Brasil Sem Miséria*, *Programa Terra Legal*, *Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2* e o *PPA 2012-2015*.

Os produtos principais do XV ENGE foram consignados no *Mapa Estratégico 2012-2014* e na *Relação de Projetos Prioritários*, segundo informações constantes dos quadros a seguir.

Quadro C 2.2 – Relação de Projetos Estratégicos

Desafio Estratégico	Projeto Prioritário
01. Ampliar e qualificar o cadastro dos bens imóveis	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Atualização do Plano Nacional de Caracterização;</li><li>2. Saneamento cadastral;</li><li>3. Implementação nova sistemática de atualização de PVGs;</li><li>4. Certificação de cadastro de imóveis da APF;</li><li>5. Cadastramento dos imóveis titulados no programa de</li></ol>



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria Patrimônio da União – SPU  
Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa  
Catarina – SPU/SC

	regularização fundiária; e 6. Plano de Incorporação.
02. Ampliar a capacidade de respostas às ações prioritárias do Governo Federal (PAC 2, Brasil sem Miséria, Programa Minha Casa Minha Vida)	7. Elaboração do Plano de Destinação de grandes projetos de infraestrutura prioritários; 8. Elaboração do plano de destinação para projetos prioritários na área social; e 9. Instituição do Núcleo de acompanhamento de demandas prioritárias.
03. Aperfeiçoar os mecanismos e ferramentas de gestão	10. Reestruturação dos sistemas existentes (SIAPA, SPIUNet, CIF, SARP); 11. Criação de instrumentos/rotinas para evitar prescrição e decadência e caducidade; 12. Implantação do SIG; 13. Estruturação do controle e do acompanhamento de execução orçamentária e contratos Administrativos; 14. Definição de parâmetros de racionalização da utilização de imóveis de uso especial; 15. Estruturação de painéis de indicadores; 16. Ampliação e revisão do modelo de gestão (metodologia) do Projeto Orla; e 17. Revisão GIAPU.
04. Qualificar e ampliar a articulação institucional	18. Elaboração do plano de relacionamento/articulação institucional; e 19. Integração das bases da SPU com outras bases de governo com ações prioritárias.
05. Implementar estratégia de comunicação e relacionamento	20. Elaboração e implementação do Plano de Comunicação Interna e Externa; e 21. Reformulação do relacionamento com cidadão.
06. Revisar e racionalizar os processos de trabalho	22. Elaboração de Fluxos/revisão/normatização e manualização de rotinas de processos; e 23. Padronização de modelos de atos administrativos.
07. Avançar na modernização da Legislação Patrimonial	24. Revisão, Consolidação e Proposição de Legislação Patrimonial; e 25. Definição da faixa de segurança.
08. Ampliar e qualificar o quadro de servidores	26. Promoção de concursos públicos; 27. Elaboração e implementação Plano de Gestão de Pessoas; 28. Elaboração e implementação do Plano de Capacitação; e 29. Criação de carreira de gestor do patrimônio.
09. Viabilizar o Projeto de Modernização da Gestão do	30. Desenvolvimento e implantação do modelo de



Patrimônio da União (SPU/BID)	Gestão do Projeto SPU/BID.
10. Alinhar o modelo de gestão aos novos desafios	31. Revisão do papel da Secretaria e das superintendências; 32. Aprovação do Regimento Interno; 33. Elaboração do modelo de governança; e 34. Revisão de estrutura administrativa

Fonte: SPU/OC.

## 2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

### 2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro A 2.3.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
<b>Código no PPA:</b> 0794		<b>Denominação:</b> Gestão do Patrimônio Imobiliário da União				
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico						
<b>Objetivo Geral:</b> Garantir que o Patrimônio da União cumpra sua função sócio-territorial, com princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso.						
<b>Objetivos Específicos:</b> Identificar a vocação dos imóveis que compõem o patrimônio imobiliário da União, destinando-os de acordo com princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso, de garantia da inclusão sócio-territorial e de apoio ao desenvolvimento local sustentável.						
<b>Gerente:</b> Paula Maria Motta Lara			<b>Responsável:</b> Patryck Araújo Carvalho			
<b>Público Alvo:</b> Órgãos e entidades da administração pública e a sociedade em geral, priorizando famílias com renda até 5 (cinco) salários mínimos e comunidades tradicionais (ribeirinhas, varzenteiras e quilombolas).						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
76.000.000,00	66.279.352,00	37.244.027,17	27.288.162,15	9.955.865,02	25.708.348,36	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de crescimento da arrecadação patrimonial	31/12/2006	261.606	146,290	146,290	<b>269,550</b>
Fórmula de Cálculo do Índice						
[ Valor total da arrecadação patrimonial do exercício / Valor total da arrecadação do ano-base] x 100						
Análise do Resultado Alcançado						
A meta do Indicador Taxa de Crescimento da Arrecadação Patrimonial foi superada em 2011, com índice atingido de 269,550. Vale ressaltar que o crescimento da arrecadação foi de 10,08% em relação a 2010. Maiores detalhes sobre a atividade de arrecadação e cobrança encontram-se nas respectivas ações descritas abaixo.						

Fonte: Sigplan

As atividades retratadas nas ações contidas no **Programa 0794 – Gestão do Patrimônio da União** refletem, a grosso modo, a divisão de macroprocessos da Secretaria: identificação dos imóveis



(demarcação, incorporação e fiscalização), destinação de imóveis (gratuitas ou onerosas, diretas ou em apoio a políticas públicas finalísticas de outros órgãos ou entes) e arrecadação de receitas. Demonstrem, portanto a grande diversidade e o encadeamento de processos abrangidos pelas complexas atividades de gestão patrimonial.

Vale ressaltar que, para o exercício de 2011, as atividades da SPU foram afetadas, severamente em alguns casos, pelas limitações de créditos. Foram significativas as disposições do Decreto 7.446/2011, de 01/03/2011 que estabeleceu, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011; e do Decreto 7.445/2011, de 01/03/2011, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011 e dá outras providências. Em linhas gerais, a ação de fiscalização foi afetada por um corte na ordem de 83,97%, a ação de regularização sofreu um contingenciamento de 70,64%, ficando a média do corte em 48,24%.

### 2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

Quadro A 2.3.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	122	0794	2272	A	4	unidade	-	-	**
04	122	0794	4852	A	4	unidade	200	816	**
04	122	0794	8688	A	4	unidade	13.652	35.305	**
04	125	0794	8690	A	4	unidade	23.296	20.325	**
04	126	0794	4078	A	4	unidade	1	1	**
04	127	0794	6738	A	3	unidade	5.000	1.055	**
04	127	0794	8676	A	4	unidade	58,00	32,00	**
04	127	0794	12NZ	A	4	percentual	20	0*	**
04	129	0794	2A37	P	4	R\$	443.400.980,00	705.163.932,62	**

Obs.: \* Esta ação não teve execução orçamentária e portanto nem física pelo fato da não assinatura do Contrato com o BID, prevista para 2012.

\*\* A modificação do formato do PPA 2012-2015 não prevê meta específica para cada ação.

Fonte: Sigplan

#### 2.3.2.1 Ação 2A37 - Arrecadação e Cobrança Administrativa de Créditos Patrimoniais

##### 2.3.2.1.1 Gestão de Receitas Patrimoniais: eficiência e eficácia em 2010

Conforme já exposto no Relatório de Gestão 2009, a Divisão de Receitas Patrimoniais – DIREP da Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina vem acompanhando os processos de



arrecadação desde o exercício de 2007, buscando contribuir para a ampliação e consolidação da arrecadação, em conjunto com a qualificação da base cadastral dos imóveis da União no estado.

Em fevereiro de 2008, foram notificados 14.587 RIP's, responsáveis por algo em torno de 43 mil débitos em aberto, tendo como resultado, nos dois meses seguintes, um aumento no número de débitos quitados e no número de responsáveis que procuraram a Gerência para parcelar suas dívidas ou para comprovar seu pagamento.

Apesar dos problemas inerentes a todo processo de cobrança e do esperado aumento de homens/hora para a execução do serviço, obteve-se como resultado o aumento da arrecadação e a atualização da base cadastral, em virtude do fornecimento, pelos notificados, de documentos que comprovaram a transferência dos imóveis.

Em 2009, em virtude do grande número de ações judiciais impetradas contra os aumentos dos foros e taxas de ocupação a partir do exercício de 2007 e do conseqüente deslocamento de quase 50% da força de trabalho até o início do mês de maio para o cumprimento de todas as ações judiciais, foi impossível repetir a metodologia de notificação em massa dos devedores, pois havia a necessidade de concluir as transferências de titularidade já informadas antes de promover o envio das notificações. Desta forma, durante quase todo aquele exercício, o foco das ações voltou-se para o cumprimento das determinações judiciais e para o lançamento das transferências de titularidade no SIAPA, com a ajuda de duas forças-tarefa, reduzindo o passivo para, aproximadamente, 1.700 processos.

No exercício de 2010, tendo em vista o esforço empreendido no ano anterior, foi possível retomar a estratégia de notificação em massa dos devedores e, novamente, foram observados os mesmos resultados positivos do exercício de 2008.

Paralelamente, deu-se continuidade no esforço para a redução do passivo de transferências com o auxílio de mais duas forças-tarefa, fato que ajudou a reduzir o montante em, aproximadamente, cinqüenta por cento.

Cabe ressaltar que o esforço conjunto dos servidores das forças-tarefa representou o equivalente a um servidor cedido pelo período de quatro meses, dedicado exclusivamente à averbação de transferências. O resultado foi um acréscimo de 25% na capacidade de análise e execução desses processos, o que evidencia o problema latente da falta de mão de obra.

Graças ao esforço conjunto, no fim do mês de Dezembro de 2010 o número de processos de transferência aguardando providências caiu para, aproximadamente, 800 processos.

Com a divisão da DIREP e conseqüente criação da DICOB em junho de 2010, metade dos servidores passaram para a nova área, levando consigo a responsabilidade do inscrição e acompanhamento dos débitos em Dívida Ativa, de modo a evitar a prescrição dos mesmos, e o cumprimento das ações judiciais no que tange a questão financeira, visto tratarem-se de débitos que não foram saldados a contento e, portanto, sujeitos a um processo de cobrança específico.

A redução do quantitativo de servidores criou a necessidade de reestruturar os serviços e, principalmente, priorizar tarefas. Assim, o foco das atenções da equipe passou a ser o tratamento dos processos de averbação de transferência, em virtude do tamanho da demanda e por ser este o principal fator de atração de público à Superintendência para assuntos referentes à área financeira.



Deste modo, apesar de não contar com o auxílio de forças-tarefa ao longo do exercício, o esforço concentrado obteve a redução do passivo de processos para, aproximadamente, 400 processos aguardando tratamento ao fim do ano de 2011.

Para o restante dos assuntos como alocações, restituições, isenções e outros, foi realizado um acompanhamento do quantitativo e a mobilização de toda a equipe durante um período específico para o tratamento desses processos quando o acúmulo começou a tornar-se sensível, sendo que, destas tarefas, somente o trabalho de alocação de créditos continuou seguindo uma rotina específica, dada o grande reflexo que causa o tratamento dessas inconsistências.

### 2.3.2.1.2 Lançamento e Arrecadação

#### 2.3.2.1.2.1 Lançamentos

Em 2011, a SPU realizou o lançamento dos créditos referentes às receitas patrimoniais de taxa de ocupação e foro dos imóveis de Santa Catarina, na Grande Emissão, no valor de, aproximadamente, R\$ 47,887 milhões, referentes a 30.656 DARF's.

Como pode ser observado no *Quadro A 2.3.2.1.2.1*, o valor emitido na Grande Emissão de 2011 foi, aproximadamente, 5,59% menor do que o valor em 2010, percentual que não guarda correlação com o aumento no número de DARF's emitidos, que origina-se em quase sua totalidade do fracionamento ou desmembramento dos RIP's de outros imóveis.

**Quadro A 2.3.2.1.2.1 – Comparativo entre Grande Emissão de 2006 e 2011**

Ano	Exercício					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Qtde. de DARF's Postados</b>	25.082	26.958	27.283	28.593	29.103	30.656
<b>Valor Emitido (R\$)</b>	11.480.456,7	35.961.181,69	39.537.697,22	43.392.370,53	50.722.670,06	47.886.965,31

Fonte: Sistema Integrado de Administração Patrimonial – SIAPA.

A queda no valor total da emissão justifica-se pelo diferente percentual de variação da PGV nos municípios. Todavia, tanto o quantitativo de DARF's como o valor emitido poderiam ser muito maiores se fossem cadastrados todos os imóveis passíveis de inscrição no estado, conforme já apontado pela área de engenharia algumas vezes, ou se houvesse a revisão da suspensão dos lançamentos para a maioria do litoral da ilha de Santa Catarina, depois do advento da Emenda Constitucional nº 46/2005. Porém, em ambos os casos, a ampliação do número de imóveis implicaria na necessidade da ampliação do número de servidores para o tratamento do conseqüente aumento da demanda de serviços.

#### 2.3.2.1.2.1.1 Suspensão dos lançamentos de crédito em receitas patrimoniais

No exercício de 2011, foram novamente adiados os lançamentos das taxas de, aproximadamente, 2.750 imóveis (dois mil, setecentos e cinquenta) da ilha de Santa Catarina, por estarem localizados nos trechos ainda sem Linha de Preamar Média de 1831 (LPM/1831) demarcada e homologada.

Cabe ressaltar que a cobrança das taxas do exercício 2005 foi suspensa por força da Portaria 309/2005 e o lançamento das taxas encontra-se inibido desde o exercício de 2006.





Essa situação preocupa o corpo técnico da SPU/SC não só pela redução da arrecadação, mas, principalmente, pelo impacto financeiro sobre os responsáveis, caso não seja viabilizado o parcelamento dos valores devidos, e, no entender da Superintendência, já deveria ter sido revista.

### 2.3.2.1.2.2 Arrecadação

Em 2011, a arrecadação foi de, aproximadamente, R\$ 45,283 milhões, o que corresponde a um incremento de 3,39% em relação ao valor arrecadado no exercício de 2010.

**Quadro A 2.3.2.1.2.2 – Comparativo entre Arrecadação de 2006 a 2011**

Exercício	Arrecadação (R\$)					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Arrecadação (R\$)	16.059.625,08	23.565.530,67	28.921.839,02	32.210.242,42	43.797.015,24	45.282.753,57

Fonte: Sistema Integrado de Administração Patrimonial – SIAPA.

O *Quadro A.2.3.2.1.2.2* mostra o crescimento da arrecadação desde o ano de 2006. Apesar das crises mundiais em 2008 e 2010 e do grande número de ações judiciais contra a cobrança dos valores emitidos, a arrecadação ainda superou a do exercício anterior em, aproximadamente, R\$ 1,486 milhões no período, duplicando a diferença do biênio anterior.

**Quadro B 2.3.2.1.2.2 – Incremento da Arrecadação em reais - 2008 a 2010**

	Incremento da Arrecadação (R\$) - 2008 a 2010						
	2009	Incremento 2010/2009		2010	Incremento 2011/2010		2011
		R\$	%		R\$	%	
Emissão (R\$)	43.392.370,53	7.330.299,53	16,89	50.722.670,06	-2.835.704,75	-5,59	47.886.965,31
Arrecadação (R\$)	32.210.242,42	11.586.772,82	35,97	43.797.015,24	1.485.738,33	3,39	45.282.753,57

Fonte: Sistema Integrado de Administração Patrimonial – SIAPA.

Conforme mostra o *Quadro B.2.3.2.1.2.2*, embora o valor de emissão do exercício de 2011 tenha sido 5,29% menor que o valor nominal do exercício 2010, a arrecadação teve um crescimento de 3,39% em relação ao período anterior. Outro resultado significativo pode ser observado se comparado o percentual Arrecadação/Emissão dos últimos anos. Em 2008, a relação foi de 73,15%, contra 74,23% de 2009, 86,35% em 2010 e 94,56% em 2011. Esse resultado demonstra, mais uma vez, o aumento da eficiência da arrecadação e, ainda, que, apesar das dificuldades já relatadas, o esforço da equipe para a cobrança dos débitos em aberto vem sendo maior ano a ano e vem se demonstrando acertado.

#### 2.3.2.1.2.2.1 Créditos não alocados

Conforme pode ser observado no *Quadro A.2.3.2.1.2.2.1*, em 2011 foram efetuadas 863 alocações de créditos no SIAPA, número que representa um aumento de 75,41% em relação ao exercício anterior.

A relação do quantitativo de operações realizadas guarda estreita relação com o processo de notificação em massa, pois os responsáveis pelos débitos em aberto eventualmente apresentam . e vem se demonstrando equilibrado na comparação mês a mês. Os resultados atípicos alcançados no segundo trimestre e nos dois últimos meses do ano justificam-se parte pela grande notificação de



débitos efetuados em Março e no início de Novembro, que levou os responsáveis a apresentarem os comprovantes de quitação nos meses subsequentes, e parte pelo esforço da equipe em evitar o risco de envio indevido de débitos já saldados para a inscrição em Dívida Ativa, principalmente nos últimos dois meses do ano no início do exercício subsequente.

#### Quadro A 2.3.2.1.2.2.1 – Quantitativo de Alocações – Comparativo 2010 X 2011

Alocação de Créditos	2010		2011													
	Total	Média	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Média
Quantidade	492	41,00	16	26	53	87	91	91	48	38	73	53	152	135	863	71,92

Fonte: Sistema de Suporte à Decisão – SSD/DW.

Cabe lembrar, mais uma vez, que se esperava-se uma redução no número de alocações em função da alteração dos procedimentos de cobrança de laudêmio e emissão das CAT's, que hoje é realizada na página do Patrimônio da União na *internet* pelos contribuintes. O procedimento tem a virtude de apontar eventuais erros de recolhimento imediatamente, pois impede a liberação da Certidão Autorizativa de Transferências. Porém, o trabalho ao longo do ano mostrou claramente que as falhas de alocação estão relacionadas aos erros de digitação dos dados dos DARF's no momento do pagamento. Temos como certo que o problema das falhas de alocação dos créditos estará resolvido se for implantado o código de barras nos DARF's emitidos pelo Patrimônio da União, liberando a equipe para a execução de outras tarefas.

#### 2.3.2.1.2.2.2 Isenção e Carência

O Art. 1º, do Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, em conformidade com a nova redação dada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, e regulamentado no Decreto nº 6.190, de 20 de agosto de 2007, alterou os critérios para a concessão do benefício da isenção por carência do pagamento de foros, taxas de ocupação e laudêmos.

O número de isenções e de carências solicitadas e deferidas sofreu um crescimento até o ano de 2009, no qual foram realizadas 1.162 operações de inclusão de isenção/carência no SIAPA, com média de 96,83 lançamentos por mês. Esse crescimento foi justificado pelo grande aumento da PGV no mesmo período, o que gerou um aumento da procura do benefício, e, também, pela alteração do teto de concessão para cinco salários mínimos, que aumentou o número de famílias beneficiadas.

Em 2010, houve foram incluídas 815 isenções/carências no SIAPA, número que representou uma redução de 29,86% em relação ao número de inclusões do exercício anterior. O resultado pode ser explicado pelo aumento do prazo de validade do lançamento, que passou de um para quatro anos, desobrigando o beneficiário da obrigação de comprovação anual de sua condição.

Em 2011, foram incluídas 914 carências e concedidas 18 isenções, conforme pode-se observar no Quadro A.2.3.2.1.2.2.2 abaixo.

#### Quadro A 2.3.2.1.2.2.2 – Operações de Isenção e Carência em 2011

Operações	2011													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Média
Isenções				4	12		2						18	1,50
Carências	1		4	414	22	47	129	82	103	31	64	17	914	76,17



Fonte: Sistema de Suporte à Decisão – SSD/DW.

Pode-se observar, também, que há uma correlação do aumento do número de operações no sistema, normalmente em Abril, com o lançamento das taxas patrimoniais. Após a Grande Emissão, normalmente cresce o número de pessoas que acorrem à unidade busca de soluções para a sua dificuldade de saldar seus débitos, gerando um aumento na demanda por revisões técnicas, revisões de valor e pedidos de carência.

### 2.3.2.1.3 Cobrança

Visando maior eficácia e eficiência, esta Superintendência reestruturou o setor de receitas e implantou a Divisão de Cobranças (DICOB). Criada em junho de 2010, a partir da segmentação de atividades originárias da Divisão de Receitas Patrimoniais (DIREP), a DICOB possui como principais atribuições a apuração de inconsistências cadastrais relacionadas com a identificação dos responsáveis pelos débitos, o controle e notificação de débitos em cobrança, o encaminhamento dos débitos inadimplidos à Procuradoria da Fazenda Nacional para inscrição em Dívida Ativa da União e o cumprimento de Ações Judiciais. Sob a responsabilidade desta nova divisão recaíram as Metas GIAPU Z1 - Cobrança Administrativa e Z2 - Redução inconsistências - devedores sem CPF.

#### 2.3.2.1.3.1 Notificações

A notificação de débitos é um instrumento amplamente utilizado pela Divisão de Cobranças com o firme propósito de recuperar créditos inadimplidos, e, ainda, para fundamentar eventuais inscrições em Dívida Ativa. Conforme mostrado nos relatórios anteriores, esta prática faz parte de um plano de ação traçado em 2007.

**Quadro A 2.3.2.1.3.1 – Quantitativo de Notificações emitidas em 2011**

Notificação de débitos	2011												Total	Média
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
Encaminhadas via sistema*	15	2	11.708	1	0	0	0	4	0	0	10.262	0	21.992	1.832,67
Encaminhadas manualmente	131	160	201	333	368	243	373	257	212	252	212	268	3.010	250,83
<b>Total</b>	<b>146</b>	<b>162</b>	<b>11.909</b>	<b>334</b>	<b>368</b>	<b>243</b>	<b>373</b>	<b>261</b>	<b>212</b>	<b>252</b>	<b>10.474</b>	<b>268</b>	<b>25.002</b>	<b>2.083,5</b>

\* - Fonte: Sistema Integrado de Administração Patrimonial – SIAPA.

Conforme mostra o *Quadro A 2.3.2.1.3.1* acima, foram realizadas, no exercício, 25.002 operações de notificação e cobrança administrativa, contra 18.214 operações em 2010, um incremento de 37,27% em relação ao exercício anterior.

O número de notificações emitidas pela SPU/SC surpreende quando relacionado ao total emitido pelas Superintendências de todo o país:

**Quadro B 2.3.2.1.3.1 – Quantitativo de Notificações - Comparativo Brasil X SPU/SC**

Notificação de Créditos	2011												Total	Percentual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
<b>BRASIL</b>	8.509	2.505	13.269	927	1.932	8.522	952	1.109	739	906	13.046	489	52.905	100%
<b>SPU/SC</b>	15	2	11.708	1	0	0	0	4	0	0	10.262	0	21.992	41,57%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Patrimonial – SIAPA.



Conforme mostra a *Quadro B 2.3.2.1.3.1* acima, foram realizadas 52.905 operações de notificação via sistema SIAPA no país, destas 21.992 foram efetuadas pela SPU/SC, correspondendo a 41,57% do total nacional.

Durante o exercício 2011 foram publicados 7 Editais de Notificação de Débitos. Destes, 6 foram referentes a débitos inadimplidos verificados no SIAPA, envolvendo 1.991 RIP's e 1, Edital 006/2011, referente a débitos da RFFSA.

### 2.3.2.1.3.2 Prescrição/Dívida Ativa da União

No exercício 2011, em virtude da notificação dos devedores, a exemplo do exercício anterior, houve novamente a inscrição em massa dos débitos inadimplidos em Dívida Ativa da União, conforme dados da *Quadro A 2.3.2.1.3.2*.

**Quadro A 2.3.2.1.3.2 – Operações de manutenção de processos em DAU**

Exercício	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Cancelamento de processo DAU	27	27	43	106	116	104	43	186	236	164	59	253	1.364
Exclusão de débito de processo DAU	93	100	328	282	367	363	201	355	435	276	254	84	3.138
Inclusão de processo DAU	43	39	72	99	114	119	97	695	210	174	407	231	2.300
Reinclusão de débito em processo DAU		10		2	3		40	2				6	47
<b>Total de Operações 2009</b>	<b>163</b>	<b>176</b>	<b>443</b>	<b>489</b>	<b>600</b>	<b>586</b>	<b>381</b>	<b>1.238</b>	<b>881</b>	<b>614</b>	<b>720</b>	<b>574</b>	<b>6.865</b>

Fonte: Sistema de Suporte à Decisão – SSD/DW.

Entretanto, devido ao trabalho iniciado no exercício 2008, muitos dos responsáveis pelos débitos inscritos em DAU apresentaram na PFN documentos que comprovavam não ser deles a responsabilidade pelo débito ou os recibos de quitação do todo ou de parte da dívida inscrita, fato que continua exigindo grande parte da atenção das ações de manutenção dos processos em Dívida Ativa.

Esta situação vem gerando um número significativo de processos em DAU alterados ou excluídos, conforme mostra o mesmo quadro.

Espera-se que a constante atuação na cobrança dos débitos, mediante o envio para a DAU, além de eliminar o risco de prescrição de débitos, venha a contribuir para sanear o cadastro, seja pela comprovação do pagamento, seja pela quitação, além de proporcionar a certeza dos responsáveis no momento da cobrança dos débitos pela União.

Outra questão que gera transtornos para as Superintendências são as notificações e envio BATCH a DAU pelo sistema SIAPA sempre em nome dos atuais responsáveis pelos imóveis. Embora o sistema “reconheça” quem é o responsável pelo débito, no momento de notificar e inscrever em DAU, sempre o faz para o atual ocupante. Este problema carece ainda de tratamento pelo Órgão Central.

Atualmente, os processos de DAU gerados em lote mensalmente pelo sistema são analisados individualmente pelos servidores da DICOB para evitar a inscrição indevida. Verificado erro na identificação do sujeito, os processos são cancelados. Tal providência, tem por objetivo, ainda, impedir processos indenizatórios que poderiam causar prejuízos a União em monta superior aquela gerada por eventuais prescrições oriundas deste procedimento. Quanto aos lotes enviados anteriormente sem este prévio tratamento, até o presente, não foi possível efetuarmos uma análise



em razão do reduzido número de servidores lotados nesta divisão bem como nas deficiências de sistemas apresentadas tanto pelo SIAPA quanto pelo SSD/DW para a detecção destas ocorrências.

#### 2.3.2.1.4 Movimentação de Processos

A Divisão de Cobranças – DICOB – vem recebendo um expressivo volume de processos, além de um aumento no número de atribuições como, por exemplo, o acompanhamento dos débitos da RFFSA com o fim de inscrição em DAU. No entanto, a DICOB não recebeu o aporte de outros servidores para compensar esse aumento; ao contrário, ocorreu a realocação de servidor desta divisão para a Assessoria de Gabinete, em substituição à servidora transferida para a SPU/MS.

Quadro A 2.3.2.1.4 – Movimentação de Processos

Movimentação de Processos	2011													Total	Média
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Entrada	673	430	943	895	1.063	950	720	958	776	672	788	679	9.547	795,6	
Saída	311	317	673	547	710	684	774	1.020	734	1.046	1.055	691	8.562	713,5	

Fonte: Controle de Processos e Documentos – CPROD.

Ao iniciarmos o Exercício 2011 havia 906 processos com carga para a DICOB. Com a entrada de 9.547 e a saída de 8.562, terminamos 2011 com 1.889, um acréscimo de 985 processos, mais que o dobro do passivo inicial. Apesar do empenho da equipe, os processos vêm se acumulando, evidenciando a necessidade de novos servidores para análise processual.

Conforme o Relatório de Demandas Judiciais de 2010, apresentado mediante no Documento nº 04972.005803/2010-02 encaminhado para ciência da Superintendente em Santa Catarina, desde os idos de 2007 a SPU/SC tem recepcionado diversas Ações Judiciais com repercussões financeiras a serem imputadas no SIAPA. Tais cumprimentos das determinações em juízo repercutiram em um notável incremento de atividades e procedimentos antes não realizados em tamanha monta pelo Setor. Ao longo do tempo, a desproporcionalidade entre o número de Ações recepcionadas e a alocação de recursos, propiciou um acúmulo preocupante de demandas aguardando cumprimento. A título de informação, ao longo de 2011 as alterações financeiras decorrentes de motivação judicial envolveram aproximadamente 1.700 RIP's, restando ainda ao fim do exercício 232 demandas judiciais aguardando cumprimento na DICOB, entre solicitações da AGU, PFN, PRU-4ª Região, bem como requerimentos administrativos protocolados pelos interessados. Cabe destacar que o acúmulo de demandas judiciais não é fato novo haja vista que no mesmo Relatório já citado, foi informado que em 2009 apresentou-se seis meses de atraso no atendimento às deliberações do juízo. A condição crítica quanto ao nível elevado das demandas das ações judiciais, sem uma equiparação na alocação de recursos – atualmente a DICOB dispõe somente de um colaborador para efetuar o cumprimento – tem contribuído para a sobrecarga nos procedimentos administrativos, riscos institucionais e eventuais ônus ao Erário Público.

#### 2.3.2.1.5 Outras Informações Relevantes

Em Junho de 2010, houve a divisão do grupo de servidores com a criação da Divisão de Cobrança – DICOB. Em decorrência disso, as atribuições do acompanhamento da cobrança dos débitos para efeito de inscrição em Dívida Ativa, da manutenção desses processos e do cumprimento das ações judiciais nas questões relacionadas à área financeira passaram para a nova divisão.



A divisão das tarefas trouxe alguns problemas e algumas vantagens e a solução para enfrentar o novo desafio foi priorizar ainda mais as tarefas de maior demanda para a DIREP e de maior impacto no dia-a-dia da Superintendência. Assim, ao longo do exercício de 2011, foi grande o esforço da equipe remanescente para reduzir o passivo de transferências e para manter uma rotina mensal de alocação de créditos.

Todavia, a DIREP vem recebendo um constante aumento de tarefas regimentais, como o acompanhamento dos débitos da RFFSA, por exemplo.

Com o recadastramento dos imóveis que está sendo realizado no momento e sem o aporte de novos servidores para compensar as novas demandas, colocar-se-á por terra todo o esforço despendido nos últimos anos, com grande risco de prejuízos à União.

### **2.3.2.2 Ação 8688 - Caracterização do Patrimônio Imobiliário da União**

#### **2.3.2.2.1 Identificação e Demarcação de Imóveis**

A Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina, por intermédio das Comissões de Demarcação constituídas por servidores da SPU, deu continuidade aos procedimentos demarcatórios da LPM/1831 no Estado, efetuando trabalhos nos seguintes locais:

- Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis;
- trecho Balneário Arroio do Silva - Passo de Torres (Margem esquerda do Rio Mampituba);
- trecho Rio Itajaí-Açu entre Itajaí e Blumenau;
- além disso, iniciou os trabalhos de campo para a revisão da demarcação da LPM/1831 no trecho de 3 Km no Rio Cachoeira, no centro de Joinville, revisando a demarcação anterior de 1990;
- no município e Imbituba e Itapema, revisando a LPM/1831 demarcada em 2000; e,
- Margem esquerda do Rio Mampituba..

A SPU/SC elaborou, em fins de 2010, o Projeto de Certificação Cadastral em conjunto com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, no qual está prevista a conversão do referencial geodésico nas cartas topográficas existentes, passando de SAD-69 para SIRGAS 2000, trabalhos estes em fase final.

No projeto supracitado, a UFSC esta efetuando a plotagem das LPM e LTM/1831 nas cartas topográficas e respectivos memoriais descritivos das linhas nos procedimentos demarcatórios em andamento, ainda carentes dessa atividade.

A SPU/SC concluiu em 2011, a demarcação da LPM/1831 na Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis, trecho Balneário Arroio do Silva – Passo de Torres, trecho Rio Itajaí-Açu entre Itajaí e Blumenau, faltando apenas a conclusão dos relatórios da demarcação.

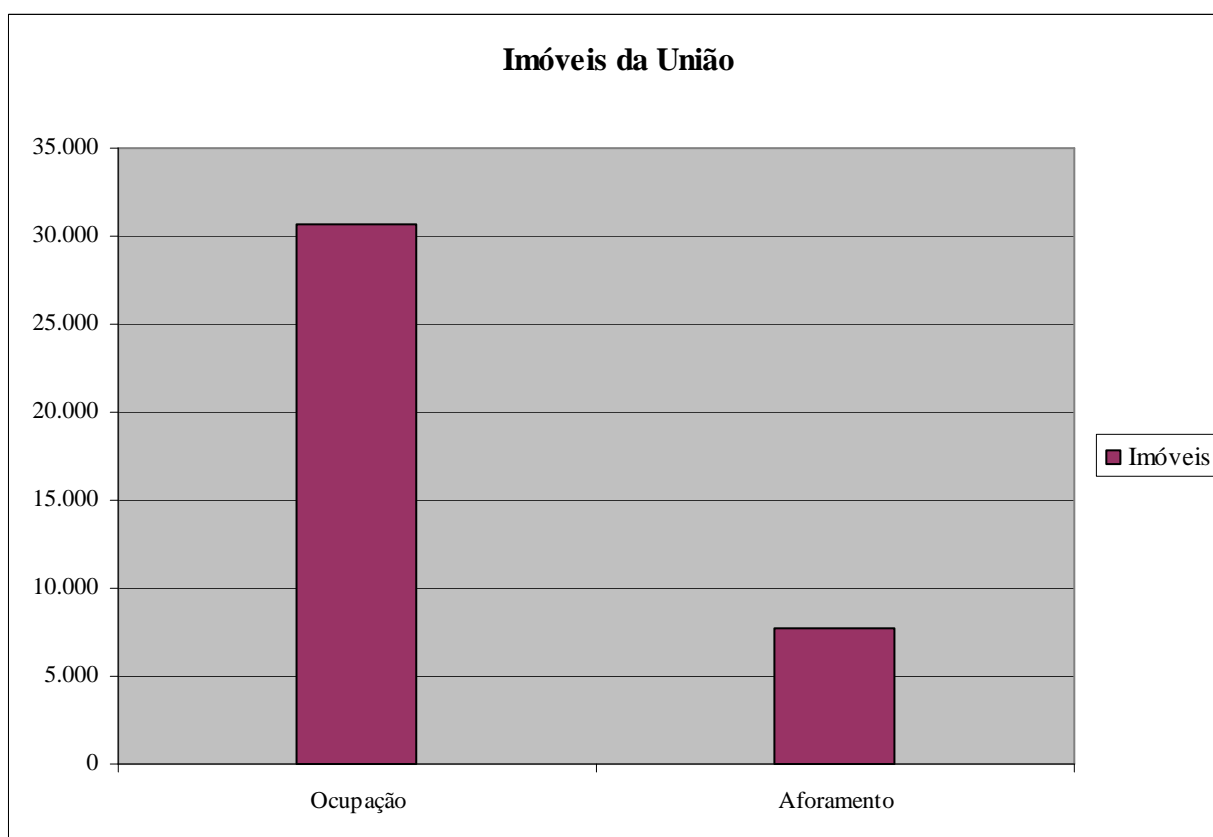
Por fim, a SPU/SC procedeu a homologação da LPM/1831 do trecho compreendido na Praia do Forte, na Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis.

### 2.3.2.2.2 Cadastramento de imóveis

A SPU/SC dispõe, atualmente, de um cadastro de cerca de 38.000 imóveis, o que representa aproximadamente 25% da totalidade dos 150.000 imóveis que se estima que sejam passíveis de cadastramento.

Os imóveis da União com inscrição de ocupação ou aforamento estão assim distribuídos conforme o Gráfico 5, a seguir.

**Gráfico 5 – Imóveis da União segundo o regime de inscrição**



Fonte: Sistema de Suporte à Decisão – SSD/DW.

- Ocupação            30.720
- Aforamento        7.694
- TOTAL                38.414

Os cadastramentos realizados no exercício de 2011 se limitaram àqueles em que houve a solicitação dos interessados, inclusive fracionamento de unidades, aos que visavam o atendimento de requisições de outros órgãos (Ex.: Ministério Público Federal, Advocacia Geral da União, etc.) e aos identificados por meio de denúncias recebidas.

Tais limitações ocorreram em razão da necessidade do atendimento de diversas outras demandas consideradas prioritárias que, no exercício de 2011, estavam afetadas à Coordenação responsável pela



área de engenharia, levando-se em conta que cerca de 70% das atividades dessa Coordenação se referem às demandas judiciais e às requisições ministeriais.

A isso se associa o fato de que a força de trabalho existente na Coordenação de Engenharia (COIFI) é insuficiente para o atendimento de todas as demandas, onde estão incluídos também, os serviços de demarcação e elaboração da Planta Genérica de Valores - PGV de 38 municípios alcançados por terras de marinha e acrescidos de marinha, além de informações técnicas em 3.900 processos de Usucapião à AGU /SC e 384 Certidões de Provedimento.

Apesar de se dispor, na área de usucapião e provimento, de 3 técnicos de Nível Médio e 2 de Nível Superior ( um dos quais dedicado à análise de processos judiciais ), ainda dispomos de uma demanda reprimida de 3.671 processos, que, com a atual equipe, só poderá ser vencida em Julho/2015, levando em conta a projeção de entrada e saída de processos até aquele período.

Em razão da significativa quantidade de imóveis a cadastrar (cerca de 112.000), a SPU/SC já solicitou ao Órgão Central da SPU, a sua inclusão no Programa de Certificação Cadastral.

Por conta disso, se encontra previsto no Projeto de Certificação Cadastral junto à UFSC, atividades inerentes ao recadastramento e cadastramento de imóveis no trecho de 8,8 Km da LPM/1831 já homologada na Ilha de Santa Catarina em Florianópolis, situado entre os bairros Saco dos Limões e Agrônômica.

A COIFI realizou 10.500 procedimentos em 2011, relativos a demandas processuais e Requisições Ministeriais/Judiciais.

#### **2.3.2.2.2.1 Qualificação da base de dados cadastrais**

A Coordenação de Identificação e Fiscalização - COIFI, responsável pela área de Engenharia, está promovendo o saneamento cadastral de todos os RIP's, à medida em que se está efetuando a análise dos processos relativos ao atendimento do art. 55 da Portaria nº 345 de 05/12/2007 - Manual de Procedimentos.

Foram encaminhadas 567 Notificações para o saneamento cadastral dentre as 10.500 atividades realizadas na COIFI/SPU/SC em 2011.

#### **2.3.2.2.2.2 Redução de imóveis com inconsistências cadastrais**

No final de 2007, o Órgão Central emitiu um relatório onde foi identificada a existência de 420 RIP's com inconsistência cadastral, em função da ausência do CPF/CNPJ dos responsáveis.

Visando a redução de tais inconsistências, no exercício de 2011, a SPU/SC envidou grandes esforços na busca do saneamento do maior número de inconsistências possível, conseguindo sanear 477 inconsistências, superando as metas previstas na GIAPU.

Certamente, a solução definitiva para o problema será a Certificação Cadastral, que propiciará o recadastramento dos imóveis cadastrados.

#### **2.3.2.2.3 Serviço de Avaliação**

O Serviço de Avaliação – SEAVA realizou, no exercício de 2011, avaliações e homologações de avaliação de imóveis, contando com apenas um servidor.





Foram realizadas 75 avaliações envolvendo um montante de R\$ 105.328.823,97 e homologadas outras 13 avaliações, compreendendo R\$ 5.396.820,00, totalizando 88 avaliações e um volume de recursos de R\$ 110,7 milhões.

Nos serviços de avaliação supracitados, destacam-se:

- revisão de taxa de ocupação;
- doações com encargo;
- cessões de uso (gratuitas e/ou com encargo);
- cálculo de retribuição por uso de área da União;
- locação de imóveis de interesse da União;
- avaliações de espelho d'água (cessão de espaço aquático, regularização de trapiches, portos, etc.);
- alienações;
- aforamentos;
- determinação de valor venal de imóveis da União para cadastramento no SPIUnet;
- revisões de Laudêmio;
- determinação de valor venal de imóveis da União para cálculo de multa por ocupação irregular;
- permissionários (Exército e Marinha );
- permuta; e,
- desapropriações.

### **2.3.2.3 Ação 8676 - Desenvolvimento do Projeto Orla**

O Projeto Orla é a implementação de uma política pública que procura introduzir uma ação sistemática de planejamento de ação local, visando elaborar um Plano de Gestão Integrada, em conjunto com os gestores estaduais e municipais e com a sociedade civil organizada. O projeto incorpora nos Planos as normas ambientais da política de regulamentação do uso de ocupação dos terrenos e acréscimos de marinha, nesse processo busca aumentar a dinâmica de mobilização social, bem como a definição de diretrizes para a utilização sustentável dessas áreas, e respeitando o princípio de inclusão sócio-territorial e requalificação urbanística e ambiental e o livre e garantido acesso à praia.

Portanto, o Projeto Orla visa compatibilizar as políticas ambientais, patrimonial e urbana no trato dos espaços litorâneos, especialmente em áreas sob domínio da União, por meio de uma ampla articulação entre os três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal) e a sociedade civil organizada.

Tendo presente o objetivo do Projeto Orla, o Patrimônio da União em Santa Catarina, vem coordenando a implementação do “Projeto Orla” e em 2011, as ações foram focadas na



continuidade e funcionamento do Comitê Gestor do Projeto Orla no Estado de Santa Catarina, na realização de 3 reuniões durante o ano e na continuidade das visitas aos municípios, para que os mesmos conheçam os fundamentos do Projeto Orla, bem como a continuidade da implementação dos Comitês Gestores Municipais nos municípios que assinaram o Termo de Adesão, para a realização das oficinas prevendo a formatação do PGI – Plano de Gestão Integrado de cada município.

Os municípios que já assinaram o Termo de Adesão ao projeto orla em Santa Catarina, somam-se 16 (dezesesseis). São eles: Itapoá, Joinville, São Francisco do Sul, Balneário Barra do Sul, Penha, Navegantes, Itajaí, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Bombinhas, Governador Celso Ramos, Florianópolis, Laguna, Araranguá, Balneário Arroio Silva. Isso não significa dizer que todos já elaboraram o Plano de Gestão Integrado ou que tenham o Comitê Gestor Municipal.

Para tanto em 2011, a SPU/SC, acompanhou as oficinas para a formatação do PGI e do Comitê Gestor nos municípios de Itajaí e Porto Belo. Bem como as reuniões para organização dos procedimentos para início das oficinas em Bombinhas e Florianópolis. Tendo sido constituída uma Comissão Especial para análise dos riscos e dos pontos positivos para que o município de Florianópolis pudesse de fato iniciar os procedimentos dos Seminários, oficinas e audiências públicas do Projeto Orla, o qual terá início em março de 2012

**Ilustração A 2.3.2.3: Seminário do Projeto Orla do Município de Porto Belo – 15 de outubro de 2011**



**Porto Belo – 15/10/2011**

**Fonte: José Sancho - Prefeitura de Porto Belo**



**Porto Belo – 15/10/2011**

**Fonte: José Sancho - Prefeitura de Porto Belo**

**Ilustração B 2.3.2.3: Oficinas do Orla no ano de 2011**

	
<p><b>Porto Belo - Outubro de 2011</b> <b>Fonte: Jose E. Sancho</b></p>	<p><b>Porto Belo - Outubro de 2011</b> <b>Fonte: Adelina C. Pinto</b></p>
	
<p><b>Município de Itajaí, Agosto de 2011</b> <b>Fonte: Adelina C. Pinto</b></p>	<p><b>Porto Belo, Comunidade de Santa Luzia - Outubro de 2011</b> <b>Fonte: Adelina C. Pinto</b></p>

E, dando continuidade ao trabalho realizado nos anos anteriores, foram visitados os demais municípios que ainda não conheciam o Projeto Orla ou que ainda não possuem o Termo de Adesão assinado e que solicitaram a presença da União para esclarecimentos, bem como do início imediato dos passos seguintes à assinatura do Termo, que são: contratação de monitoria, seminários de mobilização da sociedade e dos demais membros da gestão pública municipal, oficinas técnicas de trabalho, audiências públicas, formatação do PGI municipal e do Comitê Técnico Municipal, envio das documentações ao Comitê Técnico Estadual, definição de prioridades para ações propostas no PGI, alocação de recursos, previsão orçamentária, audiências pública para aprovação do PGI municipal e do Comitê Técnico Municipal.

O COPRE – Coordenadoria de Projetos Especiais, que representa o Patrimônio da União na coordenação do Projeto Orla no Estado, realizou, em conjunto com a SPG – Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado, três reuniões ordinárias do Comitê Técnico Estadual do Projeto Orla, onde foram definidas pautas de trabalho voltadas para as atividades nos municípios,



**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**  
**Secretaria Patrimônio da União – SPU**  
**Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina – SPU/SC**

e a chamada, via ofício, de órgãos públicos definidos em decreto estadual que tem suma importância para participar do Comitê, bem como o andamento Gerenciamento Costeiro realizado pelo Estado de Santa Catarina - GERCO.

A Coordenação Estadual do Projeto Orla foi instituída pelo Decreto Estadual nº 3.077/2005 e alterada pelo Decreto Estadual nº 4.015/2006, e é Coordenada pela SPG/SC - Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina e pela SPU/SC - Secretária do Patrimônio da União em Santa Catarina, que é composta por representantes do Governo Federal: IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, CEPESUL - Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul; IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Ministério Público em Santa Catarina; Capitania dos Portos; Advocacia Geral da União, SFPA/SC - Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura; Governo do Estado: EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina; FATMA - Fundação do Meio Ambiente; CPPA/SC - Companhia de Polícia de Proteção Ambiental; Corpo de Bombeiros Militar/SC; Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte; Secretaria de Estado da Infra-Estrutura; Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia; Universidades: UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina; UNIVALLE - Universidade do Vale do Itajaí; UNIVILLE - Universidade da Região de Joinville; UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina; UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina; UNESC - Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina.

O COPRE, em 2011, articulou reuniões municipais, com a presença dos gestores públicos e seus respectivos secretariados dos municípios de Bombinhas, Itajaí, Balneário Arroio do Silva, Araranguá, São Francisco do Sul e Florianópolis, nessas reuniões foram reafirmadas e apresentadas pela SPU/SC, a metodologia do Projeto Orla e os procedimentos necessários para se instalar as oficinas do Projeto Orla.

Os municípios que solicitaram à União tiveram exposições sobre a metodologia e o arranjo institucional para que as novas gestões estivessem integradas do significado do Projeto Orla, tendo clareza para os próximos passos a serem seguidos, estabelecidos nos 5 cadernos produzidos pela Coordenação Nacional do Projeto Orla, para a realizar da chamada pública da sociedade civil organizada, para os seminários, as oficinas e a formatação do Plano de Gestão Integrada da Orla e o Comitê Técnico de cada Município.

A SPU/SC tem representação no Conselho das APAS – Áreas de Proteção Ambiental da Baleia Franca, que tem a coordenação do ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, que teve a pauta voltada para a definição de estratégias para execução do Plano de Ações das Câmaras Técnicas das APAS, na APA do Anhatomirim e de Carijós.

Nesse trabalho diferenciado de representatividade no Conselho da APA BF surgiu a discussão do Projeto Orla nos municípios da APA, isto é, pela territorialidade desses o trabalho deverá ser desenvolvido em conjunto com os planos de manejo que estão em andamento/planejamento.

Ilustração C 2.3.2.3: Reunião Conselho das Áreas de Proteção Ambiental da Baleia Franca – APAS



Além do Projeto Orla o COPRE – Coordenadoria de Projetos Especiais, têm analisado Permissões de Uso, bem como o atendimento das solicitações de Termos de Autorização de Uso, que faz parte da regularização fundiária encabeçada pela política do Patrimônio da União, junto aos pescadores no uso de áreas da União, com seus ranchos.

#### 2.3.2.3.1 Resultados alcançados:

- Conscientização e visibilidade por parte das gestões públicas municipais e sociedade civil da importância da implementação de uma política pública voltada para os espaços litorâneos, mediante uma metodologia que contempla as três esferas de governo;
- Rearticulação dos municípios que assinaram o Termo de Adesão ao Projeto Orla;
- Articulação de novos municípios;
- Articulação e funcionamento do Comitê Técnico Estadual;
- Discussão da legislação Vigente. Percepção da falta de regularização de áreas da União e de normatização das praias.

#### 2.3.2.3.2 Problemas e dificuldades:

- Falta de estrutura, infraestrutura e apoio logístico para a continuidade das ações, tanto municipais, quanto da coordenação das ações de implementação do Projeto Orla;
- É preciso uma maior responsabilização dos órgãos representantes do Comitê Técnico Gestor e uma definição de papéis para uma melhor contribuição do trabalho proposto junto aos municípios;



- Ausência de modelo de convênio que possa subsidiar as execuções do Projeto Orla, bem como a não existência da previsão de recursos orçamentários para atender tais despesas;
- Necessidade de instrutores/monitores que devem ser formados na metodologia do Projeto Orla para acompanhamento direto dos municípios na formulação do Projeto de Gestão Integrada e na implementação do Comitê Técnico Municipal;
- Carência de recursos humanos, definidos para trabalhar com o Projeto Orla, nos órgãos responsáveis, pois os passos seguintes da Assinatura do Termo de Adesão ao Projeto Orla requerem atenção especial aos municípios, conforme exposto nos parágrafos acima e que tem desdobramento em ações com inferência dentro do Patrimônio da União, pois são situações desde permissão, cessão, cadastro, etc., bem como, a normatização das praias, que começa a ser discutida e solicitada pelos municípios.

### **2.3.2.4 Ação 4852 - Destinação de Imóveis da União**

#### **2.3.2.4.1 Aumentando Oportunidades de Apoio aos Programas Estratégicos para a Nação**

##### **2.3.2.4.1.1 Aquisições de imóveis**

A atividade de aquisição de imóveis objetiva – dentro da missão da SPU – manifestar-se previamente em relação à aquisição de bens imóveis para uso no serviço público federal, adotando as providências administrativas necessárias, visando viabilizar a aquisição pretendida, bem como coligir os elementos necessários ao registro desses bens em nome da União.

No exercício de 2011, destacam-se as seguintes ações na aquisição de imóveis para uso no serviço público federal, conforme portarias discriminadas abaixo:

- Portaria nº 4, de 12/01/11 (DOU de 17/01/11) foi aceita a doação com encargo que fez o Município de Jaraguá do Sul à União de área com 1.428,64m<sup>2</sup>, para edificação do Fórum das Varas Trabalhista de Jaraguá do Sul/SC;
- Portaria nº 11, de 14/02/11 (DOU de 1/04/11) foi aceita a doação com encargo que fez o Município de Xanxerê à União para edificação do Fórum Trabalhista de Xanxerê/SC, de terreno com área de 1.083,00m<sup>2</sup>;
- Portaria nº 20, de 1/04/11 (DOU de 24/05/11) foi aceita a doação com encargo que fez o Município de São Miguel D'Oeste à União de imóvel com área de 620,00m<sup>2</sup>, para edificação do Fórum da Vara Trabalhista de São Miguel D'Oeste/SC;
- Portaria nº 30, de 20/06/2011 (DOU de 28/06/11) foi aceita a doação com encargo que faz o Estado de Santa Catarina à União de imóvel a área de 3.527,92m<sup>2</sup>, no Bairro São Francisco, na Cidade de Curitiba/SC, para edificação da Vara Trabalhista da Comarca de Curitiba/SC.

Por sua vez, foi lavrado Contrato de Promessa de Compra e Venda do imóvel constituído pela Torre 2, do Edifício Centro Executivo Luiz Elias Daux, com 6 pavimentos, situado na Rua Paschoal Apostolo Pítsica, Município de Florianópolis/SC, para uso como sede do Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina.



#### **2.3.2.4.1.2 Imóveis entregues a Órgãos Públicos da Administração Federal Direta**

A SPU/SC, diante da enorme demanda dos órgãos públicos federais por espaço físico em Santa Catarina, centrou esforços na análise dos pedidos, realizando, em 2011, a meta de 28 (vinte e oito) entregas de imóveis para atender o serviço público federal, com destaque dos seguintes órgãos atendidos:

- Tribunal Regional Eleitoral/SC (01 imóvel);
- Tribunal Regional do Trabalho – 12ª Região (2 imóveis);
- Departamento da Polícia Federal – Superintendência Regional em SC (área correspondente ao espelho d'água para trapiche);
- Justiça Federal – Seção Judiciária em SC (1 imóvel – correspondente a dois andares e garagens do Ed. CECONTUR);
- Procuradoria da Fazenda Nacional em SC (1 imóvel – correspondente a três andares do Ed. CECONTUR)
- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em SC (23 imóveis) (\*);.

Obs.: (\*) Dos imóveis entregues à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em SC, foi garantido o uso e destinação de espelho d'água para programas de agregação da atividade aquicultura, contribuindo na melhoria da qualidade de vida dos pescadores e produtores rurais.

#### **2.3.2.4.1.3 Imóveis cedidos e outras outorgas de direitos sobre bens da União para o desenvolvimento regional**

Em 2011, a SPU/SC promoveu as seguintes ações:

De acordo com a delegação de competência dada pela Portaria SPU/MP nº 200, de 29.06.2010, aos Superintendentes nos Estados, a SPU/SC editou as seguintes portarias autorizando as cessões de áreas de domínio da União, para vários entes, tanto federais da administração indireta, como municipais e pessoas de jurídicas, para posterior lavratura dos respectivos Contratos de Cessões aos interessados:

- Portaria nº 01, de 03/01/2011 (DOU de 13/01/11) autorizando a cessão de uso gratuito ao Município de Navegantes de imóvel com área de 2.455,40m<sup>2</sup>, para implantação de obra denominada Via Portuária, com intuito de ligar a BR 470 ao Porto de Navegantes.
- Portaria nº 12, de 28/02/2011 (DOU de 15/05/11) autorizando a autorizando a cessão de uso gratuito ao Município de Dionísio Cerqueira de quatro lotes, com 960,00m<sup>2</sup> cada um, para construção e manutenção do Centro Administrativo Municipal.
- Portaria nº 21, de 03/05/11 (DOU de 13/05/11) autorizando a cessão de uso gratuito ao Município de Videira do terreno com 3.436,44m<sup>2</sup> e benfeitorias com 516,10m<sup>2</sup> e 157,16m<sup>2</sup>, para manutenção da creche e posto de saúde municipal daquela Cidade.



**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**  
**Secretaria Patrimônio da União – SPU**  
**Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina – SPU/SC**

- Portaria nº 22, de 06/05/11 (DOU de 16/05/11) alterou o prazo da cessão de uso gratuito ao Município de Campos Novos para 20 anos, mantendo as demais disposições constantes na Portaria 18, de 22/10/10 (DOU 05/11/10).
- Portaria nº 26, de 20/05/11 (DOU de 1/06/1 autorizando a cessão de uso gratuito ao Município de Peritiba, de imóvel constituído por terreno com 4.100,00m<sup>2</sup> e benfeitorias com 360,00m<sup>2</sup> e 318,00m<sup>2</sup>, destinado à manutenção da creche municipal e do Centro de Convivência de Idosos .
- Portaria nº 27, de 20/05/11 (DOU de 27/05/11) autorizando a cessão provisória de uso gratuito ao Município de Piratuba de imóvel não operacional oriundo da extinta RFFSA, medindo 8.862,70m<sup>2</sup>, para implantação de um Parque de Lazer, integrado com área verde para uso da comunidade.
- Portaria nº 28, de 31/05/11 (DOU de 03/06/11) autorizando a cessão provisória de uso gratuito ao IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de área de 2.502,55m<sup>2</sup> e benfeitorias denominada Estação Ferroviária de Piratuba, imóvel não operacional oriundo da extinta RFFSA, situado na Cidade de Piratuba, visando a preservação da memória ferroviária, devido ao valor histórico, artístico e cultural.
- Portaria nº 29, de 03/06/11 (DOU de 07/06/11) autorizando a cessão provisória de uso gratuito ao IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com de área 726,27m<sup>2</sup> e benfeitoria com 252,00m<sup>2</sup>, denominada Estação Ferroviária de Serra Alta, imóvel não operacional oriundo da extinta RFFSA, situado na Cidade de São Bento do Sul/SC, visando a preservação da memória ferroviária, devido ao valor histórico, artístico e cultural.
- Portaria nº 31, de 27/06/11 (DOU de 04/08/2011) autorizando a cessão de uso gratuito ao Município de Videira, de terreno com área de 60.000,00m<sup>2</sup>, para implantação do Lar de Idosos Frei Bruno.
- Portaria nº 32, de 19/08/11 (DOU de 29/09/11) autorizando a cessão de uso gratuito ao Município de Gaspar, do imóvel com área de 262,85m<sup>2</sup>, para construção de um deck e mirante.
- Portaria nº 33, de 14/08/11 (DOU de 13/09/11) autorizando a cessão de uso gratuito ao Município de Balneário de Barra do Sul, de área de marinha com 605,10m<sup>2</sup> e espaço aquático, com 333,24m<sup>2</sup>, sito na Boca da Barra, naquele Município, para construção de trapiche do Mercado Público Municipal, visando a atracação de barcos do mercado.
- Portaria nº 35, de 19/09/11 (DOU de 28/09/11) autorizando a cessão de uso gratuito ao IBAMA de dois terrenos de marinha e acrescidos, totalizando a área de 10.283,66m<sup>2</sup>, situada na Rod. SC-401, Saco Grande, Município de Florianópolis/SC, para construção de um Centro de Cidadania Ambiental – CECA, destinado à atividade de recuperação e educação ambiental.
- Portaria nº 36, de 26/09/11 (DOU de 05/10/11) autorizando a cessão de uso gratuito ao IBGE em Santa Catarina, correspondente à sala n 45, do Ed. Ângelo Dias, no Município de Blumenau/SC, para instalação de parte da Agência de Coleta de Dados Estatísticos, Geodésicos e Cartográficos do IBGE/SC.





- Portaria nº 38 de 09/12/11 (DOU de 23/12/11) autorizando a cessão de uso gratuito ao Município de Porto Belo de imóvel constituído por terreno de marinha com 514,25m<sup>2</sup> e espelho d'água com 18.129,15m<sup>2</sup>, na Praia de Porto Belo, para implantação e manutenção da execução de obras do Receptivo do Terminal Turístico de Passageiros constituídos por píer e estrutura para atendimento turístico e comunidade local.

Com relação com aos Contratos de Cessões, em 2011 a SPU/SC, após as publicações das portarias autorizativas, promoveu as seguintes ações:

- Celebrou Contrato de Cessão, sob a forma de Utilização Gratuita, lavrado em 18/03/2011, do imóvel, constituído de quatro lotes, totalizando a área de 3.842,23m<sup>2</sup> ao Município de Dionísio Cerqueira, para construção do Centro Administrativo Municipal. Extrato do contrato publicado no DOU de 30/03/11.
- Celebrou Contrato de Cessão, sob a forma de Utilização Gratuita, lavrado em 08/06/2011, do imóvel constituído de terreno acrescidos de marinha, medindo 5.889,09m<sup>2</sup>, situado na Rod. Aderbal Ramos da Silva, Bairro Costeira, Município de Florianópolis/SC, ao ICMBio – Reserva Marinha Extrativista do Pirajubaé, do Meio Ambiente, para construção de sua sede própria. Extrato publicado no DOU de 16/06/11.
- Celebrou Contrato de Cessão, sob a forma de Utilização Gratuita, lavrado em 24/05/2011, do imóvel com área de 5.005,00m<sup>2</sup> ao Município de Campos Novos/SC, para construção da Creche Centro de Educação Infantil e equipamentos comunitários. Extrato publicado no DOU de 20/06/11.
- Celebrou Contrato de Cessão Provisória de Uso Gratuito ao IPHAN, lavrado em 10/06/2011, do imóvel não operacional da extinta RFFSA, com 2.502,55m<sup>2</sup> e benfeitorias denominada Estação Ferroviária de Piratuba, na Cidade de Piratuba, para preservação da memória do ferroviário. Extrato publicado no DOU de 27/06/11.
- Celebrou Contrato de Cessão Provisória de Uso Gratuito ao IPHAN, lavrado em 10/06/2011, do imóvel não operacional da extinta RFFSA, com 726,27m<sup>2</sup> e benfeitorias com 252,00m<sup>2</sup> denominado Estação Serra Alta, no Município de São Bento do Sul, para preservação da memória do ferroviário. Extrato publicado no DOU de 27/06/11.
- Celebrou Contrato de Cessão Provisória de Uso Gratuito ao Município de Piratuba, lavrado em 27/05/2011, do imóvel não operacional da extinta RFFSA, com 8.862,70m<sup>2</sup>, na Cidade de Piratuba, para construção do Parque de Lazer integrado com área verde para uso da comunidade. Extrato publicado no DOU de 07/07/11.
- Celebrou Contrato de Cessão, sob a forma de Utilização Gratuita, ao Município de Videira, lavrado em 06/06/2011, do imóvel com área de 3.436,44m<sup>2</sup> situado na Cidade de Videira/SC, para manutenção de creche e posto de saúde municipal. Extrato publicado no DOU de 26/07/11.
- Celebrou Contrato de Cessão, sob a forma de Utilização Gratuita ao Município de Peritiba, lavrado em 02/06/2011, do imóvel com área de 4.100,00m<sup>2</sup>, para manutenção de creche municipal e Centro de Convivência de Idosos. Extrato publicado no DOU de 26/07/11.



**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**  
**Secretaria Patrimônio da União – SPU**  
**Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina – SPU/SC**

- Celebrou Contrato de Cessão, sob a forma de Utilização Gratuita ao Município de Joaçaba, lavrado em 11/08/2011, do imóvel com área de 59.048,60m<sup>2</sup>, destina a implantação do Lar de Idosos Frei Bruno. Extrato publicado no DOU de 30/08/11.
- Celebrou Contrato de Cessão, sob a forma de Utilização Gratuita ao ICMBio, lavrado em 19/09/2011, do imóvel constituído de terreno de marinha e acrescidos com 10.283,66m<sup>2</sup>, situado na Rod. SC-401, Bairro Saco Grande, Cidade de Florianópolis/SC, para construção do Centro de Educação Ambiental – CECA. Extrato publicado no DOU de 31/10/11.
- Celebrou Contrato de Cessão, sob a forma de Utilização Gratuita ao Município de Gaspar, lavrado em 29/09/2011, do imóvel de marinha, com área de 262,85m<sup>2</sup>, para construção de mirante e deck de contemplação. Extrato publicado no DOU de 08/11/11.
- Celebrou Contrato de Cessão, sob a forma de Utilização Gratuita ao Município de Balneário de Barra do Sul, lavrado em 13/09/2011, do imóvel constituído de terreno de marinha e espaço aquático com área total de 938,34m<sup>2</sup>, para construção de trapiche para o Mercado Público Municipal. Extrato publicado no DOU de 28/09/11.
- Celebrou Contrato de Cessão de Uso Oneroso, sob Regime de Arrendamento ao Iate Clube de Santa Catarina - Veleiros da Ilha, lavrado em 25/11/2011, do imóvel constituído de espelho d'água correspondente à área total de 2.387,351m<sup>2</sup>, na Baía Sul, Cidade de Florianópolis, para execução e obras de ampliação de trapiche e regularização daqueles já existentes nas instalações aquáticas do clube náutico, com a cobrança mensal pelo uso da área no valor de R\$ 7,625,84 mensais. Extrato publicado no DOU de 30/11/11.
- Celebrou Contrato de Cessão, sob a forma de Utilização Gratuita ao Município de Blumenau, lavrado em 04/11/2011, do imóvel medindo 35.762,07m<sup>2</sup>, para contenção ao transbordamento do Rio Itajaí-Açú, construção de ciclovia, passeio com barco, jardins e mirantes de contemplação. Extrato publicado no DOU de 14/11/11.

Quanto às doações em 2011 foram realizadas as seguintes ações:

- Foi lavrado em 18/04/11 Termo de Não aceitação de Doação do imóvel com área de 15.000,00m<sup>2</sup>, situado no Bairro Santa Catarina, Cidade de Lages e Doação dos Acessórios referente ao CAIC com 4.128,20m<sup>2</sup>, ao Município de Lages/SC, com fundamento no parágrafo 3, art. 22, da Lei 9.649/98 e Portaria SPU/MP 305, de 05/12/2006.
- Foi lavrado em 17/08/11 Termo de Doação dos Acessórios ao Município de São Miguel D'Oeste, medindo 4.050,00m<sup>2</sup>, referente ao Centro de Atendimento Integral a Criança – CAIC, edificado no terreno urbano com 15.206,62m<sup>2</sup>, /SC, situado na Cidade de São Miguel D'Oeste/SC, com fundamento no parágrafo 3, art. 22, da Lei 9.649/98 e Portaria SPU/MP 305, de 05/12/2006. Extrato publicado no DOU de 06/09/11.
- Foi lavrado em 29/12/11 Termo de Doação dos Acessórios ao Município de Blumenau, medindo 4.820,56m<sup>2</sup>, referente ao Centro de Atendimento Integral a Criança – CAIC, edificado no terreno urbano situado no Bairro da Velha, Cidade de Blumenau/SC, com



fundamento no parágrafo 3, art. 22, da Lei 9.649/98 e Portaria SPU/MP 305, de 05/12/2006.

Com relação à **autorização de obras** foram realizadas as seguintes ações, com publicações de portarias autorizando as obras de interesse público:

- Portaria nº 18, de 10/03/11 (DOU de 22/03/11), pela qual foi autorizado o Município de Balneário de Barra do Sul/SC a realizar obras para contenção do mar, com a construção de dois espigões para conter a erosão marinha no Canal do Linguado, local conhecido como Boca da Barra, numa extensão de 22.144,99m<sup>2</sup>.
- Portaria nº 34, de 12/09/11 (DOU de 30/09/11), pela qual foi autorizado o Município de Bombinhas a realizar execução de obras de acessos às Praias de Conceição, Tainha, Mar de Fora, Canto Grande, com 5.043,37m<sup>2</sup>, 1.094,41m<sup>2</sup> e 6.273,08m<sup>2</sup>, respectivamente.
- Portaria nº 45, de 27/12/11 (DOU de 28/12/11), pela qual foi autorizado o Município de Itajaí realizar a execução de obras referente à construção de ponte denominada “Jacob Ardigó”, que fará a ligação entre os Bairros São Judas e Cidade Nova, às margens do Rio Itajaí Mirim, naquela Cidade, em concreto armado com extensão de 1.300,00m<sup>2</sup>, visando à melhoria do tráfego local.

Outra ação importante a destacar, no ano de 2011 a SPU/SC, nos termos da Portaria SPU/MP nº 89, de 15/04/2010, considerando a importância do local para o desenvolvimento da atividade pesqueira; a necessidade de preservação dos meios de subsistência e manutenção da atividade cultural tradicional, entendida como patrimônio cultural brasileiro nos termos do inciso II, do art. 216 da Constituição Federal/88 e ainda com o objetivo de compatibilizar a integridade do meio ambiente com o progresso socioeconômico da região, a SPU/SC emitiu 32 (trinta e dois) Termos de Autorização de Uso – TAU, para pescadores, de espaço de ranchos de pesca. Sendo um Termo de Autorização de Uso emitido para rancho de pesca na Cidade de São José, em terreno acrescidos de marinha, com a mesma finalidade - uso como rancho de pesca para pescador artesanal, sobrevivente da pesca. E, no final do exercício de 2011, emitiu 31 (trinta e uma) TAU's correspondentes aos terrenos acrescidos de marinha, para o desenvolvimento de atividades de pesca artesanal de forma sustentável, na Via Expressa Sul, nesta Capital. Há de se ressaltar que essa ação também vem de encontro com a decisão exarada nos Autos da ACP n.º 2002.72.00.007815-6, promovida pelo Ministério Público Federal, visando a regularização dos ranchos de pesca, com elaboração de levantamento dos pescadores comprovando a sua condição de sobrevivente da pesca. Desta forma, foi publicado o Edital de Convocação n.º 002/2011 tornando público a convocação dos pescadores que utilizam os ranchos de pesca localizados na Via Expressa, nesta Capital. E, no exercício de 2011 foi concluída a emissão de 31 TAU's, conforme exposto acima para a região citada.

#### **2.3.2.4.1.4 Parceiros na incorporação**

No exercício de 2011 continuou ainda a interface com a Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (ex RFFSA) do Ministério dos Transportes, no processo de recebimento dos bens imóveis não operacionais daquela empresa. No referido exercício, foram recebidos 14 (quatorze) Termos de Transferências de bens da extinta RFFSA, com imóveis localizados especialmente nos Municípios de Blumenau, Itajaí, Indaial, Gaspar, Agronômica, dentre outros, totalizando 805 BP's. Dos quais, destacamos que os Termos de Transferências nº 980, 772, 834, 618, 957 e 310, foram transferidos 310 BP's, já analisados, conferidos e assinados pela Sra. Superintendente da SPU/SC.



E, quanto aos Termos de Transferência nº 835, 986, 989, 990, 993, 1035 e 1036, foram transferidos 495 BP's, com documentação ainda em análise pelo técnico da CODEP/SPU/SC. Entretanto, desses Termos foram devolvidos à Inventariança os Termos de Transferências sob os nº 989, 993 e 1036, visto a necessidade de algumas correções ou complementações nos *check-list* encaminhados pelos referidos Termos.

Observamos que a transferência dos imóveis da extinta RFFSA não foi concluída no exercício de 2011, assunto esse que se estenderá para o exercício de 2012.

Nesse segmento de atuação, destaca-se também a permanente interação com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no auxílio da preservação da memória e da vida ferroviária. Trabalhando-se na linha da proteção do acervo de parte da história do desenvolvimento e crescimento do país, todas as destinações são previamente submetidas ao IPHAN para análise de seu interesse na gestão histórica, artística e cultural de tais bens.

Por sua vez, também consolidamos a parceria com o DNIT em SC para efetuarmos o levantamento das áreas tanto operacional como não operacional, com a realização conjunta de vistorias “in loco”, visando os futuros desmembramentos e atualizações cartoriais dessas áreas mistas, sempre com o foco na melhor destinação com função sócio ambiental e pública.

Os processos de cessão de imóveis da extinta RFFSA de interesse de várias prefeituras encontram-se em análise junto a esta Superintendência, com audiências encaminhadas ao IPHAN e DNIT, procedimento prévio para a correta conclusão do processo de cessão. Também foram realizadas várias reuniões preliminares com as Prefeituras interessadas nos imóveis da extinta RFFSA, divulgando o “*Programa de Destinação do Patrimônio da Extinta RFFSA para o Apoio do Desenvolvimento Local*”, dando a orientação necessária para o correto andamento dos pleitos.

Cabe destacar a reunião realizada pela SPU/SC, com a presença da Agência Nacional de Transportes – ANTT, Departamento Nacional de Infraestrutura – DNIT e do Escritório Regional da Inventariança em Tubarão. Após a reunião, foi realizada vistoria conjunta: SPU/SC, ANTT e DNIT, nos Municípios de Videira, Lages, Canoinhas e Porto União, com o objetivo de definir os trechos operacionais e os trechos não operacionais em áreas mistas, visando dar o tratamento adequado a cada área.

Nesse contexto, a SPU/SC conseguiu, com muito esforço da equipe técnica da CODEP, concluir 6 (seis) incorporações, promovendo o registro da extinta RFFSA para o nome da União, junto aos Cartórios competentes, de acordo com o disposto no art. 28-B, da Lei 11.483, de 2007. Sendo uma área na Cidade de Lontras/SC e 5 (cinco) áreas na Cidade de Imaruí/SC.

#### **2.3.2.4.1.5 Zelando pelos imóveis da extinta RFFSA**

Tendo em vista as condições e a natureza dos imóveis da extinta RFFSA – com significativo abandono e baixo índice de regularização – a Lei 11.483/2007 previu a cessão provisória como instrumento apropriado à destinação desse patrimônio, antes mesmo da efetivação da sua incorporação, quando configurada urgência, em razão da necessidade de proteção ou manutenção do bem, bem como de regularização dominial ou interesse público.

No exercício de 2011, efetuamos duas Cessões de Uso Provisório Gratuito ao IPHAN, de imóveis não operacional da extinta RFFSA, visando a preservação da memória do ferroviário. Um imóvel



com 2.502,55m<sup>2</sup> e benfeitorias denominada Estação Ferroviária de Piratuba, na Cidade de Piratuba e o outro na Cidade de São Bento do Sul, com 726,27m<sup>2</sup> e benfeitorias com 252,00m<sup>2</sup> denominado Estação Serra Alta.

Foi também celebrado Contrato de Cessão Provisória de Uso Gratuito ao Município de Piratuba, do imóvel não operacional da extinta RFFSA, com 8.862,70m<sup>2</sup>, na Cidade de Piratuba, para construção do Parque de Lazer integrado com área verde para uso da comunidade.

Os ganhos auferidos com a execução dessa Ação voltam-se para o interesse público e social. Também famílias serão beneficiadas com o desenvolvimento de alguns projetos de assentamentos com as cessões já em andamento, inclusive com parceria da CAIXA.

Foram indicados ao Fundo Contingente, pelo Órgão Central, por meio da Portaria SPU nº 309, de 2011, diversos imóveis localizados no nosso Estado. Entretanto, alguns imóveis, atualmente estão em análise, no intuito de se verificar os que devem permanecer e os que devem ser excluídos, com a substituição de outros imóveis mais viável para alienação.

No decorrer de 2011 restituímos ao Órgão Central, para encaminhamento ao DNIT de duas edificações não operacionais, inseridas em terreno operacionais. E, encontram-se em análise para restituição 10 edificações em áreas mistas.

Cabe destacar a existência expressiva de demandas judiciais, as quais foram movidas pela extinta RFFSA, em face de ocupações irregulares. Ações essas que a AGU/SC solicita informações para defesa da União, em muitos casos não temos elementos suficientes para a resposta de pronto atendimento, necessidade de ser demanda a Inventariança em Tubarão/SC ou de Curitiba/PR, conforme a localização do imóvel.

Apesar de algumas dificuldades encontradas, esta Superintendência conseguiu vistoria o total de 141 imóveis da extinta RFFSA, visando apurar a situação atual bem como identificar uma melhor destinação desses bens. As vistorias compreenderam as Cidade de Içara (1), Joinville (3), Camon (4), Ibicaré (1), Forquilha (1), Criciúma (1), Guaramirim (6), Jaraguá do Sul (4), Blumenau (7), Orleans (14), Piratuba (2), Corupá (13), Araquari (1), Rio Negrinho (8), Matos Costa (23), Caçador (6), Canoinhas (8), Porto União (3), Videira (4), Lages (2), Maracajá (5), Araranguá (2), Urussanga (7), Rio do Sul (7), Indaial (3) e Lontras (5).

Há de se destacar reuniões realizadas com a Inventariança de Tubarão para levantamento do acervo técnico existente no local da extinta RFFSA, visando a identificação desses bens.

A maior dificuldade encontrada na execução dessa Ação está na insuficiência de recursos humanos e logísticos existentes na Superintendência para atender a totalidade das demandas existentes, as quais a cada dia tem um aumento significativo.

#### **2.3.2.4.1.6 Da Carteira Imobiliária**

Dos imóveis alienados pela extinta RFFSA e já quitadas as dívidas pelo compradores esta Superintendência celebrou, no exercício de 2011, as seguintes ações, visando os compradores levar a registro as aquisições, regularizando o seu direito de comprador dando a outorga definitiva:

- 48 (quarenta e oito) Termos de Quitações em favor dos promitentes compradores conferindo o direito de registro do bem adquirido;



- 01 (uma) Renegociação de débitos e Aditivo Contratual.

### **2.3.2.5 Ação 8690 - Fiscalização e Controle do Uso de Imóveis da União**

#### **2.3.2.5.1 Fiscalização**

A Fiscalização desenvolvida pela SPU/SC tem por objetivo a manutenção da destinação, do interesse público, do uso e da integridade física sócio-ambiental dos imóveis pertencentes ao Patrimônio da União, sendo exercida por meio de técnicos da SPU/SC.

As ações de fiscalização, em geral, são motivadas pelas seguintes demandas internas, externas ou rotina de fiscalização:

- quando requisitada pelo Poder Judiciário ou Órgãos de Controle;
- quando solicitadas por outros órgãos das três esferas de governo;
- por requisição da sociedade civil organizada; e,
- para averiguar denúncias de irregularidades em imóveis da União, formais ou não, com identificação ou não do denunciante; para verificar a ocorrência de irregularidades na manutenção, no uso e na integridade dos imóveis pertencentes ao Patrimônio da União, ou qualquer outro desvio de interesse público, detectado na análise de processos administrativos em tramitação na Secretaria do Patrimônio da União ou nas Superintendências.

Como resultado da expansão urbana vimos detectando um aumento de casos de ocupação irregular de áreas da União, cabendo especial destaque para as áreas de bens comuns do povo, como as praias litorâneas, margens de rios e lagoas que com frequência são objeto de invasão irregular, exigindo a ação da SPU/SC em articulação com o Ministério Público, visando o disciplinamento e regularização das áreas.

Da ação de fiscalização, nos casos de confirmação de infrações em relação ao uso e ocupação do patrimônio da União, resultam as autuações de sanções, multas, embargos, remoções e outras previstas na legislação.

Em nível estadual, a SPU/SC promoveu 380 vistorias com o objetivo de identificar os imóveis da União para adequação do cadastro, eliminação de situações irregulares, suporte em avaliações, entre outros, ressaltando que no 1º semestre de 2011, a Superintendência teve problemas relacionados à aquisição de combustível, aliada à restrição de diárias.

Os resultados verificados nessa ação voltam-se para a melhoria do cadastro dos imóveis existentes em terras da União, bem como para o disciplinamento de áreas de uso especial e bem de uso comum do povo.

#### **2.3.2.5.1.1 Fiscalização de Próprios Nacionais**

Enquanto se aguarda do Órgão Central os meios necessários (recursos humanos e logísticos) que haviam sido solicitados, pelo então Serviço de Gestão Patrimonial – SEGEP (atual CODEP) deu-se continuidade ao trabalho das fiscalizações e vistorias. Foram realizadas 09 vistorias no exercício de 2011, com o corpo técnico da DIIFI (atual COIFI), para identificando da situação dos imóveis



próprios nacionais, bem como, promover a avaliação desses bens. Essas nove fiscalizações compreenderam a Grande Florianópolis. E, ainda no decorrer no exercício ocorreram mais três fiscalizações nas Cidades de Joaçaba, Itajaí e Lages, para atender demandas do Ministério Público Federal e/ou outras averiguações necessárias naquele momento.

Os resultados verificados nessa ação voltam-se para a melhoria do cadastro dos imóveis existentes na Superintendência/SC, atualizando os valores no SPIUnet.

As dificuldades verificadas na Ação estão focadas na insuficiência de recursos humanos e logísticos no setor para o desenvolvimento integral do planejamento definido inicialmente.

Há de se ressaltar que final do exercício de 2011 foi finalmente firmada a parceria entre a SPU/MP e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, para desenvolver pesquisa tendo como meta efetuar medição topográfica, atualização e avaliação dos imóveis da União, definidos como Próprios Nacionais, no Estado de Santa Catarina, no total de 92 imóveis. Essa parceria terá como objetivo o apoio ao desenvolvimento de atividades específicas de recadastramento de imóveis de uso especial, avaliação, pois o conhecimento dos imóveis da União é um dos fundamentos da missão institucional da SPU. É de fundamental importância a base cadastral atualizada, para que seja dada a destinação adequada aos bens da União, mediante a racionalidade de uso, de acordo com o interesse público, a vacação do imóvel e as diretrizes da política do Governo Federal.

## **2.3.2.6 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa**

### **2.3.2.6.1 Apoio Administrativo**

O Apoio Administrativo é a área responsável pela administração de diversas atividades relacionadas ao suporte e ao bom funcionamento da estrutura da Superintendência do Patrimônio da União. É um setor que atua na área meio, mas de fundamental importância, pois é o suporte para o funcionamento de todos os demais setores. Atualmente o setor de Apoio conta com um efetivo de dezenove servidores, assim distribuídos:

- Apoio – Um chefe do setor, dois servidores cedidos e um terceirizado para serviços auxiliares;
- Arquivo – Um agente administrativo;
- NAP – Um agente administrativo, um servidor cedido, uma técnica de assuntos educacionais e uma terceirizada;
- Protocolo – Dois agentes administrativos e um servidor cedido;
- Motoristas – Quatro motoristas, sendo dois cedidos;
- Copa – Uma copeira cedida;
- Telefonia – Duas telefonistas terceirizadas.

Dentre as inúmeras atividades exercidas, podemos destacar as seguintes:

- Administração de Recursos Humanos:
  - Controle de frequência dos servidores;



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria Patrimônio da União – SPU  
Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa  
Catarina – SPU/SC

- Encaminhamento de licenças;
- Homologação de Férias;
- Solicitação de acessos aos diversos sistemas;
- Concessão de Diárias;
- Controle e frequência dos estagiários;
- E todo tipo de encaminhamentos para a secretaria do órgão central.
- Administração de Material de Expediente e de Consumo:
  - Fornecimento de material de expediente, tais como canetas, papel e cartuchos para impressoras, grampos, colchetes, etiquetas, fitas, cola, capa de processos etc.
  - Abastecimento de Material de Consumo, tais como pó para café, chás, filtro de papel etc.
- Administração do Correio e do Malote
- Administração e Acompanhamento dos Contratos Terceirizados:
- Administração de Licitações e Contratos;
  - Fiscalização de Contratos;
  - Termos de Referência;
  - Confeção de Projetos Básicos.
- Administração de Orçamento e Finanças
- Administração da Frota de Veículos e Motoristas
  - Compra de Combustível;
  - Manutenção preventiva dos veículos;
  - Escala de Motoristas.
- Administração do Patrimônio Mobiliário da Superintendência.
- Administração da Copa.

Setores que estão diretamente vinculados ao Apoio Administrativo

- Núcleo de Atendimento ao Público – NAP: atende ao público das 9:00 às 11:00 horas, pelo telefone, e das 13:00 às 17:00 horas, presencialmente. Principais Atividades: Instruir e esclarecer dúvidas dos cidadãos quanto aos imóveis da união, entregar e encaminhar a documentação dos requerentes, fazer o *Check List* da documentação necessária para dar entrada no protocolo, emitir documentos que não demandem análise processual, instruir o contribuinte a utilizar o site da SPU, administrar a agenda de atendimento dos outros setores.





- Protocolo: principais Atividades: protocolar documentos encaminhados pelo contribuinte, encaminhar documentação e processos para os setores, anexar, apensar e fazer todo tipo de junção e separação de documentos e processos.
- Arquivo: principais Atividades: zelar pela manutenção, conservação e guarda dos processos, tais como anexar documentos e processos e apensar processos, como cadastrar protocolos que não migraram do sistema antigo COMPROT para o novo CPROD.

#### **2.3.2.6.1.1 Avanços implementadas em 2011:**

O Apoio iniciou algumas ações de melhoria em 2011 na Superintendência, das quais vale destacar:

- Estrutural: mudança de local dos setores do NAP e Protocolo. A fim de facilitar o atendimento do contribuinte pelo NAP e resguardar a documentação de entrada no protocolo.
- Infraestrutura: por motivo de segurança, foi instalado uma Porta de Vidro Automática na entrada do prédio. Ela também tem a função de resguardar o interior da área do Atendimento da Superintendência das influências externas, como a poluição sonora e as mudanças climáticas.
- Comportamental: uso de canecas ao invés de copos plásticos descartáveis.
- Tecnológico: melhoria na rede física/lógica de computadores, aquisição de Switch e de trinta e dois computadores novos.

#### **2.3.2.6.1.2 Quantitativos 2011:**

- Processos e Documentos cadastrados pelo Apoio e Protocolo (extraído do Relatório CPROD): 3917 Processos e 5009 Documentos.
- Atendimento realizado pelo NAP (estimativa): em 2011, cerca de 12.681 atendimentos, aproximadamente 6.192 ligações telefônicas e 6.489 atendimentos presenciais.

#### **2.3.2.6.1.3 Principais Dificuldades:**

Destacamos a falta de autonomia e dependência financeira da Superintendência do Patrimônio da União. Todos os processos referentes à aquisição de bens e contratação de serviços são solicitados via descentralização de recursos ao Órgão Central, para que os recursos necessários sejam disponibilizados a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda – SAMF/SC, a fim de que este órgão atenda as necessidades da SPU/SC.

#### **2.3.2.6.1.4 Desafios:**

São vários os desafios para 2012, dentre os quais vale ressaltar a busca de uma melhor estruturação e segmentação do setor de Apoio, a fim de que seja possível atender as demandas com maior presteza e qualidade. Para tanto, é necessário dar maior ênfase na especialização dos servidores, como um incremento no número de servidores com perfil administrativo no setor. Não se trata somente de dividir responsabilidades e funções a esses servidores, mas propiciar condições efetivas



para que possam desenvolver suas atividades. Por exemplo: Designar e preparar um servidor para atender as demandas referentes à administração de pessoal. Um para a administração de contratos e acompanhamento das empresas prestadoras de serviços terceirizados, um para licitações e contratos de produtos e serviços, um que gerencie o controle de orçamento e finanças, outro, ainda, que fique responsável pela administração de material de expediente e consumo, pelas diárias, pela administração de documentos, pelo correio, pelo malote etc.

Concluindo, a cada ano, as tarefas do setor de Apoio Administrativo vêm aumentando, e os recursos humanos e materiais não acompanham o incremento desse trabalho. Por isso, é de suma importância que se faça uma reestruturação no setor, a fim de evitar sobrecarga e ineficácia na consumação das demandas.

### **2.3.2.7 Ação 6738 - Regularização Fundiária em Imóveis da União**

A Regularização Fundiária de assentamentos informais em áreas da União envolve várias etapas, que tem produtos intermediários, até culminar com a titulação das famílias que ocupam essas terras para sua moradia e subsistência, conferindo-lhes segurança na posse e condições de cidadania – que é o objetivo principal da regularização para famílias de baixa renda.

Em linhas gerais, a regularização envolve cinco dimensões que se interligam em alguns pontos de influência e de dependência:

- a dimensão jurídico cartorial, que diz respeito à comprovação de domínio da União - que pode envolver a solução de pendências judiciais - até chegar na regularização da situação do imóvel junto aos Cartórios de Registro de Imóveis, em consonância com a realidade fática do assentamento;
- a dimensão cadastral, que envolve a resolução da situação do imóvel nos sistemas do patrimônio da União, superando pendências e inconsistências por ventura existentes;
- a regularização urbanístico ambiental, que significa a adequação do assentamento às normas de gestão e ordenamento do território e vice-versa, o que é necessário para a efetiva inserção da ocupação como integrante do tecido da cidade;
- a dimensão de gestão participativa, que representa o envolvimento dos atores interessados nas decisões e no acompanhamento do processo de regularização, bem como o estabelecimento de parcerias; e, finalmente,
- a dimensão administrativa, que abrange a formalização processual e as decisões inerentes às atribuições da SPU, de acordo com a legislação vigente e com as diretrizes da Política de Gestão do Patrimônio da União.

A complexidade dessas dimensões envolve uma série de procedimentos de forma que o ritmo das ações não é inteiramente previsível e o grau de heterogeneidade é elevado, com a ocorrência de variáveis significativas referentes à realidade de cada município, às características do imóvel, à área considerada e ao número de famílias.

#### **2.3.2.7.1 Regularização Fundiária de Interesse Social em Imóveis da União**

As ações de Regularização Fundiária de Interesse Social têm como objetivo a integração dos assentamentos informais ao conjunto da cidade, garantindo segurança na posse para os ocupantes e



articulando a regularização jurídica e cartorial da propriedade com a regularização urbanístico ambiental.

A partir da aprovação do Estatuto da Cidade, a regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda passaram a ser consideradas diretrizes gerais da política urbana e, por isso, obrigatórias para todos os entes federativos. O direito constitucional à moradia da população que habita esses assentamentos passou a ter, no Estatuto, um marco legal para orientar e delinear a prática governamental.

Com a implementação da política de regularização fundiária de interesse social em áreas da União ocupadas informalmente, especialmente por população de baixa renda, de acordo com a política de regularização fundiária, definida pelo Órgão Central, esta Superintendência, ao longo de 2011, desenvolveu ações na área da regularização fundiária.

Dentro desse contexto, foi criado o GTE – Grupo de Trabalho Estadual, onde, além da SPU/SC, participam outros órgãos públicos e entidades da sociedade civil. O grupo foi constituído pela Portaria nº 1, de 15/03/2010 (DOU de 31/03/2010). Foram 13 imóveis declarados do interesse no serviço público nos Municípios de Araquari, Florianópolis, Gaspar, Joinville, Lages, Laguna, Palhoça e Tijucas pela Portaria SPU nº 170/10, de 18/06/10 (DOU de 21/06/10). O Ministério das Cidades deu prioridade na liberação de verbas para a implantação de projetos de provisão habitacional, urbanização e regularização fundiária de interesse social.

Quanto à cessão provisória concedida ao Município de Lages, em 2010, para provisão habitacional/regularização fundiárias em área da antiga Rede Ferroviária Federal, para assentamento de famílias de baixa renda, a SPU/SC ficou com o encargo da realização da incorporação, sendo feito as vistorias conjuntas pela SPU, DNIT e ANTT, bem como a realização das audiências com IPHAN, ANTT e DNIT. Destas 4 áreas, o Município solicitou o repasse de uma das áreas FAR-CAIXA, por se tratar de exigências de financiamento do programa Minha Casa, Minha Vida do Ministério das Cidades, estamos no aguardo das respostas das audiência citada acima, para a finalização dos processos.

Foi realizada vistoria e audiência pública no Município de Rio Negrinho, no imóvel da União, e que posteriormente foi declarado de interesse o serviço público, por meio da Portaria SPU/MP nº 364, de 21/12/2011, para implantação do projeto de regularização fundiária de interesse social, para 115 famílias. Além disso, foram realizadas duas reuniões com técnicos do Município e AMUNESC, visando orientar o levantamento da poligonal do terreno, projeto urbanístico e cadastramento das famílias.

O Município de Florianópolis, solicitou renovação do contrato de Cessão sob Regime de Aforamento Gratuito, dos imóveis da União cedidos ao Município, ambos situados à Rua Vereador Oswaldo Bitencourt, no lugar Carianos, no Distrito do Ribeirão da Ilha, no Município de Florianópolis, no local já foram implantados as infraestruturas básicas da pavimentação das ruas, calçadas, passeios, creche, posto de saúde e centro comunitário, falando apenas a implantação da área de lazer e a entrega dos títulos às famílias de baixa renda. O processo foi reanalisado por esta Superintendência e enviado à Coordenação Geral de Regularização Fundiária da Secretaria do Patrimônio da União, em Brasília, no mês de dezembro/2011, recomendando a sua doação, visando cumprir a sua função social da propriedade da terra.



A Superintendente da SPU/SC e técnicos da área de regularização fundiária participaram de Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Florianópolis, com o objetivo de alterar o zoneamento de uma área da União 2.718,91m<sup>2</sup>, para ZEIS, sito à Rua XV de Novembro, na localidade da Ponta do Leal, no Bairro Estreito, no município de Florianópolis/SC, para repassar a área ao FAR-CAIXA, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida do Ministério das Cidades, para provisão habitacional, com o objetivo de relocar 92 famílias que vivem em área de palafitas, uso comum do povo e APP.

Em fevereiro de 2011 foi realizada a primeira audiência pública na Comunidade Santa Rosa, no Município de Florianópolis, com a participação de aproximadamente 80 moradores da comunidade e representantes de várias instituições interessadas, com vistas à regularização fundiária daquela Vila. A SPU/SC buscou parceria com a Secretaria de Habitação do Município de Florianópolis e com a Caixa Econômica Federal. A parceria vem sendo construída ao longo das reuniões técnicas e também envolve a Associação Comunitária de Vila Santa Rosa.

Na audiência pública, foi anunciado o início do cadastramento das famílias e dos lotes que compõem a Vila Santa Rosa, com o objetivo de que fosse elaborado um Diagnóstico Socioeconômico e Habitacional da comunidade, que servisse de base para as propostas de melhorias urbanísticas e das condições de habitabilidade e ainda subsidiasse a definição de instrumentos regulatórios possíveis de serem aplicados.

O cadastramento iniciou-se no final de março de 2011. Uma equipe formada por técnicos sociais da Secretaria de Habitação e da Caixa aplicou o CadÚnico; outra equipe realizou as medições no local; e a equipe da SPU/SC aplicou o instrumental Levantamento Habitacional. Todo o processo foi bastante facilitado pela atuação da diretoria da Associação Comunitária de Vila Santa Rosa. Até dezembro foram cadastrados 77 lotes, onde moram 127 famílias. As equipes envolvidas estão no momento tabulando os dados colhidos para elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Habitacional e elaboração das propostas de ação.

Desde a publicação da Portaria SPU/MP nº 170/2010, foram realizadas 4 reuniões técnicas com todos envolvidos no processo de regularização e foram distribuídos 2 comunicados à população moradora, além do Boletim Informativo “PRA FICAR LEGAL”. Foram emitidas 64 notificações endereçadas aos moradores com pendência na entrega da documentação e aos que precisavam comparecer à SPU/SC, para serem cadastrados. Em setembro/2011, o imóvel foi registrado em cartório de imóveis como propriedade da União Federal e foi averbada a declaração de interesse público, com a destinação a regularização fundiária.

O Município de Gaspar solicitou áreas da União na localidade do Assentamento Precário Jardim Primavera. As áreas de interesse do Município envolvem diversas matrículas entremeadas a matrículas de particulares, sendo que parte delas situa-se em terrenos com conceituação Marinha e Acrescidos e outra parte em Nacional Interior. Para que as áreas a serem cedidas fossem definidas precisamente, as equipes técnicas da prefeitura e da SPU/SC realizaram diversas tratativas e reuniões. No momento, a SPU/SC está encaminhando as revisões e unificações ao Cartório de Registro de Imóveis, para prosseguir com a cessão das áreas.

Com relação às ocupações existentes na Vila Vitória no Município de Laguna, de acordo com os estudos realizados pelos técnicos do Município e da SPU, parte da área vai ser repassada ao FAR-CAIXA, financiamento este do programa Minha Casa, Minha Vida do Ministério das Cidades, para provisão habitacional, visando a realocação das famílias que se encontram em APP, na área ao lado



do loteamento, e a outra parte do terreno vai ser repassada ao Município de Laguna, para a implantação do projeto de regularização fundiária que esta sendo desenvolvido pelo Município. Trabalhos estes em fase final de elaboração pelo Município de Laguna, para ser enviado à SPU/MP.

Esta Superintendência, em parceria com a Prefeitura Municipal de Imbituba, conforme estabelecido em audiência pública realizada naquele Cidade em 2010, no decorrer do exercício de 2011 realizaram o levantamento habitacional e o cadastramento socioeconômico das 127 famílias da Vila Operária, está em fase de abertura dos processos e posterior análise pelos técnicos da SPU/SC.

Destaca-se que em 22/09/2010 foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica entre SPU e Prefeitura de Joinville, tendo como principal objetivo o desenvolvimento de ações conjuntas para a regularização fundiária e habitação de interesse social em áreas da União, em decorrência da grande demanda de trabalho existente naquele município. Assim, a partir desta assinatura, a SPU/SC em 2011 disponibilizou uma servidora para desenvolver o trabalho de regularização fundiária na Secretaria de Habitação, juntamente com técnicos daquele Município.

Dentre os pedidos de cessão de áreas da União, formulados pelo município de Joinville, analisados e concluídos por esta SPU/SC, estão as Urbanizações Espinheiros I, II e III, localizadas no bairro Comasa, e somam uma área de 833.117,39 m<sup>2</sup>, e a Urbanização Jardim Iririú, localizada no bairro Parque Iririú, todas na região nordeste da cidade, próximas à Tupy, indústria brasileira de fundição.

Consiste em regularizar a situação dos moradores das urbanizações acima citadas, (1) a abertura de um RIP – Registro Imobiliário Patrimonial – na SPU/SC, a partir do desmembramento de cada lote da área total do loteamento; (2) orientação e entrega de documentos ao interessado, para o trâmite relativo a abertura da matrícula do lote no Registro de Imóveis competente; (3) comunicação à SPU/SC da transferência do imóvel e (4) assinatura do contrato de aforamento.

Considerando estas etapas da regularização, no ano de 2011 foram desmembrados 646 lotes, de um total de 1.789, sendo que já haviam sido abertos anteriormente 417 RIP's, restando 726 lotes a desmembrar durante o exercício de 2012.

Durante o levantamento de dados e informações para o início do trabalho, constatou-se a existência de casos de duplicidade cadastral (dois ou mais RIP's para um mesmo imóvel), e casos de inscrições de ocupação nestas áreas já cedidas sob regime de aforamento. Após o levantamento, foram requeridos 259 cancelamentos de inscrição de ocupação em áreas onde o vínculo com a União será o aforamento, bem como 21 cancelamentos por duplicidade cadastral, somando um total de 280 requerimentos.

Há também os casos de lotes já matriculados. Para estes casos, solicita-se que o proprietário providencie alguns documentos, que serão encaminhados para a SPU/SC, juntamente com um Requerimento de Averbação de Transferência preenchido. Durante o ano de 2011, foram solicitadas 46 transferências.

Importante mencionar o trabalho realizado para a adequação do Contrato de Cessão Sob Regime de Aforamento, firmado entre o Município de Joinville e o beneficiário, a partir de orientações repassadas pela SPU/MP, com o intuito de este ser levado à registro para a abertura das matrículas dos imóveis, encurtando o trâmite e reduzindo os custos com taxas e emolumentos.

Além dos trabalhos diários relativos à regularização, e mesmo que ainda não tenha sido formalizado oficialmente um escritório da SPU/SC na Cidade de Joinville, são feitos muitos atendimentos



relacionados a outros assuntos como: dívidas em cobrança, transferências de ocupação, isenção de taxas ou foros, orientações relacionadas aos requerimentos de inscrição de ocupação, revisão (de área ou de valores de taxas) e diversos, bem como à Certidão de Provedimento, muito solicitada pelos registros de imóveis quando a área é próxima de cursos d'água.

Este trabalho desenvolvido pela SPU/SC e o Município de Joinville otimizou os procedimentos administrativos, permitindo que se tenha um maior controle de todas as ações realizadas na regularização fundiária, evitando erros de cadastro, duplicidades cadastrais e inconsistências.

A SPU/SC está divulgando as ações dos projetos de regularização fundiária em terras de domínio da União, sendo realizado em 2011 treinamentos para duas associações de Municípios (AMUNESC e AMFRI), visando atingir 20 municípios.

### **2.3.2.8 Ação 200F - Retribuição pelos Serviços de Caracterização do Patrimônio da União**

Em Maio/2011 foram iniciados os trabalhos pela UFSC no Projeto de Certificação Cadastral visando especialmente o Cadastramento/Recadastramento dos imóveis da União no trecho onde se encontra homologada a LPM/1831 na Ilha de Santa Catarina. Os serviços encontram-se em andamento prevendo-se a conclusão para fins do 1º semestre de 2012.

Ainda durante o exercício de 2011, houve a celebração do Projeto de Pesquisa entre a SPU e a Universidade Federal de Santa Catarina, o qual visa o cadastro, atualização e avaliação dos imóveis de bens público da União em SC. Para tanto, foi descentralizado crédito orçamentário pela Nota de Movimentação de Crédito 2011NC001158 de 22/11/11.

### **2.3.2.9 Ação 4078 - Sistemas de Informação para a Gestão do Patrimônio da União**

**Esta informação faz parte do Relatório de Gestão 2011 da Secretaria do Patrimônio da União - SPU**

### **2.3.2.10 Ação 12NZ – Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União**

**Esta informação faz parte do Relatório de Gestão 2011 da Secretaria do Patrimônio da União - SPU**

## **2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro**

### **2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa**

**Esta informação faz parte do Relatório de Gestão 2011 da Secretaria do Patrimônio da União - SPU**

### **2.4.2 Programação de Despesas Correntes**



**Esta informação faz parte do Relatório de Gestão 2011 da Secretaria do Patrimônio da União - SPU**

#### **2.4.3 Programação de Despesas de Capital**

**Esta informação faz parte do Relatório de Gestão 2011 da Secretaria do Patrimônio da União - SPU**

#### **2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa**

**Esta informação faz parte do Relatório de Gestão 2011 da Secretaria do Patrimônio da União - SPU**

#### **2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação**

**Esta informação faz parte do Relatório de Gestão 2011 da Secretaria do Patrimônio da União - SPU**

#### **2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação**

**Esta informação faz parte do Relatório de Gestão 2011 da Secretaria do Patrimônio da União - SPU**

#### **2.4.7 Indicadores Institucionais**

O conjunto de indicadores institucionais em uso na SPU é orientado para avaliação institucional nos planos de planejamento e avaliação de resultados mediatos. Em 2011, o universo era composto, majoritariamente, pelos indicadores do PPA e da Gratificação de Incremento à Administração do Patrimônio da União (Lei e Decreto).

Os indicadores do PPA, tanto do programa 0794 quanto das ações a ele relacionadas padeciam de defeitos decorrentes da concepção original, especialmente quanto às métricas utilizadas para apuração. O fato resultou, em última análise, na supressão do indicador do programa “Famílias beneficiadas”, permanecendo somente o de progressão da arrecadação patrimonial. A dinâmica de atualização do Plano dificultaram modificações mais profundas nos demais indicadores.

Os indicadores remanescentes continuaram a ser apurados e mostraram evolução de certo modo desconexa da execução de despesas. Ainda assim, é possível vislumbrar algum alinhamento, especialmente quando escasseavam recursos para deslocamentos para fora das capitais estaduais – os deslocamentos são essenciais à ação sobre imóveis mais distantes dos centros administrativos, especialmente no que toca à caracterização, à fiscalização e à regularização fundiária de imóveis da União.

Com o advento da nova metodologia do PPA, em que o programa 0794 foi incorporado ao de natureza transversal, sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento da União, o prospecto



de que a SPU continue a gerir e corrija a metodologia de apuração dos mesmos indicadores é incerto.

Os indicadores da GIAPU estão em plano no qual a SPU tem maior governabilidade. Houve, em 2011, significativa alteração nesses indicadores, que buscam medir o desempenho institucional para instruir o quantum da gratificação a que os servidores fazem jus. A grande mudança decorreu, na modelagem dos indicadores, da adoção do princípio de que os fenômenos mensurados, além de úteis à avaliação de desempenho da Secretaria, fossem referenciáveis e tivessem metodologia de mensuração mais clara. Foi decidido que as unidades medidas seriam aquelas lançadas nos sistemas oficiais da Secretaria o SIAPA, o SPIUNet e o recém implementado FIGEST.

Assim foram modelados 19 indicadores institucionais que buscavam demonstrar o trabalho realizado pela secretaria, apoiada em base de dados minimamente consistente, Processo Administrativo nº04905.005927/2010-83. Eles foram modelados quanto à forma de cálculo, a disponibilidade de informações, a relevância (segundo juízo da diretoria colegiada do Órgão) e quanto ao modelo de ponderação. Foram divididos segundo os macroprocessos da SPU. Os indicadores foram fixados pela Portaria Ministerial nº 249, de 26 de julho de 2011 e revisados pela Portaria nº 11, de 3 de fevereiro de 2012, após análise quanto à viabilidade da apuração dos indicadores fixados, conforme consta no Processo Administrativo registrado sob o nº 04905.002994-2011-27.

Nos termos da revisão, os indicadores ficaram como nas tabelas abaixo:

**Quadro A 2.4.7 - Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Indicadores GIAPU 2011						
Cód	Macro	Indicador	Peso	Fonte	Fórmula	Unidade
A	Caract	Constituição da Comissão de Demarcação LPM/LMEO	1	FIGEST/SAGES	Qtde. Atos (Portaria; DOU, DOE; Constituição da Comissão LPM/LMEO) \ Data Publicação (Mês) \ UF	Portaria Publicada
B	Caract	Homologação LPM LMEO	2	FIGEST/SAGES	Quantidade de Atos (Relatório de Homologação LPM/LMEO) / UF / Data	Relatório Técnico de Demarcação
H	Caract	Novo Cadastro SIAPA	1	SIAPA	Novo Registro SIAPA/Data/UF	Novo Registro SIAPA
I	Dest	Constituição de TAU, CDRU, CUEM	3	SIAPA	Qtde. Imóveis (TAU, CUEM, CDRU)\Data de Publicação (mês)\UF	RIP
II	Dest	Transferência de Aforamento e de Inscrição de Ocupação	1	SIAPA	Qtde. imóveis ( laudêmio ativo)\ mês (=data extração)\ UF	Imóvel Transferido
L	Dest	Publicação de Portaria Autorizativa (Cessão, Concessão, Doação, Permissão de Uso, Autorização de Obra) e de Homologação Aforamento	2	FIGEST/SAGES	Qtde. Ato (Cessão, Concessão, Permissão de uso, autorização de obra) \ Instrumento (portaria) \ Data de Publicação (Mês) \ UF	Portaria Publicada
M	Dest	Publicação do Extrato Contrato/Termos (Cessão, Doação, Concessão, TAU e Entrega)	2	FIGEST/SAGES	Quantidade de Ato (Cessão, Doação, Concessão, Entrega) \ Instrumento (Portaria, Extrato, Termo) \ Data de Publicação (mês) \ UF	Extrato/Termo Publicado
O	Dest	Gestão da Orla – Criação da Comissão Técnica Estadual	2	FIGEST/SAGES	Quantidade de Ato (Criação de Comissão Técnica Estadual Projeto Orla) \ Data de Publicação \ UF	Registro FIGEST/SAGES
P	Dest	Gestão da Orla -	2	FIGEST/	Quantidade de Ato (Ficha de Adesão	Registro





**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**  
**Secretaria Patrimônio da União – SPU**  
**Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina – SPU/SC**

		Destinação – Gestão da Orla - Adesão do Município ao Projeto Orla		SAGES	Município - Projeto Orla) \ Instrumento (Ficha de Adesão) \ Data de Publicação \ UF	FIGEST/SAGES
Q	Dest	Gestão da Orla - Criação do Comitê Gestor Municipal	2	FIGEST/SAGES	Quantidade de Ato (Criação Comitê Gestor Municipal - Projeto Orla) \ Data de Publicação (mês) \ UF	Registro FIGEST/SAGES
R	Dest	Gestão da Orla - Homologação do Plano de Gestão Integrada	2	FIGEST/SAGES	Quantidade de Ato (Homologação PGI - Projeto Orla) \ Data de Publicação (mês) \ UF	Registro FIGEST/SAGES
S	Dest	Gestão da Orla - ACT para implementação do PGI	2	FIGEST/SAGES	Quantidade de Ato (ACT – Implementação de PGI - Projeto Orla) \ Data de Publicação (mês) \ UF	Registro FIGEST/SAGES
V	Dest	Publicação de Portaria de Declaração de Interesse Público	1	FIGEST/SAGES	ato (DISP)/mês/SPU	Registro FIGEST/SAGES
X	Incorp	Novo Registro SPIUnet	3	SPIUnet	Novo RIP SPIUnet / Data / UF	Novo Cadastro SPIUnet
Y	Incorp	Número de atos de regularização de contratos da Carteira Imobiliária da ex-RFFSA	1	SARP	[Qtd controles/contratos (baixado; proprietário antigo = RFFSA, \ Mês (= data de extração)\ UF]	controle/contrato baixado
Z	Receit	Arrecadação Patrimonial	1	Relatório DEREPE	Receita Arrecadada/UF/Mês	Valor Arrecadado
Z1	Receit	Cobrança Administrativa	3	Relatório DEREPE	180 maiores débitos, RIP com CPF, UF/Mês	Cobrança Realizada

O trabalho de evolução dos indicadores atribuiu-lhes códigos de identificação, alinhamento a macroprocessos da Secretaria, critérios de ponderação e a definição de unidades de medida para cada entrada.

Na sistemática usada até 2010, embora houvesse listagem de pontuação para conjuntos de atuação setorial, não havia tal nível de elaboração metodológica, exceto quanto aos indicadores de arrecadação e cobrança. Isso resultava em dificuldades para a apuração e verificação dos dados contabilizados, dada a não bi-univocidade entre os elemento medidos.

Abaixo, a fórmula de apuração e ponderação dos indicadores.



### Ilustração A 2.4.7 - Método de Cálculo da Meta Institucional e da Meta de Superação da GIAPU

#### Anexo III

#### Método de Cálculo da Meta Institucional e da meta de Superação da GIAPU

Índice Geral - Ig

$$Ig = \frac{Minc + Mcar + Mdes + Mrec}{4}$$

Índices dos macroprocessos

Mcar – Caracterização (Composto pelos indicadores: A,B,H)

$$Mcar = \frac{A + (2 \times B) + H}{4}$$

Mdes – Destinação (Composto pelos indicadores: I, II, L, M, O, P, Q, R, S, V)

$$Mdes = \frac{(3 \times I) + II + (2 \times L) + (2 \times M) + 2(O + P + Q + R + S) + V}{19}$$

Minc – Incorporação (Composto pelos indicadores: X e Y)

$$Minc = \frac{(3 \times X) + Y}{4}$$

Mrec – Receitas (Composto pelos indicadores: Z, e Z1)

$$Mrec = \frac{Z + (3 \times Z1)}{4}$$

Apuração dos indicadores (i) (Para todos os indicadores de A a Z2)

i = (soma dos resultados “i” de todas as SPUs) / (soma das metas “i” de todas as SPUs)

ou

$$i = \left( \frac{\sum_{SPUs} i_r}{\sum_{SPUs} i_m} \right)$$

onde

i = {A,B, H, I, II, L, M, O, P, Q, R, S, V, X, Y, Z, Z1}

ex.

Z1 = (Z1<sup>resultados</sup><sub>AC</sub> + Z1<sup>resultados</sup><sub>AL</sub> + Z1<sup>resultados</sup><sub>AM</sub> ... + Z1<sup>resultados</sup><sub>TO</sub>) / (Z1<sup>metas</sup><sub>AC</sub> + Z1<sup>metas</sup><sub>AL</sub> + Z1<sup>metas</sup><sub>AM</sub> ... + Z1<sup>metas</sup><sub>TO</sub>)

onde i = Z1

Fator de superação (Fs)

Fs = 1,02 (fixado pela DC/SPU)

Condições para atingimento e superação da meta institucional GIAPU

- A meta institucional da GIAPU será considerada atingida se: Ig ? 1.
- A meta de superação será considerada atingida se Ig ? Fs

A modelagem dos indicadores da GIAPU foi consentânea à maturação dos sistemas *Ferramentas Integradas de Gestão* (<http://figest.spu.planejamento.gov.br>) e *Business Intelligence* da SPU. A modelagem dos indicadores tomou o funcionamento mínimo desses sistemas como premissa para o



registro das unidades medidas e apuração da execução. O primeiro foi aberto ao registro pelas unidades descentralizadas, a quem incumbe a linha de execução da SPU, em setembro de 2011. O *Business Intelligence* – BI-SPU, ainda se encontra em estágio de provas (<http://10.209.9.232:8080/pentaho/Login;jsessionid=049A29BCF6CC76DFAD4CC55F2CE9FEF0>), mas já permite a apuração dos dados, pois está preparado para receber cópias das bases de dados do SIAPA (imóveis dominiais), SPIUNet (imóveis de uso especial) e FIGEST (atos de gestão).

O intento da SPU, enfim, foi o de melhorar os indicadores institucionais disponíveis sobre os quais havia maior capacidade para tanto. Havia a pretensão de que o trabalho realizado para a GIAPU pudesse ser replicado em outras searas de planejamento, o SIGPLAN em especial, o que resultou em parte frustrado em razão da modificação do PPA. Ainda assim, e a despeito dos problemas inerentes à implantação de novas metodologia de planejamento e de controle, estima-se ter havido salto de qualidade significativo nos indicadores institucionais da SPU.

### **3 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos - Item 3 da Portaria TCU 108/10**

**Esta informação faz parte do Relatório de Gestão 2011 da Secretaria do Patrimônio da União - SPU**

### **4 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores - Item 4 da Portaria TCU 108/10**

**Esta informação faz parte do Relatório de Gestão 2011 da Secretaria do Patrimônio da União - SPU**

### **5 Composição do Quadro de Servidores Ativos - Item 5 da Portaria TCU 108/10**

#### **5.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da UJ**

**Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1 Servidores em cargo efetivo (1.1 + 1.2)</b>		<b>61</b>		
<b>1.1 Membros de poder e agentes políticos</b>		<b>00</b>		
<b>1.2 Servidores de Carreira (1.2.1 +1.2.2 +1.2.3 +1.2.4)</b>		<b>59</b>		
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		44	01	06
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		00		
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório		00		
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas		15	01	
<b>2 Servidores com Contratos Temporários</b>		<b>04</b>		



<b>3</b>	<b>Total (1 + 2)</b>		<b>65</b>	
----------	----------------------	--	-----------	--

Obs.: \*Egressos: Três aposentadorias, uma remoção e duas posses em cargo inacumulável em outro Órgão. Existem ainda outras duas servidores nomeadas em cargos do grupo de Direção e Assessoramento Superior que não estão incluídas nesta tabela.  
\*\*A SPU não tem ato que define a Lotação Autorizada.

Fonte: Coordenação-Geral de Administração – CGADM

## 5.2 Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Situação em 31/12/2011

Tipologias dos Afastamentos		Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1</b>	<b>Cedidos (1.1 + 1.2 + 1.3)</b>	<b>02</b>
1.1	Exercício de Cargo em Comissão	01
1.2	Exercício de Função de Confiança	
1.3	Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	01
<b>2</b>	<b>Afastamentos (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4)</b>	<b>01</b>
2.1	Para exercício de Mandato Eletivo	
2.2	Para estudo ou Missão no Exterior	01
2.3	Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4	Para participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
<b>3</b>	<b>Removidos (3.1 + 3.2 + 3.3 + 3.4 + 3.5)</b>	<b>02</b>
3.1	De ofício, no interesse da Administração	01
3.2	À pedido, a critério da Administração	
3.3	À pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	01
3.4	À pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de Saúde	
3.5	À pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo Seletivo	
<b>4</b>	<b>Licença remunerada (4.1 + 4.2)</b>	
4.1	Doença em pessoa da família	
4.2	Capacitação	
<b>5</b>	<b>Licença não remunerada (5.1 + 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5)</b>	
5.1	Afastamento do cônjuge/companheiro	
5.2	Serviço Militar	
5.3	Atividade política	
5.4	Interesses particulares	
5.5	Mandato classista	
<b>6</b>	<b>Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7</b>	<b>Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6)</b>	<b>05</b>

Obs.: \* Servidor Jorge Luiz Roque cedido para a Defensoria Pública Geral da União, mediante o art. 4º da Lei 9.020/95 e o servidor João José dos Santos cedido ao DNIT.

Fonte: Coordenação-Geral de Administração – CGADM

## 5.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da UJ



Quadro A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ -  
Situação em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1 Cargos em comissão</b>		<b>10</b>		
<b>1.1 Cargos Natureza Especial</b>				
<b>1.2 Grupo Direção e Assessoramento superior</b>		<b>10</b>		
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		07		
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidores de outros órgãos e esferas		01		
1.2.4 Sem vínculo		01		
1.2.5 Aposentado		01		
<b>2 Funções gratificadas</b>		<b>15</b>		
<b>2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão</b>		<b>15</b>		
<b>2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado</b>				
<b>2.3 Servidores de outros órgãos e esferas</b>				
<b>3 Total de servidores em cargo e em função (1 + 2)</b>		<b>25</b>		

Obs.:

Fonte: Coordenação-Geral de Administração – CGADM

## 5.4 Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a idade

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Faixa Etária (anos)				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1 Provimento de cargo efetivo</b>					
1.1 Membros de poder e agentes políticos					
1.2 Servidores de Carreira	04	14	20	23	06
1.3 Servidores com Contratos Temporários	02	01	01		
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença			01	01	
<b>2 Provimento de cargo em comissão</b>					
2.1 Cargos Natureza Especial					
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior		02	05	01	02
2.3 Funções gratificadas			06	07	02

Obs.: \*

Fonte: Coordenação-Geral de Administração – CGADM

## 5.5 Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a escolaridade



**Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2011**

Tipologias dos Cargos	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1 Provimento de cargo efetivo</b>				<b>03</b>	<b>14</b>	<b>34</b>	<b>06</b>	<b>01</b>	
1.1 Membros de poder e agentes políticos									
1.2 Servidores de Carreira				02	13	28	06	01	
1.3 Servidores com Contratos Temporários						04			
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				01	01	02			
<b>2 Provimento de cargo em comissão</b>				<b>01</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>02</b>	<b>01</b>	
2.1 Cargos Natureza Especial									
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior					02	05	02	01	
2.3 Funções gratificadas				01	09	05			

Obs.: \*

**LEGENDA:**

*Nível de Escolaridade*

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Coordenação-Geral de Administração – CGADM

## 5.6 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Esta informação integra a tabela de aposentados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

## 5.7 Demonstração das origens das pensões pagas pela UJ - Situação apurada em 31/12/2011

Esta informação integra a tabela de aposentados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

## 5.8 Composição do Quadro de Estagiários

**Quadro A.5.8 – Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1 Nível Superior</b>	<b>07</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>07</b>	<b>R\$ 52.445,31</b>
1.1 Área Fim	07	07	09	07	R\$ 52.445,31
1.2 Área Meio					
<b>2 Nível Médio</b>					
2.1 Área Fim					



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria Patrimônio da União – SPU  
Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa  
Catarina – SPU/SC

2.2	Área Meio						
3	Total (1 + 2)	07	07	09	07		R\$ 52.445,31

Fonte: Coordenação-Geral de Administração – CGADM

## 5.9 Quadro de custos de recursos humanos

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anos anteriores

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Valores em R\$
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis	Total
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>								
2009								
2010								
2011								
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>								
2009	1.642.315,82	75.876,59	1.194.082,73	60.349,16	106.874,54	68.839,14	2.103,34	3.150.441,32
2010	2.076.266,90	118.252,48	1.570.017,99	95.438,74	248.011,07	92.934,74	3.177,61	4.204.099,53
2011	1.041.822,11	4.946,00	737.379,47	32.224,82	140.646,64	19.383,48	-10.559,14	1.967.854,38
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>								
2009	34.073,34	0,00	3.166,67	0,00	2.070,00	0,00	0,00	39.310,01
2010	127.195,93	0,00	10.542,49	1.266,66	11.141,54	0,00	0,00	150.146,62
2011	235.186,66	0,00	19.430,00	5.421,09	17.332,73	0,00	0,00	279.381,48
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>								
2009	39.010,92	0,00	17.115,88	818,46	3.966,27	2.504,00	0,00	63.415,53
2010	46.238,21	32,94	27.679,18	976,12	7.089,94	3.479,17	0,00	85.495,56
2011	27.721,85	0,00	20.718,50	1.149,67	5.087,84	406,48	0,00	57.142,86
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>								
2009								
2010								
2011								
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>								
2009	130.151,88	0,00	7.477,01	1.410,48	8.691,36	0,00	34,86	147.765,59
2010	124.101,19	7.469,22	12.966,27	2.898,73	13.321,48	0,00	0,00	160.756,89
2011	774.344,19	2.073,27	277.436,58	35.463,60	41.901,46	7.733,74	0,00	1.140.963,84
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>								
2009	364.182,79	16.305,48	572.775,26	24.116,18	33.367,45	28.265,36	1.127,26	1.040.139,78
2010	469.551,32	16.305,48	670.356,92	22.129,52	72.982,32	48.336,68	81,40	1.299.744,64
2011	598.837,56	72.520,81	650.626,93	35.514,19	70.961,33	19.107,00	0,00	1.449.578,82

Obs.: \* Não foram informados valores no exercício anterior pela Coordenação de Acompanhamento Funcional e Pagamento – COAFP para o item Servidores ocupantes de Funções gratificadas.

Fonte: Coordenação-Geral de Administração – CGADM



### 5.10 Terceirização de mão de obra empregada pela UJ – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Não houve ocorrência neste item

### 5.11 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Não houve ocorrência neste item

### 5.12 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Unidade

Quadro A.5.12 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e de Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência do Ministério da Fazenda em Santa Catarina														
UG/Gestão: 170166							CNPJ: 00.394.460/0023-57							
Informações sobre os contratos														
Ano do Contrato	Área	Nat.	Ident. do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	L	O	005/2011	Plansul Planejamento e Consultoria Ltda – 78.533.312/0001-58	01/09/11	01/09/12	3	3						A
2009	V	O	016/2009	Lince Segurança Patrimonial Ltda ME – 10.364.152/0001-27	01/12/11	30/11/12			4	4				A

Obs.:

**LEGENDA:**  
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial  
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SAMF/SC

### 5.13 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão





Quadro A.5.13 – Contratos de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do Ministério da Fazenda em Santa Catarina													
UG/Gestão: 170166							CNPJ: 00.394.460/0023-57						
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Ident. do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	7	O	009/2009	Autêntica Organização de Serviços Diversos – 84.965.706/0001-88	01/07/11	30/06/12			1	1			P
2009	7	O	012/2009	Ello Serviços de Mão de Obra – 06.888.220/0001-80	26/05/11	25/05/12			3	3			P
2010	9	O	021/2010	Real Serviços de Locação de Mão de Obra – 07.177.842/0001-68	22/11/11	21/11/12			2	2			P

Obs.:

**LEGENDA**  
**Área:**  
1. Conservação e Limpeza;  
2. Segurança;  
3. Vigilância;  
4. Transportes;  
5. Informática;  
6. Copeiragem;  
7. Recepção;  
8. Reprografia;  
9. Telecomunicações;  
10. Manutenção de bens móveis;  
11. Manutenção de bens imóveis;  
12. Brigadistas;  
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;  
14. Outras.  
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SAMF/SC

## 5.14 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Essa informação estará contida no relatório encaminhado pela COGEP/SPOA, área responsável pela implementação da política de gestão de pessoas do Ministério do Planejamento.



A Secretaria do Patrimônio da União - SPU não dispõe de indicadores gerenciais, propriamente ditos, sobre recursos humanos, apesar de monitorar permanentemente a força de trabalho de que dispõe.

No Planejamento Estratégico da SPU (2012-2015) foram definidos os projetos relativos a:

- Elaboração e implementação do Plano de Gestão de Pessoas, com vista a mapear competências e elaborar padrões de administrar Recursos Humanos e estruturar a área de Gestão de Pessoas.
- Elaboração e implementação de estratégia de capacitação para que a Secretaria do Patrimônio da União proporcione a qualificação adequada dos servidores, frente aos objetivos do Órgão e que também possibilite o planejamento a médio e longo prazo das ações de capacitação a cargo da Coordenação-Geral de Administração e,
- Demandar concursos públicos de modo a repor perdas de Recursos Humanos, concentrando vagas regionalmente, incluindo etapa de formação e instituindo concursos de remoção interna.

## **6 Transferências efetuadas no exercício - Item 6 da Portaria TCU 108/10**

**Esta informação faz parte do Relatório de Gestão 2011 da Secretaria do Patrimônio da União – SPU**

**7 Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.**

**Informação não se aplica a UJ – Os contratos são efetivados pelas SANFs ou SPU - Órgão Central.**

**8 Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.**

**8.1 Demonstrativo do cumprimento da obrigação de entregar a DBR**



**Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridade e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR**

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da ocorrência da obrigação de entregar a DBR		
		Posse ou início do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei Nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em Comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			

## 8.2 Análise Crítica

Esta informação constará no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MPOG, por ser esta unidade incumbida de gerenciar a recepção das DBR dos servidores no Ministério.

## 9 Estrutura de Controles Internos da UJ - Item 7 da Portaria TCU 108/10

**Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ**

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria Patrimônio da União – SPU  
Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa  
Catarina – SPU/SC

4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e			X		



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria Patrimônio da União – SPU  
Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa  
Catarina – SPU/SC

funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		

Considerações gerais: A metodologia utilizada foi a aplicação do questionário aos Coordenadores e Chefes de Divisão e, após, foi extraída a média do resultado do somatório das respostas

**LEGENDA:**

**Níveis de Avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.



## 10 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - Item 8 da Portaria TCU 277/10

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas? Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável?	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis)?	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços? Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas)? Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos? Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento	X				



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria Patrimônio da União – SPU  
Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa  
Catarina – SPU/SC

licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga)? Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos?	X				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental?	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006?	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica? Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					Houve a iniciativa de conscientização por meio de folders.
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores? Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				Programa de utilização de canecas, ao invés de copos plásticos, mediante palestra de funcionária da Companhia Melhoramentos da Capital - COMCAP.	

Considerações gerais:

**LEGENDA:**

***Níveis de Avaliação:***

(1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da



UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## 11 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial - Item 9 da Portaria TCU 108/10

### 11.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ	
UF	Município	Exercício 2010	Exercício 2012
SC	AGUAS MORNAS	1	1
SC	ANGELINA	1	1
SC	ANITA GARIBALDI	1	1
SC	ARARANGUA	6	6
SC	BALNEARIO BARRA DO SUL	1	2
SC	BALNEARIO CAMBORIU	3	4
SC	BARRA VELHA	3	3
SC	BENEDITO NOVO	1	1
SC	BIGUACU	4	7
SC	BLUMENAU	1	2
SC	BOMBINHAS	1	1
SC	BRACO DO NORTE	1	1
SC	CACADOR	1	1
SC	CAMPOS NOVOS	2	2
SC	CANOINHAS	9	9
SC	CATANDUVAS	0	1
SC	CHAPECO	1	3
SC	CONCORDIA	3	2
SC	CORUPA	2	1
SC	CRICIUMA	1	4
SC	CUNHA PORA	1	1
SC	CURITIBANOS	4	5
SC	DESCANSO	1	1
SC	DIONISIO CERQUEIRA	1	2





Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria Patrimônio da União – SPU  
Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa  
Catarina – SPU/SC

SC	FLORIANOPOLIS	40	51
SC	FRAIBURGO	1	1
SC	GALVAO	1	1
SC	GASPAR	1	1
SC	IBIRAMA	1	1
SC	ICARA	2	2
SC	ILHOTA	1	1
SC	IMARUI	1	1
SC	IMBITUBA	3	3
SC	IPUMIRIM	1	1
SC	IRANI	1	1
SC	IRINEOPOLIS	15	15
SC	ITA	2	2
SC	ITAIOPOLIS	2	2
SC	ITAJAI	7	10
SC	ITAPEMA	1	1
SC	ITAPIRANGA	1	1
SC	ITAPOA	2	2
SC	ITUPORANGA	2	2
SC	JACINTO MACHADO	3	3
SC	JARAGUA DO SUL	1	1
SC	JAGUARUNA	0	2
SC	JOACABA	8	8
SC	JOINVILLE	10	10
SC	LAGES	9	11
SC	LAGUNA	6	7
SC	LONTRAS	0	1
SC	MAFRA	8	8
SC	MAJOR VIEIRA	2	2
SC	MARAVILHA	1	4
SC	MONTE CASTELO	2	2
SC	NAVEGANTES	3	3
SC	OTACILIO COSTA	1	1
SC	PALHOCA	4	5
SC	PALMITOS	1	1
SC	PAPANDUVA	3	3
SC	PERITIBA	1	1
SC	PINHALZINHO	2	2
SC	PORTO BELO	1	1
	PORTO UNIAO	0	1



SC	PRAIA GRANDE	1	1
SC	RIO DO SUL	5	4
SC	RIO NEGRINHO	3	3
SC	ROMELANDIA	1	1
SC	SAO FRANCISCO DO SUL	10	10
SC	SAO JOAQUIM	2	2
SC	SAO JOSE	5	12
SC	SAO LOURENCO D'OESTE	3	3
SC	SAO MIGUEL D'OESTE	2	2
SC	SANTA TEREZINHA	0	1
SC	TAIO	1	1
SC	TIJUCAS	2	2
SC	TRES BARRAS	2	2
SC	TUBARAO	7	7
SC	URUBICI	1	1
SC	URUSSANGA	2	2
SC	VIDEIRA	2	2
SC	XANXERE	2	2
<b>TOTAL</b>		<b>249</b>	<b>296</b>

Fonte:

## 11.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

A Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina – SPU/SC não possui imóvel no Exterior cadastrado no SPIUnet, sob sua responsabilidade e nem locados de terceiros. Quanto às observações referentes à incorporação de imóveis, informo que estas fazem parte do Relatório de Gestão 2011 da Secretaria do Patrimônio da União – SPU.

Fonte SPIUnet.

## 11.3 Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

Quadro 11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data de Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
SPU/SC	5537000015006	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Bom	0	16/4/2003	97.239,88	0	0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria Patrimônio da União – SPU  
Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa  
Catarina – SPU/SC

SPU/SC	5549000025005	ARRENDAMENTO	Não tem	0	24/6/2012	230.049,39	0	0
SPU/SC	5549000065007	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	26/09/2013	38.718,91		
SPU/SC	5555000025000	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	02/04/2005	77.000,00		
SPU/SC	8011000015007	EM PROCESSO DE ALIENACAO	Não tem	0	01/01/2002	7.790,05	0	0
SPU/SC	8017000015006	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Bom	0	01/01/2002	129.424,16	0	0
SPU/SC	8019000025008	DISPONIVEL PARA ALIENACAO	Não tem	0	25/4/2004	748,80	0	0
SPU/SC	8027000025009	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Regular	0	01/01/2002	618.978,87	0	0
SPU/SC	8027000045000	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	26/12/2002	8.681,40	0	0
SPU/SC	8027000065000	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Bom	0	26/12/2002	3.033.599,12	0	0
SPU/SC	8027000075006	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	27/8/2004	13.680,85	0	0
SPU/SC	8027000195001	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	01/01/2002	5.388,22	0	0
SPU/SC	8027000685009	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Ruim	0	05/09/2004	363.296,69	0	0
SPU/SC	8027000705000	CESSAO - ADMINISTRACAO FEDERAL INDIRETA	Não tem	0	13/2/2008	5.049,23	0	0
SPU/SC	8039000015007	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	01/01/2002	706.292,43	0	0
SPU/SC	8039000035008	ARRENDAMENTO	Não tem	0	10/01/2009	1.712,26	0	0
SPU/SC	8039000095000	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	04/05/2004	656.652,00	0	0
SPU/SC	8039000135002	EM REGULARIZACAO - OUTROS		0	21/08/2004	45.000,00		
SPU/SC	8041000015009	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Ruim	0	26/12/2002	422.172,82	0	0
SPU/SC	8041000035000	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	26/12/2002	176.162,50	0	0
SPU/SC	8041000085007	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	05/09/2004	456.424,29	0	0
SPU/SC	8043000015005	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Regular	0	06/12/2009	280.244,00	0	0
SPU/SC	8045000015001	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Regular	0	01/01/2002	191.524,60	0	0
SPU/SC	8045000025007	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Bom	0	01/01/2002	83.576,81	0	0
SPU/SC	8045000085000	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	06/06/2004	131.932,44	0	0
SPU/SC	8045000105000	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	06/06/2004	104.160,18	0	0
SPU/SC	8045000205005	ENTREGA - ADMINISTRACAO	Não tem	0	06/01/2013	156,06		



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria Patrimônio da União – SPU  
Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa  
Catarina – SPU/SC

		FEDERAL DIRETA						
SPU/SC	8045000225006	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	19/12/2007	113.416,87		
SPU/SC	8045000245007	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	17/12/2012	35.000,00		
SPU/SC	8047000285005	VAGO PARA USO	Não tem	0	20/9/2003	9.000,00	0	0
SPU/SC	8047000405000	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	06/12/2013	3.095.923,11		
SPU/SC	8053000015002	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Bom	0	20/3/2009	59.225,91	0	0
SPU/SC	8057000045001	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Regular	0	01/01/2002	120.641,00	0	0
SPU/SC	8069000015009	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	30/6/2012	104.700,00	0	0
SPU/SC	8069000035000	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Bom	0	21/6/2003	137.168,13	0	0
SPU/SC	8073000025002	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	15.898,86	0	0
SPU/SC	8073000035008	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	182.098,96	0	0
SPU/SC	8073000045003	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	377.584,81	0	0
SPU/SC	8073000055009	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	452.917,71	0	0
SPU/SC	8073000065004	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	18.050,73	0	0
SPU/SC	8073000075000	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	220.458,98	0	0
SPU/SC	8073000095000	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/6/2002	2.271.920,00	0	0
SPU/SC	8073000105006	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	23/11/2003	205.018,00	0	0
SPU/SC	8073000295000	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	Bom	0	24/5/2009	200.000,00	0	0
SPU/SC	8077000015000	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Bom	0	26/12/2002	1.030.000,00	0	0
SPU/SC	8081000045004	USO EM SERVICO PUBLICO	Bom	0	01/01/2002	2.153.262,99	0	0
SPU/SC	8081000065005	CESSAO ONEROSA	Bom	0	01/01/2002	216.593,79	0	0
SPU/SC	8081000105007	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	34.028,59	0	0
SPU/SC	8081000275000	CESSAO - OUTROS	Bom	0	01/01/2002	55.837,69	0	0
SPU/SC	8083000015004	EM PROCESSO DE ALIENACAO	Não tem	0	23/3/2010	67.000,00	0	0
SPU/SC	8083000045000	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	33.898,23	0	0
SPU/SC	8087000015007	EM REGULARIZACAO - CESSÃO	Regular	0	12/09/2013	150.000,00	0	0
SPU/SC	8089000035004	ENTREGA		0	23/11/2003	269.880,00		
SPU/SC	8089000045000	ENTREGA		0	23/11/2003	1.064.800,74		
SPU/SC	8089000275005	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Bom	0	11/04/2006	2.352.711,38	0	0
SPU/SC	8089000295006	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Regular	0	08/08/2004	393.841,07	0	0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
 Secretaria Patrimônio da União – SPU  
 Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa  
 Catarina – SPU/SC

SPU/SC	8091000055007	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	18/03/2013	1.755,94		
SPU/SC	8093000045008	VAGO PARA USO	Não tem	0	18/6/2005	1.680,00	0	0
SPU/SC	8093000095005	VAGO PARA USO	Não tem	0	28/8/2005	6.000,00		0
SPU/SC	8093000115006	VAGO PARA USO	Não tem	0	28/8/2005	6.000,00	0	0
SPU/SC	8093000135007	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	19/5/2006	128.250,00	0	0
SPU/SC	8095000015008	CESSAO - OUTROS	Não tem	0	26/12/2002	3.763,40	0	0
SPU/SC	8097000025000	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	29/10/2012	285.000,00	0	0
SPU/SC	8105000675009	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Bom	0	01/01/2002	978.448,85	0	0
SPU/SC	8105000685004	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Ruim	0	06/12/2002	255.000,00	0	0
SPU/SC	8105000755002	USO EM SERVICO PUBLICO	Regular	0	23/11/2003	1.686.576,35	0	0
SPU/SC	8105000795004	USO EM SERVICO PUBLICO	Bom	0	01/08/2013	11.204.063,25	0	0
SPU/SC	8105000815005	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	17/3/2008	3.464.342,44	0	0
SPU/SC	8105000825000	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	Não tem	0	01/01/2002	2.095,00	0	0
SPU/SC	8105000875008	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	11/12/2003	310.292,08	0	0
SPU/SC	8105000995003	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	112.460,82	0	0
SPU/SC	8105001215001	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Regular	0	06/10/2013	16.076.799,02	0	0
SPU/SC	8105001225007	CESSAO - ADMINISTRACAO FEDERAL INDIRECTA	Não tem	0	26/12/2002	56.528,58	0	0
SPU/SC	8105001235002	CESSAO - ADMINISTRACAO FEDERAL INDIRECTA	Não tem	0	01/01/2002	2.624.106,85	0	0
SPU/SC	8105001285000	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Regular	0	06/12/2002	330.000,00	0	0
SPU/SC	8105001295005	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Bom	Tombado	27/11/2008	148.249,91	0	0
SPU/SC	8105001305000	CESSAO - ADMINISTRACAO FEDERAL INDIRECTA	Regular	Tombado	26/12/2002	1.647.127,57	0	0
SPU/SC	8105001325001	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	26/12/2002	225.514,13	0	0
SPU/SC	8105001335007	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	49.665,58	0	0
SPU/SC	8105001395000	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	26/12/2002	871.335,84	0	0
SPU/SC	8105001515005	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	18/1/2003	204.791,82	0	0
SPU/SC	8105001525000	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	21/3/2003	6.886.189,39	0	0
SPU/SC	8105001535006	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	14/8/2010	493.339,35	0	0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria Patrimônio da União – SPU  
Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa  
Catarina – SPU/SC

SPU/SC	8105001565002	USO EM SERVICO PUBLICO		0	28/01/2013	8.278.088,79		
SPU/SC	8105001585003	USO EM SERVICO PUBLICO	Bom	0	01/10/2103	13.936.626,45	0	0
SPU/SC	8105001595009	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	15/7/2006	323.409,96	0	0
SPU/SC	8105001605004	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	18/1/2003	1.728.316,98	0	0
SPU/SC	8105002715008	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	25/9/2003	690.871,59	0	0
SPU/SC	8105002875005	CESSAO ONEROSA	Regular	0	23/11/2003	74.241,62	0	0
SPU/SC	8105002885000	CESSAO ONEROSA	Regular	0	23/11/2003	37.318,41		0
SPU/SC	8105002915007	EM REGULARIZACAO -	Bom	0	01/08/2013	1.529.170,77	0	0
SPU/SC	8105002925002	EM REGULARIZACAO -	Bom	0	01/08/2013	1.608.177,30	0	0
SPU/SC	8105002935008	EM REGULARIZACAO -	Bom	0	01/08/2013	791.967,78	0	0
SPU/SC	8105003015000	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	05/06/2004	1.810.643,06	0	0
SPU/SC	8105003035000	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	04/11/2003	2.016.837,68	0	0
SPU/SC	8105003055001	CESSAO - OUTROS	Bom	0	12/05/2003	3.611.736,90	0	0
SPU/SC	8105003835007	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	09/12/2004	19.563.255,04	0	0
SPU/SC	8105003895000	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Bom	0	06/10/2013	5.814.203,43	0	0
SPU/SC	8105003915000	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	09/12/2004	120.230,00	0	0
SPU/SC	8105003995004	EM REGULARIZACAO - CESSÃO	Não tem	0	17/12/2012	12.138.193,31		
SPU/SC	8105004015003	EM REGULARIZACAO - CESSÃO		0	17/12/2012	430.325,97		
SPU/SC	8105004035004	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	07/01/2005	23.788,44	0	0
SPU/SC	8105004055005	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	07/01/2005	83.737,83	0	0
SPU/SC	8105004065000	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Regular	0	08/07/2005	12.801,14	0	0
SPU/SC	8105004085001	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	01/07/2005	141.601,31	0	0
SPU/SC	8105004125003	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	01/07/2005	106.576,31	0	0
SPU/SC	8105004145004	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	09/05/2004	427.337,25	0	0
SPU/SC	8105004185006	ARRENDAMENTO	Não tem	0	02/04/2005	47.162,23	0	0
SPU/SC	8105004285000	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Bom	0	06/10/2013	1.480.614,79	0	0
SPU/SC	8105004305001	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Bom	0	04/12/2008	2.682.694,90	0	0
SPU/SC	8105004385005	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	26/2/2010	356.400,00	0	0
SPU/SC	8105004405006	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	03/10/2010	359.532,63	0	0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
 Secretaria Patrimônio da União – SPU  
 Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa  
 Catarina – SPU/SC

SPU/SC	8105004425007	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	25/07/2013	506.736,92	0	0
SPU/SC	8105004445008	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	25/07/2013	771.477,35	0	
SPU/SC	8105004485000	ARRENDAMENTO		0	24/08/2011	6.022.180,54		
SPU/SC	8105004605005	ENTREGA – ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	05/01/2013	1.501,75		
SPU/SC	8105004625006	ENTREGA – ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	05/01/2013	1.501,75		
SPU/SC	8105004645007	EM REGULARIZAÇÃO - ENTREGA		0	07/12/2010	12000.000,00		
SPU/SC	8105004685009	EM REGULARIZACAO – OUTROS	Não tem	0	16/10/2002	11.688,55		
SPU/SC	8105004725000	ARRENDAMENTO		0	04/04/2012	91.501,07		
SPU/SC	8105004865007	EM REGULARIZACAO – OUTROS		0	31/08/2006	0,01		
SPU/SC	8105004885008	EM REGULARIZACAO – OUTROS		0	19/09/2005	0,01		
SPU/SC	8107000015005	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	5.975,41	0	
SPU/SC	8109000015001	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	588,73	0	
SPU/SC	8117000045009	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	04/11/2011	6.140,11	0	
SPU/SC	8135000055002	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	31/12/2002	96.000.000,00	0	
SPU/SC	8137000015007	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	26/12/2002	1.757,40	0	
SPU/SC	8137000025002	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	26/12/2002	65.972,40	0	
SPU/SC	8139000015003	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Bom	0	01/01/2002	931.848,03	0	
SPU/SC	8141000015005	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Regular	0	01/01/2002	102.654,00	0	
SPU/SC	8143000075004	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Regular	0	10/12/2010	159.309,93	Sim	
SPU/SC	8143000095005	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	2.066,71	0	
SPU/SC	8143000195000	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	Não tem	0	16/4/2009	63.180,00	0	
SPU/SC	8151000015002	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Bom	0	05/09/2005	237.858,95	0	
SPU/SC	8153000015009	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	26/12/2002	21.589,49	0	
SPU/SC	8155000015005	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	26/12/2002	2.650.182,71	0	
SPU/SC	8155000025000	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	54.361,15	0	
SPU/SC	8155000035006	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/6/2002	20.384,87	0	
SPU/SC	8155000045001	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	9.496,64	0	
SPU/SC	8155000055007	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/6/2002	25.142,08	0	
SPU/SC	8155000065002	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	90.991,68	0	
SPU/SC	8155000075008	ENTREGA -	Não tem	0	26/6/2002	4.246.500,00	0	



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria Patrimônio da União – SPU  
Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa  
Catarina – SPU/SC

		ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA						
SPU/SC	8155000085003	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	11.741,86	0	
SPU/SC	8155000095009	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	4.983,95	0	
SPU/SC	8155000105004	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	27/6/2002	19.722,42	0	
SPU/SC	8155000115000	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	19.188,90	0	0
SPU/SC	8155000125005	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/6/2002	2.170.000,00	0	0
SPU/SC	8155000135000	DISPONIVEL PARA ALIENACAO	Não tem	0	27/6/2002	8.151.000,00	0	0
SPU/SC	8155000145006	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	27/6/2002	995.184,00	0	0
SPU/SC	8155000155001	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	27/6/2002	2.392.860,00	0	0
SPU/SC	8157000015001	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	3.763,40	0	0
SPU/SC	8157000025007	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	5.020,17	0	0
SPU/SC	8159000045004	VAGO PARA USO	Não tem	0	08/11/2002	29.040,00	0	0
SPU/SC	8159000085006	VAGO PARA USO	Não tem	0	28/5/2003	16.800,00	0	0
SPU/SC	8161000035000	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	11/07/2002	60.207,00	0	0
SPU/SC	8161000085008	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Bom	0	01/01/2002	741,90	0	0
SPU/SC	8161000135005	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Regular	0	05/05/2007	190.391,76	0	0
SPU/SC	8161000145000	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	26/6/2011	8.030.863,68	0	0
SPU/SC	8161000155006	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Bom	0	01/01/2002	6.556.484,62	0	0
SPU/SC	8161000245005	CESSAO - ADMINISTRACAO FEDERAL INDIRETA	Não tem	0	01/01/2002	5.039.745,43	0	0
SPU/SC	8161000985009	VAGO PARA USO	Não tem	0	29/10/2003	240.000,00	0	0
SPU/SC	8161001055005	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	Bom	0	13/1/2008	400.000,00	0	0
SPU/SC	8161001075006	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	Bom	0	27/1/2013	172.357,71	0	0
SPU/SC	8161001095007	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	Bom	0	27/1/2013	65.718,27	0	0
SPU/SC	8163000065003	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	25/5/2009	36.413.016,08	0	0
SPU/SC	8165000015002	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Regular	0	18/10/2008	284.589,92	0	0
SPU/SC	8167000015009	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	22/1/2005	2.911.626,31	0	0
SPU/SC	8167000045005	VAGO PARA USO	Não tem	0	07/09/2009	20.430,00	0	0
SPU/SC	8167000055000	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	19/2/2005	8.200,09	0	0





Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria Patrimônio da União – SPU  
Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa  
Catarina – SPU/SC

SPU/SC	8171000015007	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	01/01/2002	2.058.400,89	0	0
SPU/SC	8171000025002	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	01/01/2002	3.946,90	0	0
SPU/SC	8171000035008	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	01/01/2002	3.946,90	0	0
SPU/SC	8173000045000	EM REGULARIZACAO - OUTROS		0	11/03/2010	293,03		
SPU/SC	8173000065000	EM REGULARIZACAO - OUTROS		0	11/03/2010	293,03		
SPU/SC	8175000025005	CESSAO - ADMINISTRACAO FEDERAL INDIRECTA	Bom	0	01/01/2002	307.767,06	0	0
SPU/SC	8177000015006	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Bom	0	02/07/2013	614.513,00	0	0
SPU/SC	8177000025001	USO EM SERVICO PUBLICO	Bom	0	01/01/2002	2.309.018,29	0	0
SPU/SC	8177000035007	CESSAO - OUTROS	Bom	0	01/01/2002	229.982,71	0	0
SPU/SC	8177000055008	CESSAO ONEROSA	Bom	0	26/12/2002	205.655,65	0	0
SPU/SC	8177000065003	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Bom	0	07/04/2007	2.046.174,24	0	0
SPU/SC	8177000075009	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	07/04/2007	781.120,29	0	0
SPU/SC	8177000085004	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	07/04/2007	406.318,98	0	0
SPU/SC	8177000115000	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	01/01/2002	500.000,00	0	0
SPU/SC	8177000265002	CESSAO - OUTROS	Bom	0	01/02/2002	71.053,21	0	0
SPU/SC	8179000015002	USO EM SERVICO PUBLICO	Regular	0	26/12/2002	2.555.384,46	0	0
SPU/SC	8179000025008	USO EM SERVICO PUBLICO	Regular	0	26/12/2002	2.151.675,57	0	0
SPU/SC	8179000035003	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Bom	0	01/01/2002	245.894,20	0	0
SPU/SC	8179000335007	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	01/01/2002	512.515,78	0	0
SPU/SC	8179000365003	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	30/12/2012	11.348.855,89		
SPU/SC	8179000375009	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	16/4/2003	4.151,60	0	0
SPU/SC	8179000385004	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Bom	0	07/11/2003	807.790,48	0	0
SPU/SC	8179000645006	CESSAO ONEROSA	Regular	0	26/12/2002	35.129,88	0	0
SPU/SC	8179000655001	CESSAO - OUTROS	Regular	0	26/12/2002	51.153,52	0	0
SPU/SC	8179000665007	CESSAO ONEROSA	Regular	0	26/12/2002	53.193,81	0	0
SPU/SC	8179000685008	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	30/6/2005	40.557,60	0	0
SPU/SC	8179000835000	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	Não tem	0	15/6/2007	450.000,00	0	0
SPU/SC	8179000855000	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	24/11/2011	37.727,72	0	0
SPU/SC	8179000895002	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	25/10/2012	15.708,18		0
SPU/SC	8183000015000	USO EM SERVICO PUBLICO	Bom	0	26/12/2002	2.894.290,41	0	0
SPU/SC	8183000025006	CESSAO ONEROSA	Bom	0	26/12/2002	350.917,39	0	0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria Patrimônio da União – SPU  
Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa  
Catarina – SPU/SC

SPU/SC	8183000035001	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	26/12/2002	206.570,74	0	0
SPU/SC	8183000055002	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	26/12/2002	35.710,21	0	0
SPU/SC	8183000155007	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	10.844,81	0	0
SPU/SC	8183000195009	EM PROCESSO DE ALIENACAO	Não tem	0	11/09/2003	6.102,00	0	0
SPU/SC	8183000415009	VAGO PARA USO	Não tem	0	13/8/2003	6.001,20	0	0
SPU/SC	8183000435000	VAGO PARA USO	Não tem	0	13/8/2003	8.000,52	0	0
SPU/SC	8183000445005	CESSAO ONEROSA	Bom	0	26/12/2002	164.389,18	0	0
SPU/SC	8183000455000	CESSAO - OUTROS	Bom	0	26/12/2002	127.635,11	0	0
SPU/SC	8183000535004	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	Bom	0	06/12/2006	500.000,00	0	0
SPU/SC	8183000575006	EM REGULARIZACAO - ENTREGA		0	08/05/2004	3.000,00		
SPU/SC	8183000595007	EM REGULARIZACAO - OUTROS		0	27/04/2009	28.532,31		
SPU/SC	8185000105006	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Bom	0	27/12/2002	36.202,90	0	0
SPU/SC	8185000215006	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Bom	0	26/12/2002	94.827,06	0	0
SPU/SC	8185000225001	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	26/12/2002	1.107.261,90	0	0
SPU/SC	8185000505004	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	Tombado	13/10/2010	107.978,25	0	0
SPU/SC	8185000525005	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	23/6/2007	5.800.940,85	0	0
SPU/SC	8185000585008	ENTREGA PARA AQUICULTURA	Não tem	0	11/09/2011	240.000,00	0	0
SPU/SC	8185000625000	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS		0	17/11/2012	46.399,50		
SPU/SC	8195000065001	EM REGULARIZACAO - OUTROS		0	09/05/2013	100.000,00		
SPU/SC	8199000035008	CESSAO ONEROSA	Bom	0	27/12/2002	1.709.793,76	0	0
SPU/SC	8199000045003	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	1.705.104,15	0	0
SPU/SC	8199000055009	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Bom	0	26/12/2002	1.876.047,46	0	0
SPU/SC	8199000085005	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Bom	0	01/01/2002	84.363,67	0	0
SPU/SC	8199000095000	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	20/6/2002	11.500,00	0	0
SPU/SC	8199000105006	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	20/6/2002	142.479,73	0	0
SPU/SC	8199000115001	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	20/6/2002	148.200,00	0	0
SPU/SC	8199000275009	USO EM SERVICO PUBLICO	Regular	0	26/12/2002	1.469.044,75	0	0
SPU/SC	8199000285004	CESSAO ONEROSA	Regular	0	26/12/2002	88.691,49	0	0
SPU/SC	8199000295000	CESSAO - OUTROS	Regular	0	26/12/2002	98.667,14	0	0
SPU/SC	8203000015009	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Regular	0	01/01/2002	714.777,00	0	0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria Patrimônio da União – SPU  
Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa  
Catarina – SPU/SC

SPU/SC	8203000025004	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	20/6/2002	62.472.000,00	0	0
SPU/SC	8205000015005	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	01/01/2003	15.380,50	0	0
SPU/SC	8205000095009	EM REGULARIZACAO - OUTROS		0	14/04/2011	3.955,49		
SPU/SC	8205000115000	EM REGULARIZACAO - OUTROS		0	14/04/2011	0,01		
SPU/SC	8205000135000	EM REGULARIZACAO - OUTROS		0	12/08/2011	4.998,24		
SPU/SC	8217000015009	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	01/01/2002	38.090,00	0	0
SPU/SC	8217000025004	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Bom	0	01/01/2002	1.073.084,73	0	0
SPU/SC	8221000015007	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Bom	0	01/01/2002	682.017,68	0	0
SPU/SC	8221000025002	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	06/07/2012	1.649.511,52	0	0
SPU/SC	8221000035008	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	26/12/2002	67.055,31	0	0
SPU/SC	8221000145008	EM REGULARIZACAO - CESSAO		0	07/06/2012	198.985,19		
SPU/SC	8233000035001	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	26/12/2002	549.553,29	0	0
SPU/SC	8233000045007	VAGO PARA USO	Não tem	0	03/02/2000	6.500,00	0	0
SPU/SC	8233000055002	VAGO PARA USO	Não tem	0	03/02/2000	26.500,00	0	0
SPU/SC	8233000125000	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	31/8/2006	129.506,57	0	0
SPU/SC	8233000205004	EM REGULARIZACAO - OUTROS		0	23/08/2008	2.023,56		
SPU/SC	8237000015003	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	26/12/2002	692,99	0	0
SPU/SC	8239000015000	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	26/12/2002	13.229,06	0	0
SPU/SC	8239000025005	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Regular	0	01/01/2002	118.096,28	0	0
SPU/SC	8239000035000	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	26/12/2002	6.050,00	0	0
SPU/SC	8247000015000	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	7.618,84	0	0
SPU/SC	8253000015005	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Regular	0	06/12/2008	56.014,00	0	0
SPU/SC	8253000045001	VAGO PARA USO	Não tem	0	14/11/2003	67.332,00	0	0
SPU/SC	8265000025004	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	01/07/2009	3.065.224,00	0	0
SPU/SC	8267000015005	VAGO PARA USO		0	11/01/2013	63.536,29		
SPU/SC	8271000015003	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	01/01/2002	635.638,94	0	0
SPU/SC	8291000015008	CESSAO - ADMINISTRACAO FEDERAL INDIRETA	Bom	0	18/4/2008	168.252,73	0	0
SPU/SC	8291000025003	USO EM SERVICO PUBLICO	Bom	0	01/01/2002	205.576,23	0	0
SPU/SC	8291000035009	USO EM SERVICO PUBLICO	Bom	0	26/12/2002	1.394.291,73	0	0
SPU/SC	8291000045004	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	22/11/2004	70.520,00	0	0
SPU/SC	8291000065005	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Bom	0	18/4/2005	224.788,61	0	0
SPU/SC	8291000205001	CESSAO - OUTROS	Bom	0	26/12/2002	23.841,14	0	0
SPU/SC	8295000015000	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	01/01/2002	421.457,70	0	0
SPU/SC	8295000035001	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Regular	0	01/01/2002	47.664,86	0	0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria Patrimônio da União – SPU  
Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa  
Catarina – SPU/SC

SPU/SC	8295000045007	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	26/12/2002	233.608,31	0	0
SPU/SC	8299000015003	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	26/12/2002	1.881,70	0	0
SPU/SC	8319000155008	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Bom	0	23/11/2003	42.900,00	0	0
SPU/SC	8319000165003	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	23/11/2003	26.400,00	0	0
SPU/SC	8319000175009	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	23/11/2003	149.310,00	0	0
SPU/SC	8319000195000	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	03/02/2007	1.012.168,94	0	0
SPU/SC	8319000205005	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	27/4/2012	127.220,00	0	0
SPU/SC	8319000415000	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	08/07/2004	14.369.760,00	0	0
SPU/SC	8319000455001	ARRENDAMENTO	Não tem	0	28/11/2004	7.385,00	0	0
SPU/SC	8319000495003	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Regular	0	16/7/2003	5.086.406,20	0	0
SPU/SC	8319000515004	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Regular	0	05/09/2009	3.547.772,00	0	0
SPU/SC	8319000535005	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	04/06/2008	31.907,23	0	0
SPU/SC	8325000025001	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Regular	0	26/12/2002	575,40	0	0
SPU/SC	8325000035007	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	26/12/2002	23.590,00	0	0
SPU/SC	8327000045009	EM REGULARIZACAO - ENTREGA		0	21/10/2011	3.361.790,08		
SPU/SC	8327000195000	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	27/4/2009	628.000,00	0	0
SPU/SC	8327000455002	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	Não tem	0	05/09/2004	109.281,45	0	0
SPU/SC	8327000475003	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA		0	30/12/2012	9.115.065,26		
SPU/SC	8327000525000	USO EM SERVICO PUBLICO	Bom	0	26/12/2003	538.031,58	0	0
SPU/SC	8327000535006	CESSAO ONEROSA	Bom	0	26/12/2002	319.934,11	0	0
SPU/SC	8327000545001	CESSAO - OUTROS	Bom	0	26/12/2002	1.603.566,51	0	0
SPU/SC	8327000555007	CESSAO - OUTROS	Bom	0	26/12/2002	59.465,69	0	0
SPU/SC	8327000595009	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	21/8/2005	16.273.655,29	0	0
SPU/SC	8327000655001	CESSAO - OUTROS	Não tem	0	21/8/2005	355.281,69	0	0
SPU/SC	8327000705009	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	07/06/2011	110.797,07	0	0
SPU/SC	8327000735005	EM REGULARIZACAO - ENTREGA		0	21/10/2011	4.808.897,95		
SPU/SC	8327000745000	EM REGULARIZACAO - CESSAO		0	21/10/2011	1.428.314,27		
SPU/SC	8327000825004	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS		0	21/03/2007	302.359,70		



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria Patrimônio da União – SPU  
Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa  
Catarina – SPU/SC

SPU/SC	8327000845005	EM REGULARIZACAO - OUTROS		0	26/10/2011	19.500,00		
SPU/SC	8327000865006	EM REGULARIZACAO - OUTROS		0	03/05/2013	9.963,80		
SPU/SC	8327000885007	EM REGULARIZACAO - OUTROS		0	05/09/2008	2.946,90		
SPU/SC	8327000905008	EM REGULARIZACAO - OUTROS		0	14/08/2008	0,01		
SPU/SC	8327000925009	EM REGULARIZACAO - OUTROS		0	15/12/2011	0,01		
SPU/SC	8333000015007	VAGO PARA USO	Não tem	0	01/01/2002	31.742,90	0	0
SPU/SC	8333000025002	VAGO PARA USO	Não tem	0	01/01/2002	90.142,02	0	0
SPU/SC	8333000035008	EM PROCESSO DE ALIENACAO	Não tem	0	13/6/2002	821,20	0	0
SPU/SC	8339000015006	USO EM SERVICO PUBLICO	Bom	0	26/12/2002	353.775,15	0	0
SPU/SC	8339000055008	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	2.609,70	0	0
SPU/SC	8351000015005	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	Regular	0	19/10/2011	569.382,00	0	0
SPU/SC	8355000015008	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	20/3/2006	240.573,04	0	0
SPU/SC	8355000025003	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	01/01/2002	109.960,23	0	0
SPU/SC	8359000015000	EM REGULARIZACAO - CESSÃO	Bom	0	04/05/2013	3.290.539,46	0	0
SPU/SC	8359000095004	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	01/01/2002	795.696,00	0	0
SPU/SC	8367000015001	USO EM SERVICO PUBLICO	Bom	0	26/12/2002	34.350,01	0	0
SPU/SC	8367000045008	USO EM SERVICO PUBLICO	Bom	0	26/12/2002	188.098,02	0	0
SPU/SC	8367000095005	CESSAO - ADMINISTRACAO FEDERAL INDIRECTA	Ruim	0	01/01/2002	34.170,43	0	0
SPU/SC	8367000115006	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	01/01/2002	3.237,17	0	0
SPU/SC	8367000125001	CESSAO ONEROSA	Bom	0	26/12/2002	201.824,99	0	0
SPU/SC	8367000145002	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	2.654.571,99	0	0
SPU/SC	8367000315005	VAGO PARA USO	Não tem	0	01/01/2003	173.612,50	0	0
SPU/SC	8367000325000	USO EM SERVICO PUBLICO	Bom	0	16/5/2004	1.048.307,45	0	0
SPU/SC	8367000335006	CESSAO ONEROSA	Bom	0	26/12/2002	33.905,36	0	0
SPU/SC	8367000345001	CESSAO ONEROSA	Bom	0	26/12/2002	33.905,36	0	0
SPU/SC	8367000355007	CESSAO ONEROSA	Bom	0	26/12/2002	151.617,89	0	0
SPU/SC	8371000055001	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	6.024,89	0	0
SPU/SC	8373000015006	EM REGULARIZACAO - CESSAO	Não tem	0	01/01/2002	6.145,12	0	0
SPU/SC	8373000025001	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	12.093,58	0	0
SPU/SC	8379000015005	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	23/11/2003	7.982,40	0	0
SPU/SC	8379000025000	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	26/12/2002	638,75	0	0
SPU/SC	8383000015003	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Bom	0	26/12/2002	467.515,11	0	0
SPU/SC	8383000025009	EM REGULARIZACAO - OUTROS	Não tem	0	26/12/2002	8.000,00	0	0



SPU/SC	8397000015003	CESSAO PARA PREFEITURAS, ESTADOS E OUTRAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	Não tem	0	26/12/2002	15.063,96	0	0
SPU/SC	9985000015003	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	Não tem	0	23/11/2003	20.400,00	0	0
SPU/SC	9985000045000	ARRENDAMENTO	Não tem	0	09/03/2008	2.200.000,00	0	0
<b>TOTAL</b>								

Fonte:

## 12 Gestão de Tecnologia da Informação (TI) - Item 10 da Portaria TCU 108/10

Esta informação faz parte do planejamento de TI do Órgão Central.

## 13 Cartão de Pagamentos

Esta informação faz parte do Relatório de Gestão 2011 da Secretaria do Patrimônio da União – SPU

## 14 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ - Item 11 da Portaria TCU 108/10

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

## 15 Recomendações do TCU e CGU - Item 12 da Portaria TCU 108/10

### 15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa:						Código SIORG
Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina - SPU/SC						18955
Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
	029.121/201011	1449/2011 – TCU – 1ª Câmara	1.5.1.2 e 1.5.2	Representação	Ofício n.º 755/2001/SPU/SC, encaminhado em 19/04/2011	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG
Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina - SPU/SC						18955
Descrição da Deliberação:						
1.5.1.2. Levar ao conhecimento da Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina - SPU/SC a existência de autorização de concessão, por parte do Governo do Estado de Santa Catarina a entidade privada Associação de Cultura Franco-Brasileira - Aliança Francesa, por meio da Lei Estadual nº 14.710/2009, da área de						



1.664,22 m<sup>2</sup> de terreno de marinha em regime de aforamento, constante da matrícula imobiliária nº 10.640, sem o necessário assentimento da União previsto no art. 71 do Decreto-Lei nº 9.760/1946;

1.5.2. À Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina - SPU/SC para comunicar este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas com relação à comunicação do item anterior.

#### Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina - SPU/SC	18955

#### Síntese da providência adotada:

Foi informado ao TCU que:

a) O imóvel objeto da matrícula nº 10.640 se trata de terreno de marinha, inscrito sob regime de aforamento, objeto do RIP 8105.0002401-26, em nome do Estado de Santa Catarina, correspondente à área de 6.517,61m<sup>2</sup>, conforme matrícula atualizada e cadastro do imóvel no SIAPA anexos;

b) Quanto ao imóvel objeto da matrícula nº 4.830, este se trata de terreno alodial (de propriedade do particular) registrado em nome do Governo do Estado de Santa Catarina, conforme matrícula atualizada anexa;

c) Esta SPU/SC desconhece que haja, até a presente data, qualquer pedido de transferência do domínio útil do terreno protocolado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, visando a alienação do mesmo à Aliança Francesa;

d) O art. 71 do D.L. 9.760/46 não se aplica ao caso em questão, pois o Governo do Estado de Santa Catarina detém o domínio útil do terreno (enfiteuse), ou seja, encontra-se inscrito sob regime de aforamento, não se tratando, portanto, de ocupação de má-fé. A aplicação desse artigo se dá quando há ocupação irregular/invasão. No presente caso, havendo transferência do imóvel da União, aplicar-se-ia o disposto no art. 33, da Lei nº 9.636/98;

e) Os pedidos de transferências obedecem ao disposto no art. 3º, do D.L. nº 2.397/87, com nova redação dada pelo art. 33, da Lei 9.636/98;

f) Por fim, cabe esclarecer que, caso a destinação ao Estado fosse sob regime de cessão, este não poderia utilizá-lo de forma diversa daquela que a União estabeleceu. Porém, como a área da União que o Estado detém não está sob regime de cessão e sim sob regime de aforamento (enfiteuse), esta Superintendência desconhece a existência de norma legal ou infralegal que impeça ou proíba a cessão de uso promovida pelo Governo do Estado de Santa Catarina na forma estabelecida pela Lei Estadual n.º 14.710, de 03 de junho de 2009.

#### Síntese dos resultados obtidos

Por se tratar de simples informação, a recomendação restou atendida.

#### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve.

Fonte: Documentos SPU/SC

## 15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Todas as deliberações exaradas pelo TCU no exercício 2011 foram atendidas.

## 15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não houve recomendações exaradas pela CGU no exercício 2011.

## 15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve recomendações exaradas pela CGU no exercício 2011.



## 16 Outras informações - Item 13 da Portaria TCU 108/10

Não há informação adicional.

## B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

### 17 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP  
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA  
Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças - CGPOF  
Coordenação de Contabilidade - CCONT  
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 2º andar, CEP 70.040-906 – Brasília/DF  
Telefones: (61) 2020.4087 - E-mail: ccont.cgpo@planejamento.gov.br

#### DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL Superintendência do Patrimônio da União/SC UG/GESTÃO: 170173/00001

Declaro que os Demonstrativos Contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativos ao exercício de 2011, e com base na Conformidade de Registro de Gestão registradas por essa unidade, refletem a adequada situação patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, exceto no tocante a:

- a) Falta de registro da Conformidade do Registro de Gestão em determinado período dos meses de março e outubro.

Declaro ainda que, durante o exercício de 2011 não houve execução orçamentária e financeira nessa unidade.

Esclareço que o Superávit/Déficit Patrimonial, apresentado nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, da Secretaria e Superintendências do Patrimônio da União, conforme Memorando nº 601/GAB/SPU, de 9 de março de 2012, decorreu: das transferências de imóveis entre unidades gestoras da União; do cadastramento no SPIUnet de imóveis funcionais já incorporados, em base de dados específica, no Cadastro de Imóveis Funcionais – CIF; do aumento no patrimônio imobiliário da União, decorrente de compra, recebimento em doação, permuta, novos cadastramentos, entre outros; da desvalorização e valorização de imóveis, especialmente de ações de correções cadastrais e atualização dos valores de avaliação de imóveis, e da demarcação de novas áreas, reavaliando as Plantas de Valores Genéricos.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília - DF, 16 de março de 2012.

Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.

  
Marlene Cavalcante Gomes  
Coordenadora  
CCONT/CGPOF/SPOA/SE/MP  
CRC-DF: 016693/O